

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Camilla de Azevedo Pereira

Filhos do Genocídio, Órfãos do Mundo:

Os discursos acerca das crianças nascidas de estupro durante o Genocídio Ruandês e sua inclusão na sociedade pós-conflito

Orientadora: Paula Drumond Rangel Campos

Rio de Janeiro

2019.2



Camilla de Azevedo Pereira

Filhos do Genocídio, Órfãos do Mundo:

Os discursos acerca das crianças nascidas de estupro durante o Genocídio Ruandês e sua inclusão na sociedade pós-conflito

Orientadora: Paula Drumond Rangel Campos

Monografia apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Rio de Janeiro

2019.2

À todas as crianças nascidas de estupro em contextos de guerra

Agradecimentos

Palavras não são suficientes para agradecer a todos e a tudo por este momento, mas espero que elas sejam capazes de sintetizar tudo aquilo que estou sentindo. Cada um que passou pela minha vida foi essencial para que eu pudesse chegar onde cheguei hoje, mesmo que não esteja citado aqui. A todos, meus mais sinceros obrigada.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus, por ter me dado força e sabedoria ao longo desses meus quatro anos para fazer o melhor que pude nesta graduação. Em seguida, e jamais de menor importância, gostaria de agradecer a meus pais, Luís Fernando e Claudia, por sempre confiarem no meu potencial e fazerem tudo que estava ao seu alcance para que eu conseguisse realizar meus sonhos. Se hoje, em 2019, escrevo estas palavras, foi porque, em 2016, eles acreditaram que eu chegaria até aqui. Obrigada por serem os melhores pais que alguém poderia pedir, esta conquista é nossa.

Agradeço também aos meus padrinhos, Miriam e Nelson, por sempre me incentivarem a alçar voos mais altos, e serem como pais para mim sempre que precisei. À meus avós, José e Catharina, Carlos Leandro e Mafalda, obrigada por todos os gestos de amor e carinho, e em especial minha avó Catharina, por sempre me dizer que toda mulher deve estudar e ser independente. Aos três primeiros, que aqui não se encontram mais, espero que estejam olhando por mim de onde quer que vocês se encontrem. E à toda minha família, por vibrarem comigo a cada vitória.

À Paula Drumond, minha orientadora, minha professora, minha inspiração acadêmica e meu ombro amigo nos momentos de sufoco. Obrigada por ser esta mulher tão inteligente e compreensiva, que sempre fez de tudo que esteve a seu alcance para me ajudar. Obrigada por confiar em mim quando nem eu mesma confiei. Obrigada pelo nosso um ano e meio de PIBIC, que só me fez confirmar meu gosto pela pesquisa acadêmica. Um parágrafo jamais será suficiente para expressar toda a gratidão que tenho por você.

Agradeço também a todos os professores do IRI PUC-Rio, pelas aulas maravilhosas ao longo da graduação, que só aumentaram em mim a vontade de seguir o mesmo caminho. Em especial, Jana Tabak e Renata Summa. À Jana, responsável pelo meu primeiro contato com os estudos sobre infância, obrigada por aceitar ser

a segunda leitora deste trabalho. Tenho certeza que todas as suas observações contribuirão muito para o meu amadurecimento acadêmico. À Renata, que começou esta jornada comigo como professora da disciplina de Projeto de Pesquisa, obrigada por me ajudar a construir o começo deste trabalho, e por toda ajuda dada fora da sala de aula.

Ao longo desses quatro anos a PUC também me permitiu conhecer pessoas maravilhosas, às quais chamo hoje de amigos. Sei que precisaria de muitas páginas para citar cada um, por isso, enumero aqui alguns: Caroline, por ser minha dupla acadêmica, meu apoio em todos os momentos, e aquela que sempre me impulsiona a ser alguém melhor; Alice e Gabriela, por todas as discussões sobre pós-colonialismo e as idas à UFRJ para conhecer escritoras maravilhosas; Luíza, Pedro, Laura e Teresa, por entenderem melhor que ninguém a distância Niterói-Gávea; Eduardo, Ana Gabrielle, Ana Luísa, Izabela e Louise, por todas as risadas dentro e fora de sala de aula. Aos demais que, porventura, não citei aqui, saibam que sou muito grata a tudo que vocês me proporcionaram.

Não poderei jamais esquecer de citar meus amigos da Segurança Pública UFF, minha segunda graduação, por terem me ouvido falar exaustivamente sobre esta monografia. Cristiane, Caroline, Daniel, Deborah, Evelyn, Juliana, Leonardo, Lucas, Michelle, Rebeca, Regina, Thayná e Yara, obrigada por me escutarem e por me apoiarem ao longo deste processo.

Aos demais amigos que a vida me deu, Ana Beatriz, Giovanna, Caio, Matheus Salkini, Matheus e Nathalia, obrigada por me incentivarem a cursar Relações Internacionais e por me apoiarem ao longo de toda graduação. *To Meghana, a friend that I made at the Graduate Institute Geneva Summer Course, thank you for sharing with me an interest in Global South issues and for keeping in touch despite the distant ocean that separates us.*

Preciso agradecer também a uma pessoa em especial, que não faz ideia de sua importância para a realização desta monografia. À Marcelo Fon, meu professor de Geografia do nono ano do Ensino Fundamental, por passar o filme *Hotel Ruanda* em sala, despertando, pela primeira vez, meu interesse por este país tão belo e tão complexo. Se esta monografia está sendo entregue hoje, foi graças a esta aula.

Por fim, e jamais de menor importância, gostaria de agradecer às crianças (hoje já adultas) nascidas de estupro durante o genocídio Ruandês pela coragem em tornarem públicas suas histórias, me permitindo realizar esta pesquisa. Vocês são

um exemplo de resiliência, que se mantém de pé mesmo com todo o silenciamento frente a existência de vocês. Nós nunca nos conhecemos, e nem sei se um dia conseguiremos fazê-lo, mas sou muito grata por tudo o que vocês me ensinaram ao longo deste ano. Por toda força e vontade de viver que vocês têm, meus mais sinceros obrigada.

*Petit bout d'Afrique perché en altitude
Je doute de mes amours tu resteras ma certitude
Réputation recouverte d'un linceul
Petit pays pendant trois mois tout le monde t'a laissé seul
J'avoue j'ai plaidé coupable de vous haïr
Quand tous les projecteurs étaient tournés vers le Zaïre
Il fallait reconstruire mon petit pays sur des ossements
Des fosses communes et tous nos cauchemars incessants
Petit pays te faire sourire sera ma rédemption
Je t'offrirais ma vie à commencer par cette chanson
L'écriture m'a soigné quand je partais en vrille
Seulement laisse-moi pleurer quand arrivera ce maudit mois d'avril
Tu m'as appris le pardon pour que je fasse peau neuve
Petit pays dans l'ombre le diable continue ses manœuvres
Mais tu veux vivre malgré les cauchemars qui te hantent
Je suis semence d'exil d'un résidu d'étoiles filante
(Gaël Faye – Petit Pays)*

Resumo

Esta monografia objetiva compreender como os discursos acerca das crianças nascidas de estupro em contextos de guerra impactam/afetam/influenciam na sua inclusão na sociedade pós-conflito. Para tal, o trabalho se vale de um estudo de caso do Genocídio Ruandês, analisando a postura de três atores específicos frente a este grupo no pós-genocídio: a ONG Foundation Rwanda, o Estado Ruandês e o UNICEF. Nesse sentido, a pesquisa encontra-se dividida em três capítulos. No primeiro, explora-se a relação existente entre gênero, genocídio e natalidade. O capítulo seguinte trata de questões referentes à infância, apresentando as visões tradicionais que foram construídas acerca da criança bem como o lugar deste grupo no pós-conflito. A categoria “crianças nascidas de estupro em contextos de guerra” também é analisada neste capítulo, bem como as questões que perpassam este grupo. Esta discussão é o fio condutor da análise dos três atores selecionados no capítulo seguinte, no qual são identificados seus discursos frente a essas crianças. Conclui-se que há uma falta de assistência a nível nacional e internacional, que é parcialmente suprimida por organizações locais, mas que ainda sim não são suficientes para contribuir para a inclusão dessas crianças. Portanto, esta monografia salienta a importância de que haja mais pesquisas que se voltem para esta temática.

Palavras-chave: crianças; estupro; infância; inclusão; genocídio ruandês

Sumário

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. Introdução..... | 11 |
| 1.1. Metodologia da pesquisa..... | 13 |
| 1.2. Estrutura dos capítulos..... | 15 |
| 2. Gênero, estupro e natalidade no Genocídio Ruandês..... | 17 |
| 2.1. Conceituação teórica do termo “genocídio”..... | 19 |
| 2.2. O estupro como arma de guerra..... | 20 |
| 2.3. O caso ruandês – o genocídio de 1994..... | 25 |
| 2.3.1. As construções de gênero na sociedade ruandesa...30 | |
| 2.3.2. O estupro como ferramenta genocida em Ruanda...34 | |
| 2.3.3. As consequências do estupro no pós-genocídio.....37 | |
| 2.4. Considerações finais..... | 42 |
| 3. Infância, pós conflito e crianças nascidas de estupro..... | 43 |
| 3.1. Concepções teóricas sobre a infância..... | 44 |
| 3.2. O lugar da criança no conflito e pós-conflito..... | 49 |
| 3.3. As crianças nascidas de estupro em contextos de guerra..... | 52 |
| 3.3.1. Conceitualização do termo, identidade e trauma..... | 53 |
| 3.3.2. CBOW e os impactos físicos, econômicos e sociais..58 | |
| 3.4. Considerações finais..... | 63 |
| 4. Análise dos discursos da Foudantion Rwanda, do Estado Ruandês e do UNICEF – um caminho para a inclusão?..... | 64 |
| 4.1. Foundation Rwanda..... | 70 |
| 4.2. UNICEF..... | 74 |
| 4.3. Estado Ruandês..... | 80 |
| 4.4. Considerações finais..... | 86 |
| 5. Conclusão..... | 90 |
| 6. Referências bibliográficas..... | 93 |

Lista de figuras

FIGURA 1 – Charge da Kangura.....p.33

1. Introdução

Entre maio e julho de 1994 ocorreu o genocídio em Ruanda, que matou, aproximadamente, 800.000 pessoas, em sua maioria Tutsis (NAÇÕES UNIDAS, 1999). Este número foi atingido em apenas 100 dias de conflito, cuja causa deriva de clivagens étnicas entre Hutus e Tutsis¹. Essas, por sua vez, foram fomentadas pelos ex-colonizadores belgas durante sua administração, que “procuraram os traços da civilização existente que se prestavam a suas próprias ideias de dominação e submissão e os moldaram de modo a encaixá-los em seus propósitos” (GOUREVITCH, 2006, p. 54).

Durante o genocídio, estima-se que entre 250.000 e 500.000 mulheres e meninas foram estupradas², e cerca de 20.000 crianças nasceram fruto dessa violência sexual (FOUNDATION RWANDA, 2012). Segundo Carpenter (2007), “*children born of wartime sexual violence are ‘persons of any age conceived as a result of violent, coercive, or exploitative sexual relations in conflict zones’*” (p.3). As crianças nascidas de estupro em contextos de guerra constituem um fenômeno global para o qual é dada pouca atenção (CARPENTER, 2000, 2007, 2010), e que recebem diversos nomes em decorrência do estigma enfrentado por questões relativas às suas origens. No Kosovo, são chamadas de *children of shame* (crianças da vergonha) (SMITH, 2000); no Timor Leste, *children of the enemy* (crianças do inimigo) (POWELL, 2001); na Nicarágua, *monster babies* (bebês monstros) (WEITSMAN, 2003, p.11), para nomear alguns. Em Ruanda, alguns nomes são utilizados para

¹ Apesar de distinções étnicas serem atualmente proibidas em Ruanda, cerca de 85% de sua população na era pré-genocídio era hutu; contudo, por delegação belga, a minoria tutsi foi a que dominou o país por muito tempo. Em 1959, a monarquia tutsi é derrubada pelos hutus e milhares de tutsis fugiram para países vizinhos. É a partir deste momento que todo o aparato genocida começa a ser construído e, paralelamente a isso, tutsis exilados criam a Frente Patriótica Ruandesa (RPF), que invadiu Ruanda em 1990 e lutou até o acordo de paz, estabelecido em 1993. Em 6 de abril de 1994, o avião que transportava os presidentes – ambos hutus – de Ruanda e do Burundi, Juvenal Habyarimana, e Cyprien Ntaryamira, respectivamente, foi derrubado, e extremistas hutus acusaram o RPF da autoria do atentado, dando início ao genocídio e ao extermínio tutsi (BBC, 2014).

² “*Often women were subjected to sexual slavery and held collectively by a militia group or were singled out by one militia man, at checkpoints or other sites where people were being maimed or slaughtered, and held for personal sexual service. The militiamen would force women to submit sexually with threats that they would be killed if they refused. These forced “marriages,” as this form of sexual slavery is often called in Rwanda, lasted for anywhere from a few days to the duration of the genocide, and in some cases longer. Rapes were sometimes followed by sexual mutilation, including mutilation of the vagina and pelvic area with machetes, knives, sticks, boiling water, and in one case, acid.*” (HUMAN RIGHTS WATCH, 1996, np).

fazer referência a essas crianças, tais quais *les enfants mauvais souvenir* (crianças das lembranças ruins), *enfants indésirés* (crianças indesejadas) (GOODWIN, 1997), *devil's children* (crianças do diabo) (NOWROJEE, 1996), *little killers* (pequenos assassinos) (WAX, 2004), e *little Interahamwe* (mini *Interahamwe*) (MCKINLEY, 1996). Essas crianças tendem a viver na pobreza, enfrentando altos níveis de contaminação com o vírus HIV, e abusos domésticos considerados maiores do que aqueles sofridos por seus antecessores vítimas do conflito (NGOMA SECTOR, 2017).

“The common experience these children face is the perceptions by the societies into which they are born that they are ‘of the other’. Because they are stigmatized as both illegitimate and ‘enemy’ children, the human rights of children born of war may be compromised in a number of ways, from rejection, abuse, or neglect by immediate and extended family members, to stigma by the broader community, to lack of access to resources and denial of citizenship.” (CARPENTER, 2010, p.18)

Ruanda é uma sociedade patrilinear, isto é, a identidade das crianças encontra-se vinculada a etnia da comunidade paterna. No caso das crianças nascidas de estupro, esse fato apresenta-se como um agravante, pois faz com que o senso de pertencimento ao grupo do inimigo cresça com relação a comunidade afetada frente aquela criança. Não só, o estupro e qualquer outra violência sexual carregam um grande estigma social em Ruanda, devido as normas e crenças culturais do país (MUKANGENDO, 2007, p.41). Por esta razão, o estupro foi amplamente utilizado como uma arma de guerra no genocídio ruandês, mas a gravidez forçada não foi um ato político premeditado e mandatário pela máquina genocida, ao contrário do que se pode observar em outros contextos (MCKINLEY, 1996; WEITSMAN, 2007).

“Sexual rape crimes have been perpetrated through repeated violations, gang rape by soldiers and militia, or neighbors, and some rape cases of girls and women in front of the members of their family for humiliation purposes.” (NOWROJEE, 1996, p.14)

Em decorrência disso, 80% das mães vítimas de estupro abandonaram seus bebês (MATLOFF, 1995), sobretudo por associá-los a brutalidade perpetrada pelo estuprador. Além disso, há muitos casos nos quais essas crianças são deixadas no hospital após o parto, e o infanticídio ocorreu em poucos casos (HUMAN RIGHTS WATCH, 1996). Aquelas mães que optaram, ou não tiveram escolha, e criaram estas crianças, causaram profundas divisões familiares e na comunidade, fazendo com que ela e seu filho acabassem sendo ostracizados (BANYANGA *et al*, 2017, p.33).

Apesar de todas as vulnerabilidades das quais este grupo é vítima, as crianças nascidas de estupro em Ruanda não são tidas como um grupo particularmente vulnerável no pós-conflito, pois não são sobreviventes do genocídio (MUKANGENDO, 2007). Dessa forma, essas crianças não gozam de mesma assistência e proteção que as crianças que já eram nascidas durante o período do genocídio, mesmo elas simbolizando uma consequência material desta atrocidade ocorrida em 1994.

Dessa forma, frente a tudo que foi aqui apresentado, a pergunta que norteia esta pesquisa é: **Como os discursos dos diferentes atores da política internacional auxiliam na construção da imagem da criança nascida de estupro e como isso contribui para sua inserção ou não dentro de uma sociedade pós-conflito?** Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo entender como os discursos acerca das crianças nascidas de estupro durante o genocídio ruandês constroem uma imagem acerca das mesmas de modo a facilitar ou não sua inclusão no âmbito social. Além disso, busca-se entender, também: o porquê do silenciamento de alguns atores nesse processo, de modo a corroborar com o estigma existente acerca dessas crianças; como a Foundation Rwanda contribui para dar visibilidade a este grupo, e, em contraponto aos demais atores escolhidos, retira essa visão do senso comum acerca deste grupo; e como se deu a infância dessas crianças, uma vez que elas são vistas como diferentes das demais crianças que sobreviveram ao massacre. Esse interesse justifica-se pelo fato de que essas crianças constituem um fenômeno global – como exemplificado nas páginas acima – mas muito pouco explorado pela literatura e pelos formuladores de política (CARPENTER, 2010; MOCHMANN, 2017). Assim, essa pesquisa pretende compreender todos os silenciamentos envolvidos neste problema, e o que pode ser feito de modo a reverter esta situação.

1.1. Metodologia da pesquisa

De modo a compreender esta problemática, a pesquisa se valerá da metodologia da análise de discurso, tendo como base a obra *A ordem do discurso* (FOUCAULT, 1996). Para o autor, “em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos” (FOUCAULT, 1996, p. 8-9). Nesse sentido, esse discurso é conceituado enquanto uma

de rede de signos que se conecta a outros discursos, em um sistema aberto que registra, reproduz e estabelece os valores de determinada sociedade, de modo a perpetuá-lo (FOUCAULT, 1996). Dessa forma, ele se coloca como um instrumento de organização funcional que pretende estruturar determinado imaginário social, isto é, baseada em uma compreensão particularizada da verdade.

A análise de discursos a ser adotada nesta pesquisa vale-se de decretos, documentos oficiais e relatórios dos três principais atores que aqui serão analisados: a ONG Foundation Rwanda, o Estado Ruandês pós genocídio e o UNICEF. A escolha desses três atores se deu pois, juntos, eles compõem o tripé Sociedade Civil, Estado e Sistema Internacional, respectivamente, o que permite montar um mosaico dessa situação a partir desses três espectros. Nesse sentido, a pesquisa procura entender como os discursos de distintos atores que compõem a política internacional implicam na construção da imagem da criança nascida de estupro em cenários de pós conflito. Para tal, será feito, também, um estudo de caso que toma como cenário o pós-genocídio de Ruanda, mais especificamente a partir de 1995.

A ONG Foundation Rwanda foi escolhida para esta análise pois foi criada especificamente para ajudar as mães e as crianças que nasceram de estupros durante o genocídio. Portanto, espera-se encontrar práticas discursivas que visam a inclusão dessas crianças na sociedade ruandesa, retirando das mesmas o estigma de inimigo, uma vez que essa instituição é a única -dentre as escolhidas para esta pesquisa - que dá um enfoque a este grupo.

A escolha do Estado Ruandês como um dos atores a serem analisados, por sua vez, se deve a sua importância e necessidade neste processo de reconstrução do país. O caso do Estado ruandês pós genocídio em específico ganhou notoriedade pelos seus níveis de desenvolvimento e reconciliação da sociedade 20 anos após o conflito, tornando-o uma espécie de modelo de reconciliação (ANDRADE, 2015). Baseado na ideia de um país "*fit for children*" (adequado para as crianças), o governo liga a ideia de criança e dos direitos da criança a um renascimento do país. Contudo, dentro de todo este processo, não se faz menção às crianças que nasceram dos estupros, porque elas, ao contrário de suas próprias mães, não são vistas como sobreviventes (ORTIZ, 2014), já que não são inteiramente Tutsis. Portanto, analisar-se-á o porquê de um país que se reconstrói sob a retórica da abolição de distinção étnicas e de escuta às crianças silencia este grupo tão vulnerável de sua população, além de não se atentar a um princípio da Declaração Universal de Direitos

Humanos (1948), mesmo dando demonstrações claras de priorização de um grupo específico (os Tutsis), sendo estas crianças, em parte, pertencentes também a ele, uma vez que suas mães também eram tutsis.

O UNICEF foi escolhido pois, segundo o mandato da instituição, a mesma atua para proteger os direitos e a vida das crianças, e ajudá-las a atingir todo o seu potencial, desde a primeira infância até a adolescência (UNICEF, sd). Nesse sentido, amparada normativamente pela Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança (1989), a organização atua de forma a proteger as crianças nas mais diversas situações de vulnerabilidade, a exemplo das crianças-soldado, das meninas que sofreram mutilação genital, entre outros. Entretanto, nenhuma menção é feita às crianças que nasceram dos estupros em conflitos (CARPENTER, 2010, p.20). No caso ruandês, a organização atua tentando ajudar as crianças - que viveram o genocídio - a recuperar suas vidas, em especial nas áreas da saúde, aconselhamento e educação. Dessa forma, o que se buscará entender é o porquê deste silenciamento por parte de uma instituição que é vista como a principal e mais importante promotora dos direitos da criança.

Em suma, a partir de uma análise desses três atores, espera-se identificar a retórica dos mesmos acerca das crianças nascidas de estupro, e como isso contribui para inclusão, ou não, dessas crianças na sociedade pós-conflito.

1.2. Estrutura dos capítulos

Para que o desenvolvimento do trabalho seja possível, a pesquisa está dividida em três capítulos. O capítulo 2 tem como objetivo entender as imbricações entre gênero, estupro, natalidade e genocídio. Para isso, o capítulo define os conceitos de genocídio e de estupro com arma de guerra, de modo a fornecer o norte teórico para as discussões feitas a partir do estudo de caso selecionado. Ademais, o capítulo narra toda a história do Genocídio Ruandês, mostrando os fatos que antecederam, bem como aqueles que sucederam os acontecimentos de 1994. Além disso, o capítulo mostra como as construções de gênero presentes na sociedade ruandesa influenciaram no genocídio, bem como no uso do estupro enquanto uma arma de guerra. Por último, são apresentadas as consequências da violência sexual e das eventuais gravidezes decorrentes dos estupros na sociedade ruandesa, apontando os impactos das mesmas na vida das mulheres sobreviventes.

O capítulo 3 trata das questões referentes a infância. De início, apresenta-se as construções tradicionais ocidentais acerca deste fenômeno, que corroboram para a criação de uma série de normas e instituições destinados especificamente a este grupo, como forma de atender a interesses sócio-políticos específicos (dos adultos). Em seguida, apresenta-se como a literatura e os formuladores de política enxergam o lugar e o papel da criança em uma sociedade pós-conflito, para depois introduzir a temática das crianças nascidas de estupro em contextos de guerra. Ao falar dessas crianças, busca-se mapear as definições existentes acerca deste grupo na literatura, além de apresentar questões relativas a identidade e trauma, problemas frequentemente enfrentados por essas crianças. Por último, ressalta-se os impactos existentes na vida de uma criança nascida de estupro em decorrência de sua origem, e como a ausência de um posicionamento claro da comunidade internacional contribui para acirrar estes problemas.

O quarto capítulo constitui a parte mais importante desta pesquisa, pois é nele que as análises acerca dos três atores selecionados são empreendidas. Assim, o capítulo começa analisando a postura da Foundation Rwanda, por perceber que esta contribuiu para a inclusão das crianças nascidas de estupro na sociedade ruandesa. Em seguida são analisadas as posturas do Estado Ruandês e o do UNICEF, respectivamente, por perceber que estas crianças foram marginalizadas na retórica de ambos os atores, em contraponto ao que foi observado na primeira parte dessa análise com o outro ator selecionado. Na seção posterior, será realizada uma comparação frente aos resultados observados, a fim de mapear as diferenças e semelhanças presentes nos discursos desses atores, bem como os avanços e limitações existentes acerca desta temática.

Por fim, o último capítulo pretende demarcar as principais contribuições desta pesquisa para a compreensão do fenômeno analisado, bem como para as Relações Internacionais, sobretudo naquilo que compete os estudos sobre a infância. Assim, as principais conclusões obtidas ao longo de cada capítulo serão retomadas, mostrando como, ao observá-las em conjunto, é possível contemplar a importância de uma pesquisa cujo objeto são as crianças nascidas de estupro, além de ser essencial para estimar as concepções tradicionais e ocidentais que se tem acerca da infância, desconsiderando alguns contextos, à exemplo do caso aqui pesquisado

2. Gênero, estupro e natalidade no Genocídio Ruandês

O estupro em guerras é uma prática muito antiga, podendo ser encontrado em relatos na Bíblia ou livros clássicos, como a Ilíada, por exemplo (GOTTSCHELL, 2004). Por se tratar de um tipo de violência sexual, ambos os conceitos são definidos por Reid-Cunningham (2008), como:

“sexual violence may be defined as sexual activity that manifests aggression or causes physical or psychological damage. Rape is a particular type of sexual violence: a penetrative sexual assault. Penetration may occur using an object or a human body part, and it is not limited to vaginal copulation (oral and oral penetration may also be categorized as rape). Men or women can be raped; men or women can be rapists.” (p.279)

Como mencionado acima, o estupro pode ser perpetrado tanto para com mulheres quanto para com homens; todavia, para fins metodológicos, esta pesquisa atém-se apenas ao estupro de mulheres perpetrados por homens, uma vez que o objetivo deste trabalho perpassa a questão da natalidade, mas reconhece que homens podem ser – e são – vítimas de violência sexual, assim como mulheres também podem ser perpetradoras deste tipo de violência.

Nesse sentido, apesar longa existência deste fenômeno, a prática do estupro em guerras começa a ganhar notoriedade somente a partir da Segunda Guerra Mundial, onde iniciam-se os estupros em massa, ou seja, *“the military strategy of widespread, systematic sexual violence and rape perpetrated intentionally against civilians”* (REID-CUNNINGHAM, 2008, p.279). Entretanto, a publicização desta prática, assim como uma maior discussão teórica e jurídica acerca da mesma tem início somente nos anos 90, sobretudo devido aos genocídios bósnio e ruandês, no qual essa tática foi amplamente empregada (CARD, 1996).

Ambos os genocídios representaram, também, um novo fenômeno que vinha sendo observado nos conflitos internacionais, conceituados por Kaldor (2013) como “Novas Guerras”. Isso significa dizer que os conflitos que começaram a ser travados a partir da década de 1990 possuíam uma natureza distinta dos conflitos clausewitzianos³, porque passam a ser marcados pelo caráter assimétrico, isto é, não

³ Os conflitos clausewitzianos são definidos por Sampaio (2016), como: “Os estudos de Carl von Clausewitz ajudaram a definir as guerras tradicionais. *“But in war more than in any other subject we must begin by looking at the nature of the whole; for here more than elsewhere the part and the whole must always be thought of together”*. (CLAUSEWITZ, 2007, p. 13). As guerras não eram atos isolados e compreendiam todo um contexto político, sendo atos de agressão destinados a infligir uma derrota ao oponente. *“War is thus an act of force to compel our enemy to do our will”*. (CLAUSEWITZ, 2007, p.13). O fator determinante para um conflito é o objetivo político que, por

eram mais guerras interestatais, mas sim, intraestatais, muitas das vezes com motivações étnicas, além de novos métodos (KALDOR, 2013, p.2-3). Dessa forma, o estupro é um claro exemplo de estratégia assimétrica, uma vez que *“in war rape, the enemy soldier attacks a civilian (not a combatant), a woman (not another male soldier), and only indirectly with the aim of holding or taking a territory.”* (DIKEN & LAUSTSEN, 2005, p.111).

Em decorrência de toda esta repercussão, o Conselho de Segurança da ONU aprovou, em 2008, a Resolução 1820, no qual o estupro é tipificado como uma arma de guerra. A resolução chama atenção para o fato de que

“women and girls are ‘particularly targeted by the use of sexual violence, including as a tactic of war to humiliate, dominate, instill fear in, disperse and/or forcibly relocate civilian members of a community or ethnic group.’ It categorically condemns ‘in the strongest terms all sexual violence committed against civilians in armed conflicts, in particular women and children,’ and refers to previous documents, such as the Rome Statute of the International Criminal Court, that echo this condemnation.” (REID-CUNNINGHAM, 2008, p.280).

Desse modo, o presente capítulo tem como objetivo entender como o estupro operou enquanto arma de guerra no Genocídio Ruandês, assim como as consequências deste ato. Para tal, o capítulo divide-se em quatro seções. Na primeira, fornece-se uma breve definição teórica do conceito de genocídio (LEMKIN, 1947), como modo de compreender o porquê do ocorrido em 1994 em Ruanda ser classificado como tal. Em seguida, farar-se-á uma explanação teórica sobre o estupro enquanto arma de guerra (GOTTSCHALL, 2004; DIKEN & LAUSTSEN, 2005; CARD, 1996; CLARK, 2014), a fim de apontar seus objetivos, motivações e consequências na dinâmica do conflito e pós-conflito. A terceira seção tem como foco o estudo de caso empreendido para esta pesquisa, ou seja, o genocídio de Ruanda. Assim, ela subdivide-se em quatro subseções: a primeira tem como foco a descrição do genocídio de Ruanda, assim como os eventos que antecederam e sucederam este ocorrido (GOUREVITCH, 2006; JASINSKI, 2017; LEMARCHAND, 2009); a segunda visa apontar as construções de gênero na sociedade ruandesa (JONES, 2002. SHARLACH, 1999), para que seja possível entender, na subseção seguinte, os motivos pelos quais o estupro foi usado como uma arma de guerra (MULLINS, 2009; BUSS, 2009); por último, apresentar-se-á as consequências do estupro para a

sua vez, determina o objetivo militar. Por vezes torna-se necessária uma abordagem diferente sendo a diplomacia o método utilizado. Em certos cenários o fator político é a única ferramenta necessária num conflito. Os conflitos representam a continuação das decisões políticas por outros meios.” (p.5)

sociedade ruandesa no pós-genocídio (HUMAN RIGHTS WATCH, 1996; AFRICAN RIGHTS STUDIES, 2004; DONOVAN, 2002; MUKAMANA, 2008). Nas considerações finais, pretende-se sintetizar tudo aquilo que foi dito ao longo do capítulo, a fim de direcionar o leitor para os pontos que serão abordados nos capítulos seguintes.

2.1 Conceituação teórica do termo “genocídio”

O genocídio é um termo contencioso tanto no âmbito acadêmico ou político, devido à sua complexidade. Até a Segunda Guerra Mundial, o genocídio era um crime sem nome. Com os crimes cometidos pelos nazistas, abre-se para uma nova discussão que permeia o cenário internacional, como por exemplo, a criação do Tribunal de Nuremberg, um tribunal internacional *ad hoc*⁴ para julgar os crimes cometidos durante o período nazista. Portanto, não é mais o Estado quem julga estes crimes, mas sim, a comunidade internacional, o que dá origem a um segundo debate, o dos direitos humanos, ou seja, passa-se a ter uma compreensão global que todo ser humano, apenas pela sua condição enquanto tal, goza de determinados direitos, tais quais, vida, dignidade, saúde, entre outros.

A respeito da temática do genocídio, que passa a ter seus primeiros debates na década de 40, tem-se como principal nome a tratar deste assunto Raphael Lemkin (1947), um dos responsáveis pela criação da Convenção em 1948. De acordo com ele, o genocídio pode ser entendido como “*the criminal intent to destroy or to cripple permanently a human group. The acts are directed against groups, as such, and individuals are selected for destruction only because they belong to these groups.*” (LEMKIN, 1947, p.146). Portanto, Lemkin deixa claro que o genocídio pode ser cometido tanto contra uma comunidade contra um indivíduo, pois entende que as comunidades são formadas por pessoas, sendo impossível desconsiderar sua individualidade.

⁴ São tribunais “destinados a resolver causas penais iniciadas contra particulares para encarar os crimes internacionais mais graves, como o genocídio, os crimes de guerra e os crimes contra a humanidade” (CICV, sd). Para mais informações, acesse: <https://www.icrc.org/pt/doc/war-and-law/international-criminal-jurisdiction/ad-hoc-tribunals/overview-ad-hoc-tribunals.htm>.

É importante ressaltar que, no caso do Tribunal de Nuremberg, o Holocausto não foi classificado enquanto um genocídio.

Baseada nesta definição, a Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio de 1948 define em seu artigo 2º: “entende-se por genocídio os atos abaixo indicados, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como: (a) Assassinato de membros do grupo; (b) Atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo; (c) Submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial; (d) Medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; (e) Transferência forçada das crianças do grupo para outro grupo.”. Esta definição diverge da original, uma vez que Lemkin incluía no extermínio em massa motivações tais quais raça, etnicidade, identidade nacional, religião e identificação regional. Além disso, tal definição não abarca motivações políticas ou status sociais. Isto posto, a pesquisa prefere se ater a esta definição tradicional e não se estender mais nesta discussão acerca do tema por não a considerar seu foco principal.

Por esta razão, o evento ocorrido em 1994 em Ruanda pode ser classificado enquanto um genocídio devido ao extermínio em massa que foi direcionado aos indivíduos pertencentes à etnia Tutsi por uma questão étnica per se. Além disso, um número muito expressivo de mulheres foi estuprada, acarretando na destruição física e mental da integridade de muitas delas. Assim, as próximas seções se dedicarão a apresentar a questão do estupro como arma de guerra, assim como o estudo de caso sobre Ruanda.

2.2 O estupro como arma de guerra

O estupro em guerras, como já mencionado na introdução deste capítulo, não é uma exclusividade dos conflitos contemporâneos, apesar de ter ganho maior destaque somente nas últimas décadas, devido a larga utilização do mesmo contra mulheres civis nos genocídios bósnio e ruandês na década de 1990. Essa prática era até então interpretada enquanto algo natural, devido a visão patriarcal da sociedade frente as mulheres, que as viam como objetos de pertencimento dos homens, e, portanto, classificavam o estupro como um crime privado (SEIFERT, 1996, apud DENOV, 2015, p.63).

É importante ressaltar que o estupro é uma forma de exercer poder e controle sobre o corpo do outro. Nas sociedades Ocidentais, o corpo, em especial as partes

íntimas, como o próprio nome sugere, são aquilo que o indivíduo possui de mais privado. Esse pensamento também acaba transbordando para sociedade colonizadas, devido a influência do pensamento ocidental em sua cultura. O trauma do estupro, portanto, reside no fato de que aquele indivíduo foi invadido em seu âmbito mais privado o possível, uma vez que *“rape, in other words, is not only a sexual and physical violation but it is also a fundamental violation of the self.”* (CLARK, 2014, p.147). No caso das mulheres que são vítimas deste ato há um sofrimento duplo; primeiro porque ela se vê enquanto suja, abjeta, e segundo devido a condenação e estigmatização sofrida pela mesma em decorrência das construções patriarcais da sociedade, que muitas das vezes não enxerga esta mulher como vítima, mas sim, como culpada deste ato (CLARK, 2014).

A partir da ótica feminista, primeiro grupo a lançar luz sobre este problema, foi criada a chamada “Teoria da Panela de Pressão”, com a qual a violência sexual é explicada como uma combinação de motivações biológicas para a realização sexual, combinado ao estresse e ao caos da guerra (SIEFERT, 1994, p.55). Dessa forma, de acordo com Brownmiller (1975), todas as guerras produzem o estupro porque esta se torna um ponto de apoio para a representação da masculinidade.

Uma vez que a teoria feminista não é capaz de abarcar toda a complexidade deste fenômeno, Brownmiller, principal expoente de outra corrente teórica - *“strategic rape theory”* - chama atenção em seu livro *Against Our Will* (1975) para o fato de que, *“man’s discovery that his genitalia could serve as a weapon to generate fear must rank as one of the most important discoveries”* (p.14). O estupro, do ponto de vista desta teoria, seria uma tática usada pelos soldados em prol de objetivos estratégicos maiores.

“Rape as a weapon of war has significant consequences for the social harmony of the affected communities. The goal of the military armed groups is to weaken and even destroy a given community by targeting the women and children. It is thus a threat to social identity and cultural integrity. In a genocidal context, the aim is to completely annihilate a given community. In a war context, the intention is to cut off the enemy from its civilian support by brutalizing the population and/or to “punish” civilian populations for their alleged or effective aid to the opposing group. For the victims and their clan, the village itself becomes associated with the assault.” (PLAUCHUT & LE HOUÉROU, 2017, p.2)

Desse modo, em um contexto de guerra, o estupro é visto como um domínio não só da vítima, mas também do conflito. Ele opera como uma ferramenta de ataque também ao inimigo, pois ressalta sua incapacidade em conseguir proteger as

mulheres civis de sua comunidade, uma vez que as construções patriarcais que tangenciam a sociedade impõem ao homem a responsabilidade de proteger este grupo. Desse modo,

“Women are at the centre of both family and cultural reproduction and they become strategic targets when the aim is to eradicate people. When rape is committed on a massive scale, the social fabric of family and community unravels exponentially, weakening people’s capacity to resist. It is this ability to destroy the community that makes rape such a powerful weapon of war” (MADRE, 2004, apud MUKAMANA, 2008, p.379).

Nesse sentido, o estupro e a ameaça de sua ocorrência durante a guerra são também uma forma de terrorismo e um aviso para as meninas e mulheres de que os soldados irão controlar não só seus corpos, mas todo o ambiente que as cercam. Como aponta Card (1996),

“As with other kinds of terrorism, rape as a practice often has two targets (O’Neill 1991). One target may be a throw-away or sacrificial victim who is used to send a message to others. The role of women who are raped and then murdered is like that of people who are murdered in a bombing. They are used to send a message to the second targets, whose compliance with various demands and expectations is sought by the terrorist.” (p.6)

Portanto, o estupro nesses contextos tem como um de seus objetivos o desmonte do tecido social da comunidade atacada, que pode ser classificado como estupro genocida. Como definindo por Mullins (2009),

“genocidal rape is defined as a systemically organized military tactic of terror and genocide. It is used to generate fear in subdued populations, humiliate the population (both men and women), derogate women (through spoilage of identity), and create a cohort of mixed ethnic children to maintain the humiliation/spoilage/ domination.” (p.18)

Em sociedades patrilineares, ou seja, nas quais a identidade está vinculada a linhagem paterna, à exemplo de Bósnia e Ruanda, o estupro serve como meio de desordenar as identidades tanto da mulher quanto da criança fruto desta violação, que acabam ficando atreladas a identidade do perpetrador. Clark (2014), aponta alguns dos fatores que atestam o estupro enquanto um crime contra a identidade das mulheres:

“she may be left with horrific bodily injuries that attack and impair her physical sense of what it means to be a woman (...) the act of rape may rob a woman of the opportunity of ever finding a husband or of having her own family. Rape, in other words, can result in a woman’s marginalization within the community that has contributed to her sense of purpose, place, and hence identity. In short, she may become “damaged goods,” an object of shame and dishonor defined by what has been done to her rather than by the person she actually is (...) if the victim is a virgin when she is raped, this can have a fundamental impact on her identity, by creating a false rite of passage which leaves

her feeling socially disorientated and uncertain of her status within the community.” (p.148)

Além disso, o estupro pode ser usado como um instrumento de exílio forçado, como modo de direcionar a população para determinadas áreas (REID-CUNNINGHAM, 2008). Isso ocorre pois os perpetradores selecionam locais estratégicos para estuprar suas vítimas, ou seja, em locais que elas frequentariam cotidianamente. Com o trauma do estupro, muitas das vítimas não conseguem permanecer no local onde o ato foi perpetrado, o que leva a essa mudança de localidade. Portanto, o estupro se configura também como um método de limpeza étnica, uma vez que *“war rape, in Bosnia and elsewhere, had as its purpose to destroy an ethnic group by killing it, to prevent its reproduction or to disorganize it, removing it from its home soil.”* (DIKEN & LAUSTSEN, 2005, p.115).

Como consequência para as vítimas, a maioria dessas mulheres acabam sendo estigmatizadas e percebidas não como vítimas, mas como apoiadoras do genocídio. *“In many cases, they are considered outcasts by their own community, and they are sometimes accused of collaborating with the enemy”* (MUKANGENDO, 2007, p. 42, apud CLARK, 2014, p.149). Nesse sentido, elas acabam não conseguindo contrair matrimônio e, quando ainda possuem parentes vivos, são muitas das vezes renegadas por eles, devido ao peso que o estupro tem nessas sociedades. É importante ressaltar a força que esta visão, de certo modo patriarcal, acerca do papel da mulher, que a relega ao cuidado da casa e da família possui muita força em sociedades tais quais a ruandesa. Assim, a negação do matrimônio a essas mulheres estupradas pode significar, além de um constrangimento financeiro, um obstáculo para própria percepção da mulher enquanto ela mesma, uma vez que esta própria pode começar a se observar como um indivíduo fora da zona do ser. Não só, em casos como Ruanda, os altos índices de HIV na sociedade fizeram com que os perpetradores se aproveitassem disso como forma de contaminar suas vítimas e os filhos que estas poderiam vir a ter (MULLINS, 2009, p.17). Isso faz com que essas mulheres passem fome ou vivam o resto de suas vidas em posições sociais altamente marginais (como mendigas, prostitutas etc), e em péssimas condições de saúde, muitas vezes também sem o tratamento devido, o que faz com que o genocídio se mantenha por formas indiretas (Ibid).

Outra consequência para essas mulheres pode ser o nascimento de uma criança fruto desta violência sexual. Apesar de não se ter um número correto de quantas crianças nasceram desta violência na Bósnia, sabe-se que entre 25.000 e 50.000

mulheres foram estupradas, e algumas delas acabaram engravidando. Já no caso de Ruanda, o número de mulheres estupradas foi dez vezes superior ao caso bósnio, resultando entre 20.000 crianças fruto deste ato, como já mencionado na introdução deste capítulo. Como pontuado nos parágrafos acima, essas sociedades são patrilineares, logo, a identidade dessas crianças apresenta-se vinculada a de seu pai, o que potencializa uma estigmatização e exclusão deste grupo na comunidade na qual estão inseridos. Não só, o trauma do estupro faz com que muitas mães não consigam criar seus filhos, devido a rememoração constante que eles trazem desta violência.

“Rape survivors and the children born of rape evoke these memories for the community, and the community’s desire to avoid or exclude survivors may be partially an attempt to shield itself from the reminder of the cultural defeat and the internalization of the assault of its members as an assault on the community.” (REID-CUNNINGHAM, 2008, p.282)

A discussão acerca dessas crianças será melhor trabalhada no capítulo seguinte, dedicado exclusivamente a explorar a temática da infância, portanto, os apontamentos acerca deste grupo se restringem a relação entre eles e suas mães, que foram vítimas de estupro, como modo de iniciar essa questão para os capítulos seguintes. Em resumo, Segundo Clark (2014),

“Rape can thus become a significant cause of structural violence against both mother and child. It may destroy a woman’s chances of finding a husband, rendering her “spoiled goods” in the eyes of her community (American Civil Rights Review 1996); and it may significantly impact on her ability to find employment. If she becomes infected with HIV/AIDS as a result of the rape, which was common in Rwanda, she may not have the strength to work, and if she receives no community support, it may be impossible for her to hold down a job due to lack of childcare. (...) The extremely negative way in which communities often respond to children born as a result of rape, moreover, is central to the argument that these children are victims of an identity crime.” (p.158)

Como foi possível perceber ao longo desta seção, *“the perpetrators of genocidal rape use their knowledge of the social consequences of sexual assault to maximize damage to the target population. Rapes are conducted in such a way that they are difficult for survivors to conceal.” (REID-CUNNINGHAM, 2008, p.291).* Além disso, como será mostrado mais adiante quando abordar-se-á a criação do Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR), há um foco muito grande, porém pouco sucedido, em punir os crimes de estupro ocorridos no genocídio, dando muita visibilidade a esta temática; todavia, as vítimas deste crime acabam sendo silenciadas por não receberem os cuidados adequados por parte do Estado, como é o caso de Ruanda, que será mostrado nas próximas seções. Dessa forma, é importante

chamar atenção também para os efeitos do estupro nos momentos de paz, e não somente nos momentos nos quais o conflito irrompe.

2.3. O caso ruandês – o genocídio de 1994

“Um genocídio não é um acontecimento isolado no tempo e no espaço: é um instante brusco em que passado, presente e futuro se descobrem ligados num enredo de causas e consequências que ultrapassa os limites geográficos e temporais da eliminação física de vítimas.” (PINTO, 2012, p. 7)

O caso ruandês ganhou notoriedade na literatura por se tratar da morte de quase 1 milhão de pessoas em um período de 100 dias, por meio do uso de machetes⁵, uma arma que exigia uma proximidade entre vítima e assassino. Essas duas figuras, na maioria das vezes, eram vizinhos, e, portanto, possuíam uma convivência diária, o que fez com que esse extermínio em massa se tornasse ainda mais chocante aos olhos da comunidade internacional.

A principal divisão étnica existente na sociedade ruandesa se deu entre Hutus e Tutsis, que se refletia muito mais em termos econômicos do que em questões de etnicidade. Os Tutsis eram vistos como pastores relativamente bem-sucedidos, ao passo que os Hutus eram percebidos como agricultores e fazendeiros pobres (LEMARCHAND, 2009, p.486).

“That the two groups could live in relative peace for decades means that the Rwanda Genocide was not rooted solely in historical hatreds, nor was it a spontaneous outburst of violence. While the Tutsi and the Hutu did not always live in harmony in the highly stratified precolonial or colonial Rwanda, the history of the two peoples includes long periods of interethnic calm (LEMARCHAND, 2009, p.484, apud, JASINSKI, 2017, p.203)

Todavia, com a Conferência de Berlim (1884), Ruanda foi designada para a Alemanha, que perdeu este território para a Bélgica com sua derrota na Primeira Guerra Mundial. Dessa forma, a nova administração colonial intensificou as divisões identitárias entre esses grupos, delineado por meio de políticas de demarcação da diferença. No período da administração colonial belga, os colonizadores

“(…) trouxeram balanças, fitas métricas e compassos e saíram pesando ruandeses, medindo sua capacidade craniana e realizando análises comparativas da protuberância relativa de seus

⁵ De acordo com o Dicionário Online de Português, o termo machete é um substantivo masculino com os seguintes significados: (1) descante popular; (2) faca de lâmina espessa; facão de mato, grande e pesado; sabre com dois gumes; (3) usado principalmente na América do Sul e nas Antilhas. Os machetes usados como arma, porém, têm lâminas estreitas, e geralmente de 60 a 90 cm de comprimento. Os de lâmina curta são usados em geral para cortar cana-de-açúcar e abrir picadas. Disponível em <https://www.dicio.com.br/machete/>. Acesso em: 13/10/2019.

narizes. Claro que os cientistas encontraram aquilo em que haviam acreditado o tempo todo. Os tutsis tinham dimensões “mais nobres”, mais “naturalmente” aristocráticas que as dos “rústicos” e “brutos” hutus. No “índice nasal”, por exemplo, o nariz médio tutsi era dois milímetros e meio mais longo e quase cinco milímetros mais fino do que o nariz hutu médio.” (GOUREVITCH, 2006, p. 54).

Baseados nesses estudos, os belgas concluíram que os tutsis eram o grupo que mais se aproximavam de características caucasoides e, assim, eram a raça “superior” (SPEKE, 1864). Tais conclusões passaram a pautar uma série de políticas da administração belga como a emissão de documentos de identidade indicando o grupo de pertencimento étnico de cada indivíduo. Tendo como base apenas em características físicas, esses documentos funcionavam como forma de demarcação e controle, cristalizando as diferenças e impedindo a mobilidade identitária entre grupos. Essas políticas reforçaram os benefícios e privilégios políticos do Tutsis que, devido às aproximações morfológicas com grupos de traços caucasianos, identificados como mais “evoluídos”, passaram a ocupar cargos políticos e de destaque na sociedade (SANTOS, 2011). Assim, com a saída da Bélgica do país, a noção de uma identidade nacional ruandesa é suprimida por duas identidades de grupo concorrentes, hutus e tutsis (GOUREVITCH, 2006, p.57).

Em 1959, entretanto, os ruandeses Hutus dão início a uma “revolução social”, como modo de findar com o subjugo que estes viviam, e dando início ao processo de independência, que se concretiza três anos depois. Com a independência, os hutus assumem o poder com um sentimento revanchista com relação aos Tutsis. Em 1974, o General Hutu Juvénal Habyarimana, então chefe de gabinete do Exército, dá um golpe de Estado que derruba o presidente que foi eleito em 1960, Grégoire Kayibanda. Assim que assumiu a presidência, Habyarimana interrompeu as perseguições em andamento contra o Tutsis nas quais ele mesmo havia desempenhado um papel de destaque, e criou o Movimento Revolucionário Nacional pelo Desenvolvimento (MRND), seu partido no qual todo cidadão era membro vitalício (MCKINNEY, 2012, p.162).

“Os indivíduos eram literalmente mantidos em seu lugar por regras que proibiam a mudança de residência sem aprovação do governo. E para os tutsis, é claro, continuavam valendo as regras da cota de 9%. Membros das forças armadas eram proibidos de casar com tutsis, e nem é preciso dizer que eles mesmos não podiam ser tutsis.” (GOUREVICH, 2006, p.68).

Apesar de todo este cenário e de seu discurso pacificador frente aos conflitos étnicos existentes, todas as políticas de inclusão política dos Tutsis era uma forma

de manter as aparências, uma vez que, na prática, este grupo tinha seus acessos a educação, serviços públicos e militares restringidos (GOUREVICH, 2006, p.66-69).

“A relativa estabilidade do governo do General Habyarimana manteve-se até a década de 1990, quando ele declarou que o país passaria por um processo de democratização. Em outubro de 1990, o exército tutsi, *Rwandese Patriotic Front* (RPF), baseado em Uganda, lançou uma ofensiva além da fronteira que dividia os dois países.” (FAGANELLO, 2013, p.129)

Somado às questões sócio-políticas, esse quadro é agravado com a baixa dos preços do café e do chá, principais commodities ruandesas, no final da década de 80. Devido à falta de retorno do governo ruandês, instituições tais quais o FMI e o Banco Mundial cortaram o crédito do país, obrigando o governo a aumentar os impostos (SILVA, 2003). Tal cenário leva a uma derrocada gradual do poder de Habyarimana, que tenta instaurar os Acordos de Arusha (1993)⁶ como forma de estabilizar a situação em Ruanda, cujo principal objetivo era findar a guerra entre Ruanda e a Frente Patriótica Ruandesa (RPF). Desse modo, ao internacionalizar este problema, Habyarimana evita com que uma catástrofe maior se instaure em Ruanda (JASINSKI, 2017, p.205).

No plano da política nacional, devido a falta de um sucessor claro ao presidente, diversas das facções Hutus começaram a se organizar de modo a preencher o vácuo político que seria causado com a morte de Habyarimana (LEMARCHAND, 2009, p.488-489). É neste contexto que é criada a *Kangura*⁷, que inicia a campanha de ódio aos Tutsis, apelidando-os de baratas, uma metáfora que sugeria que eles eram inimigos fracos e traiçoeiros (KIERNAN, 2007, p.558). Apesar disso, enquanto Habyarimana estava vivo, as forças hutus operaram em baixa escala, tendo

⁶ “O Acordo de Arusha, assinado nas presenças dos presidentes da Tanzânia, Ali Hassan Mwinyi; de Uganda, Yoweri Museveni; do Burundi, Melchior Ndadaye; e do Primeiro-Ministro do Zaire, Faustin Birindwa, depois de um ano de discussões no qual importantes passos foram dados:
- Assinatura do cessar-fogo em 12 de julho de 1992;
- Ratificação de acordos para a divisão de poder, definindo a composição do Governo Transitório de Base Ampla (BBTG), apresentados em 30 de outubro de 1992 e 9 de janeiro de 1993;
- Aceitação do Protocolo de Repatriação de Refugiados, assinado em 9 de junho de 1993;
- Fixação do Acordo de Integração às Forças Armadas de Ruanda, assinado em 3 de agosto de 1993.” (SILVA, 2003, p.78)

⁷ *Kangura* era uma revista em *kinyarwanda* e francês que serviu para alimentar o ódio étnico que precedeu o genocídio. Baseado na cidade de Gisenyi, o jornal foi criado em 1990, após a invasão da FPR, e continuou publicando até 1994, data de início do genocídio. Era patrocinada pelo partido dominante e editada por Hassan Ngeze, e era uma resposta a revista *Kanguka*, patrocinada pela FPR. *Kangura* é uma palavra ruandesa que significa “acordar”. Para mais informações, acessar: <https://web.archive.org/web/20130103180249/http://www.trumanwebdesign.com/~catalina/kangura.htm>.

seu único incidente pré-genocídio em 1992, quando a Rádio Ruanda (RTLM)⁸ anunciou em março deste mesmo ano que o governo havia descoberto um plano Tutsi para massacrar os Hutus, fazendo com que a *Interahamwe* liderasse um massacre em larga escala de Tutsis.

Desse modo, o presidente Habyarimana se utilizava das tensões entre militantes extremistas para postergar sua saída do governo; e o Conselho de Segurança da ONU anunciou que as atividades da UNAMIR⁹ só teriam autorização para serem iniciadas se os conflitos no território ruandês fossem amenizados. Diante do não cumprimento das ordens do Conselho de Segurança da ONU, os Estados-membros europeus anunciaram um boicote financeiro a Ruanda, fato que obrigou o presidente Habyarimana a viajar para um encontro com o presidente da Tanzânia, com a finalidade de discutir a respeito da instabilidade regional e dos acontecimentos em solo ruandês (SILVA, 2003, p.80-81). Todavia, o retorno do presidente à Ruanda nunca ocorre, e, em 6 de abril de 1994, os ruandeses são informados que o avião que trazia Habyarimana havia sido atingido por dois mísseis enquanto retornava ao país. Assim, dá-se início ao genocídio e o vácuo de poder se torna uma realidade, pois, durante os primeiros dias de massacre, não se sabia quem estava sob o comando do governo ruandês (GOUREVITCH, 2006, p.113), mostrando uma falta de hierarquia no decurso do genocídio.

“There is little evidence of a structured or hierarchy among the many factions of Hutu Power, as even army officers could be stopped for questioning by the Interahamwe (Gourevitch, 1998, p.129). The effort to exterminate the Tutsis was implemented by several different factions of Hutu leadership, starting in Kigali, where at least twenty thousand people were killed in the three weeks after Habyarimana’s death. Hutu organizations elsewhere in the country soon joined in. (...)”

⁸ “Radio became a powerful weapon used to incite and direct the Rwandan genocide. The majority of radio broadcasts in the Rwandan audiotapes collection are from the privately-owned Radio Télévision Libre des Mille Collines (RTLM). The radio broadcasts reveal a struggle over who gets to tell history and, therefore, a struggle over a monopoly on truth. In other words, the RTLM broadcasts exhibit a phenomenon which seems to be more universally true, which is the political necessity of storytelling.” (LYON, 2013, np)

⁹ UNAMIR é a sigla para Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda, do inglês *United Nations Assistance Mission for Rwanda*, instaurada em 5 de outubro de 1993 por meio da Resolução 872 do Conselho de Segurança da ONU. Como produto dos Acordos de Arusha e sob comando do General Belga Roméo Dallaire, a missão tinha como objetivo “to help the parties implement the agreement, monitor its implementation and support the transitional Government. UNAMIR’s demilitarized zone sector headquarters was established upon the arrival of the advance party and became operational on 1 November 1993, when the NMOG II elements were absorbed into UNAMIR. Deployment of the UNAMIR battalion in Kigali, composed of contingents from Belgium and Bangladesh, was completed in the first part of December 1993, and the Kigali weapons-secure area was established on 24 December.”. Para mais informações, acesse: <https://peacekeeping.un.org/en/mission/past/unamirS.htm>

Throughout the genocide, government and militia-affiliated radio stations broadcast instructions to the militias, exhorting them to kill their Tutsi neighbors, instructing them where more Tutsi could be found, and warning them of consequences should they refuse to participate in the killings.” (JASINSKI, 2017, p.210)

De acordo com Lemarchand (2009), as matanças foram induzidas por um senso de dilema de segurança, isto é, havia uma percepção, por parte dos Hutus, que matar aos Tutsis seria o único modo de evitar com que estes os matassem. Dessa forma, *“the bandwagoners were motivated by a combination of factors, including the prospect of enrichment and fear of being labeled a Tutsi sympathizer, a factor usually not present in ethnic genocides but ubiquitous where the scapegoat is identified in socioeconomic terms”* (JASINSKI, 2017, p.211).

Contudo, a falta de coordenação das milícias Hutus, em contraponto a organização e as táticas militares da Frente Patriótica Ruandesa (RPF), levou a retomada do controle do país por parte deste segundo grupo, colocando fim ao genocídio. Sob o comando de Paul Kagame, que recebeu treinamento nos Estados Unidos e cuja atuação militar despertou a admiração de potências ocidentais, a Frente Patriótica Ruandesa foi capaz de manobrar as forças francesas presentes no país por meio da Operação Turquesa¹⁰ e retomar o poder em Ruanda. Como aponta Jones (2002),

“It is possible that, had the RPF not succeeded in taking power when it did, Hutu rule in Rwanda might have degenerated into the situation familiar to us from images of life and death in Somalia, Sierra Leone, and Liberia: armed gangs of young men taking direction only from local or regional “warlords,” and inflicting violence and intimidation indiscriminately on the civilian population.” (p.77)

A partir deste evento, portanto, Paul Kagame se tornou presidente de Ruanda, cargo que ele ocupa até os dias de hoje. Apesar dos receios da sociedade ruandesa e da comunidade internacional, não houve nenhum massacre em larga escala de Hutus por parte da RPF como forma de vingança, ao contrário, as categorias étnicas foram abolidas no país, que passou a adotar a retórica acerca de uma identidade ruandesa. Desse modo, até o presente momento, Ruanda se encontra em uma situação de paz e prosperidade, porém, não se há certezas de que um evento como este nunca mais ocorrerá (JASINSKI, 2017).

¹⁰ A Operação Turquesa consistia em uma intervenção “humanitária” do governo francês em Ruanda, cujo objetivo era salvar vidas, uma vez que o massacre já estava em curso. Anos depois, porém, descobriu-se que esta operação serviu como forma de proteger e acobertar genocidas Hutus, facilitando, inclusive, sua fuga do país. Para mais informações, acesse: <https://internacional.esta-dao.com.br/noticias/geral/franca-teria-acobertado-genocidas-de-ruanda-imp-.1149888>.

Como mecanismos de justiça de transição, foram criados o Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR) e as *Gacacas*. O TPIR foi criado em 8 de novembro de 1994 por meio da Resolução 955 do Conselho de Segurança da ONU, com o objetivo de "*prosecute persons responsible for genocide and other serious violations of international humanitarian law committed in the territory of Rwanda and neighbouring States, between 1 January 1994 and 31 December 1994*" (UNICTR, sd). É localizado em Arusha, na Tanzânia, e possui escritório em Kigali; a câmara de recursos encontra-se em Hague, Holanda. Devido a superlotação dos presídios ruandeses e da dificuldade do governo em alocar o julgamento de todas essas pessoas, são criadas, em 2002, as *gacacas*, tribunais regionais liderados por líderes comunitários cujo objetivo era colocar vítima (caso seja um sobrevivente) e perpetrador frente a frente, de modo que o segundo reconhecesse seu crime e pedisse perdão a mesma (AFP, 2019).

2.3.1 As construções de gênero na sociedade ruandesa

"Focusing solely on ethnicity has tended to obscure sex and gender. In examining Rwandan attitudes and representations of gender, it becomes clear that gender psychology, gender politics, and gender symbolism played a more important role in preparing the terrain and in shaping the violence than ... has heretofore been suspected." (JONES, 2002, p.87)

A questão do gênero durante o Genocídio Ruandês é mais complexo e multifacetado do que em qualquer outro evento equivalente na história (JONES, 2002, p.65), devido a uma combinação de fatores, tais quais o papel expressivo de mulheres em perpetrarem o genocídio, a rápida evolução do genocídio, no qual idosos, mulheres e crianças passaram a ser alvos primários das milícias, e as assimetrias numéricas de gênero no pós-genocídio, em decorrência do grande número de homens mortos.

No período pré-genocídio, a crise econômica diminuiu o número de terras disponíveis, o que levou a uma crise de gênero para os jovens homens Hutus, pois, como mostra Adam Jones (2002),

"in Rwandese society, there were previously a number of options open to poor young men. These included (1) acquiring land from the older generation of farmers, (2) clearing new farmland on the hills, (3) migration to Uganda or Zaire to find work or land, (4) becoming a client of a wealthier or more powerful man and (5) obtaining formal employment, usually in the civil service." The authors note that "by 1990, most of these

options were rapidly disappearing, or had gone altogether.”
(p.66)

Desse modo, a crise para estes homens também se elevou a um nível existencial, uma vez que a ausência de terras impede com que ele consiga se casar ou alcançar o status social de seus familiares. “*With the loss of economic resources and opportunities, especially amongst the Hutu peasantry, masculinity itself was challenged.*” (MULLINS, 2009, p.28). Com o genocídio, portanto, esses homens encontraram nas matanças a possibilidade de adquirir as terras e os demais bens de suas vítimas. Além disso, a propaganda veiculada pela mídia tornou-se um dos principais incentivadores do genocídio, principalmente com a publicação e veiculação dos “Dez Mandamentos do Homem Hutu”, em 1990 na *Kangura*. Eram eles:

“1. Todo hutu deve saber que uma mulher tutsi, seja ela quem for, serve ao interesse do grupo étnico tutsi. Assim sendo considerado traidor qualquer hutu que:

- desposar da mulher tutsi · ajudar uma mulher tutsi
- empregar uma mulher tutsi como secretária ou concubina

2. Todo hutu deve saber que nossas filhas hutus são mais adequadas e conscientes em seu papel de mulher, esposa e mãe de família. Que elas são bonitas, boas secretárias e mais honestas.

3. Mulheres hutus, sejam vigilantes e procurem abrir os olhos de seus maridos, filhos e irmãos.

4. Todo hutu deve saber que todo tutsi é desonesto nos negócios. Seu único objetivo é a supremacia de seu grupo étnico. Assim sendo, qualquer hutu que pratique as ações abaixo mencionadas é traidor:

- ter sociedade com um tutsi em um negócio;
- investir seu dinheiro ou dinheiro do governo em uma empresa tutsi;
- emprestar dinheiro a um tutsi ou tomar dinheiro emprestado de um tutsi;
- favorecer a um tutsi nos negócios (concedendo licenças de importação, empréstimos bancários, canteiros de obras, mercados públicos...);

5. Todos os cargos estratégicos, políticos, administrativos, econômicos, militares e de segurança devem ser ocupados por hutus.

6. No setor de educação (escolares, estudantes universitários, professores) a maioria deve ser hutu.

7. As Forças Armadas Ruandesas devem ser exclusivamente formadas por hutus. A experiência de outubro [1990] nos ensinou uma lição. Nenhum militar deve casar-se com uma tutsi.

8. Os hutus devem parar de ser clementes com os tutsis.

9. Os hutus estejam onde estiverem, devem ter união e solidariedade, e se interessar pelo destino de seus irmãos hutus:

- Os hutus dentro e fora de Ruanda devem constantemente procurar amigos e aliados para a causa hutu, começando por seus irmãos bantos;
- Devem opor-se constantemente à propaganda tutsi; · Os hutus devem ser firmes e vigilantes contra seu inimigo comum, os tutsis.

10. A Revolução Social de 1959, O Referendo de 1961 e a Ideologia Hutu devem ser ensinados a todo hutu em todos os níveis. Todo hutu deve disseminar amplamente essa ideologia. Todo hutu que perseguir seu irmão hutu por ter lido, disseminado e ensinado essa ideologia é traidor.”¹¹

Por esta razão, os homens Tutsis e Hutus que eram contra o genocídio eram o primeiro alvo das milícias, por serem considerados suas principais ameaças; para que em seguida se matassem as crianças, mulheres e idosos, que também foram construídos pelas lideranças do genocídio como uma “quinta coluna traidora e revolucionária” (JONES, 2002).

Como é possível notar, os três primeiros pontos destes dez mandamentos tratam da questão das mulheres Tutsis, cuja maioria foi estuprada pelas milícias Hutus. Essa questão do estupro será melhor tratado na subseção seguinte, explorando-se agora apenas as construções de gênero acerca da mulher Tutsi que propiciaram este comportamento.

“Hutu extremists harboured enormous psychological ambivalence toward Tutsi women. On one hand Tutsi women were despised for their potential subversive capacity to undermine the categorical boundary between Tutsi and Hutu. On the other hand, many Hutu extremist men were unable to completely shed feelings of attraction toward Tutsi women. Of colonial origin, the representation of Tutsi women as superior in intelligence and in beauty to Hutu women appears to have plagued the psyches of Hutu extremists. Envy and resentment are perhaps the most social of emotions. When these emotions concern traits like intelligence and physical beauty, they are not easily expunged.” (TAYLOR, Sacrifice as terror, p.177, apud JONES, 2002, p.79)

As mulheres Tutsis eram retratadas, tanto pelos Hutus quanto pelos Tutsis como uma “elite” feminina, em detrimento de sua estatura média, educação e suposta beleza física. Em contrapartida, foram também retratadas como potenciais *Mata Hari*¹², ou seja, prontas para usar sua suposta vantagem sexual para subverter a nação a suas vontades (JONES, 2002, p.78). A vulnerabilidade dessas mulheres só aumentou com a alegada ligação existente entre seus encantos sexuais e os desejos dos estrangeiros, como é possível ver em uma charge publicada pela *Kangura*:

¹¹ Disponível em <http://unicrio.org.br/docs/ruanda/painel2b.pdf>. Acesso em 25/10/2019.

¹² “Mata Hari was a professional dancer and mistress who accepted an assignment to spy for France in 1916. Hired by army captain Georges Ladoux, agreeing to pass military information gleaned from her conquests to the French government. Not long after, however, Mata Hari was accused of being a German spy. She was executed by firing squad on October 15, 1917, after French authorities learned of her alleged double agency.”. Para mais informações, acessar: <https://www.biography.com/performer/mata-hari>.



Figura 1: A charge de 1994 da Kangura diz, em kinyarwanda: “O general Dallaire e seu exército caíram na armadilha das Tutsi *femme fatales*”. Retirado de Sai (2012).

Desse modo, como aponta Lisa Sharlach (1999), por meio de uma entrevista fornecida a ela pela sobrevivente Chantal Kayitesi em 10 de novembro de 1998,

“The media was used to prepare society. They made up the commandments, the commandments of the Hutu. “The Tutsi woman is bad, the Tutsi woman is a prostitute, the Tutsi woman is an informant/spy.” All this, all this propaganda, was on the radio and the TV. It led to many sentiments against the Tutsi women, that one should kill them, that if the Tutsi woman married a Hutu, the kids, even, should be killed. It was the media campaign that prepared the genocide.” (p.394)

Naquilo que diz respeito as mulheres enquanto agentes do genocídio, por sua vez, uma proporção delas significativamente superior aos homens participou voluntariamente das matanças. Isso rompe com o estereótipo ocidental de que a mulher é sempre a vítima e menos politicamente engajada na violência que os homens.

“There were some women who were very active in the genocide.... This shows that every time the woman is not a, not peaceful, like we think in our society. In the genocide, when the woman was not able to kill you, they refused you to go in the house. It was the—Every time, it was the woman who refused other women to be in her house. If the husband accepted to put you in the house, the women refused. If you are going in the bush, near the—they call the militia and say, “She is here.” Women had a great role in the genocide here in Rwanda. (Interview with Chantal Kayitesi, November 10, 1998).” (SHARLACH, 1999, p.387)

O caso mais emblemático é o de Pauline Nyiramasuhuko, Ministra da Mulher e dos Assuntos de Família no período do genocídio, responsável por ir aos locais onde homens Tutsis se refugiavam e escolher pessoalmente aqueles que iriam para as casas de abate (JONES, 2002, p.83). Outros nomes tais quais Rose Karushara, Odette Nyirabagenzi, thanasie Mukabatana e Sister Julienne Kizito podem ser

citados¹³. Em grande medida, as mulheres Tutsis confiavam seus filhos a estas mulheres, que os entregavam para as milícias; além disso, essas mulheres eram responsáveis por informar as milícias onde a população Tutsi estava escondida, e muitas das vezes fingiam acolhe-los como forma de unir o maior número de indivíduos possíveis para entrega-los as forças genocidas. Não só, muitas eram responsáveis por persuadir as mulheres Tutsis a aceitarem serem escravas sexuais das milícias Hutus e de outros homens (SHARLACH, 1999; JONES, 2002). Atitudes como essa ocorreram também como uma forma de vingança frente a posição de subordinação vivida por elas em relação as mulheres Tutsis no período anterior ao genocídio. Em resumo, “*in 1994 Rwanda, a woman's loyalty to her ethnic group almost always overrode any sense of sisterhood to women of the other major ethnic group.*” (SHARLACH, 1999, p.388).

É importante ressaltar que os homens e mulheres Hutus não eram somente perpetradores do genocídio, assim como homens e mulheres Tutsis não eram apenas vítimas. Como pontua Sharlach (1999), “*Most of the women killers were Hutu; however, girls and women fought in the Tutsi resistance (African Rights, 1998a, p 5). Some Tutsi women married to Hutu men were also complicit in the genocide (African Rights, 1996, P 96).*” (p.392). Além disso, a Frente Patriótica Ruandesa também cometeu abusos sexuais. “*Women were sexually abused also by soldiers from the Rwandan Patriotic Front (RPF) in revenge for what Hutu men previously had done to Tutsi women*” (NEWBURG & BALDWIN, 2000, p. 4).

Ao final do genocídio, a taxa entre homens e mulheres na sociedade ruandesa era algo desproporcional. Com retorno dos homens que haviam se refugiado em países vizinhos, a taxa que era antes de 70% de mulheres compondo a sociedade reduziu para 57%. Por se tratar de uma diferença ainda sim muito expressiva, o governo autorizou práticas antes proibidas, tais quais a poligamia, a fim de reduzir o número de mulheres viúvas ou solteiras (JONES, 2002, p.86).

2.3.2 O estupro como ferramenta genocida em Ruanda

¹³ Para mais informações acerca das atividades desempenhadas por estas mulheres no decorso do genocídio, consultar: JONES, Adam. Gender and Genocide in Rwanda. *Journal of Genocide Research*, v.4, n°1, 2002, p.83.

Como já mencionado em alguns momentos ao longo deste capítulo, o estupro como arma de guerra ganhou notoriedade a partir de eventos tais quais o genocídio em Ruanda, no qual entre 250.000 e 500.000 mulheres foram vítimas de estupro (NOWROJEE, 1996, p.24). De acordo com a *Pro-femmes Twese Hamwe*, uma organização de mulheres ruandesas, estima-se que aproximadamente 90% das mulheres Tutsis sobreviventes do genocídio tenham sido vítimas de estupro (MUKAMANA; COLLINS, 2006). Apesar das dificuldades em alcançar uma estimativa precisa, uma pesquisa conduzida pela UNAMIR com 304 sobreviventes apontou que 28% das vítimas eram menores de 18 anos; 43.75% estavam na faixa de 19 a 26 anos; 17.1% tinham de 27 a 35 anos; 8.55% de 36 a 45 anos; e 1.6% possuíam mais de 45 anos (HUMAN RIGHTS WATCH, 1996, p.24).

Não só, no caso ruandês, esse ato também ganhou notoriedade devido a sua letalidade. Muitas mulheres viam toda sua família serem mortas antes de serem estupradas (GOODWIN, 1997). Além disso, práticas tais quais decepar os seios das vítimas, deixar os corpos das mulheres mortas nus nas estradas e em locais com ampla circulação de pessoas, ferros colocados nas partes íntimas, o assassinato dos bebês das vítimas que estavam grávidas, dentre outros. Portanto, *“the sexual violence of the Rwandan genocide was a central tactic used within the attempt to eliminate the Tutsi population.”* (MULLINS, 2009, p.27).

“Many of the victims died because their bodies were so badly torn after repeated rapes in which sharpened sticks, gun barrels or boiling water often replaced penises. Women in late stage pregnancies or those who had recently given birth did not escape. Others died because their attackers tried to gouge out their genitalia or otherwise sexually mutilate them with machetes after raping them.” (GOODWIN, 1997, np)

Além disso, os estupros em Ruanda não foram perpetrados somente por soldados, mas também por qualquer homem que apoiava o genocídio – como é o caso de médicos, agricultores, entre outros, que eram encorajados pelos militares a perpetrarem esta violência (SHARLACH, 1999). Desse modo, os estupros dividiam-se em algumas categorias: (i) o estupro como “casamento”; (ii) o estupro seguido de morte; (iii) o estupro como recompensa.

No primeiro caso, as mulheres estupradas e capturadas pelos soldados eram chamadas de “esposas de soldados”, ou “esposas de teto”, porque eram escondidas pelo soldado que a capturou em sua casa para evitar que ela, seu “troféu”, fosse morta e feita de escrava sexual por outro soldado que não ele; além disso, o uso do termo casamento era uma forma de dissociar aquelas vítimas da prática do estupro

(BONNET, 1995, p.19). No segundo caso, por sua vez, o estupro significava uma tortura seguida de morte; porém, há muitos casos nos quais os soldados recusavam-se a matar as mulheres estupradas por considerarem que viver com as cicatrizes físicas e psicológicas do ato seria algo muito pior para as mesmas. Não só, muitas mulheres foram obrigadas pelas milícias a assassinarem seus próprios filhos antes ou depois de serem violentadas (SHARLACH, 1999, p.396). No terceiro caso, por último, o estupro como recompensa era uma forma de controle das milícias sobre essas mulheres, que decidiriam quando e quem iriam estupra-las. Foi em contextos como estes que se deu o estupro em grupo, no qual muitas mulheres foram violentadas por longos períodos de tempo por diferentes homens, que revezavam entre si para perpetrar esta violência (FOUNDATION RWANDA, 2019).

Além disso, durante os anos 80, a maioria dos países africanos – incluindo Ruanda – estavam vivendo uma epidemia de HIV/AIDS, o que levava a altos índices desta doença em grande parte da sua população. No período do genocídio, estima-se que 35% dos soldados estavam contaminados pelo vírus, e muitos deles se valeram disso para transmitir a doença para a vítima do estupro e para as gerações futuras, por considerar este um sofrimento muito maior e a longo prazo do que a morte (SHARLACH, 1999, p.393).

A propaganda genocida foi a grande responsável por encorajar que os estupros dessas mulheres ocorressem. Todavia, muitas das vezes essa violência foi não só estimulada como mandada por algumas autoridades locais, como prefeitos de diversas comunas, e cujo maior exemplo é o caso de Paul Akayesu, primeiro caso na temática da violência sexual a ser tratado no Tribunal Penal Internacional para Ruanda (MULLINS, 2009; BUSS, 2009).

Assim como o Tribunal Penal Internacional para a Iugoslávia (TPII), o Tribunal Penal Internacional pra Ruanda (TPIR), recebeu os instrumentos legais para processar os abusos sistemáticos de estupro, mas a eficácia ao combate deste crime foi variada (HADDAD, 2011, p. 110). Enquanto que no TPII o estupro era o foco principal dos julgamentos, em Ruanda não era, apesar de terem ocorrido vinte vezes mais estupros no genocídio ruandês do que no genocídio bósnio (Ibid). Apesar de ter sido criado em 2000, um grupo de especialistas na temática do estupro no TPIR só foi estabelecido três anos após a criação deste tribunal, assim como o

estabelecimento do primeiro caso neste tema, Akayesu¹⁴, que expandiu as definições de estupro que existiam até então no Tribunal.

“The Tribunal went further to rule the rapes in fact resulted in physical and psychological destruction of Tutsi women, their families and their communities. Sexual violence was an integral part of the process of destruction, specifically targeting Tutsi women and contributing to their destruction and to the destruction of the Tutsi group as a whole.” (BUSS, 2009, p.151)

Entretanto, é importante ressaltar que a definição de estupro do Tribunal é limitada, pois restringe-se apenas ao binômio mulheres Tutsis vítimas X homens Hutus perpetradores. Como mencionado na subseção anterior, é sabido que mulheres Hutus que eram contra o genocídio ou casadas com homens Tutsis também eram estupradas, assim como os próprios homens Tutsis. Nesse sentido,

“rape as a modality of violence is treated as relatively uniform in practice and experience. The emphasis is on shared patterns of violence (Tutsi women attacked by Hutu men) and continuity of impact (destruction of a community) rather than considering variances and exceptions” (BUSS, 2009, p.154).

Como consequência, no TPIR, 22 indivíduos foram acusados de cometer crimes sexuais, dentre os quais, 14 destes julgamentos estão completos, 7 encontram-se em progresso e 1 ainda aguarda julgamento (MULLINS, 2009, p.22); e apenas 5 indivíduos foram condenados por estes crimes (HADDAD, 2011, p.117). Esses dados demonstram a ineficácia e a limitação do Tribunal em julgar os crimes de natureza sexual, sobretudo por oferecerem uma definição muito restrita acerca dos mesmos. Desse modo, *“rape as an instrument of the genocide is obvious in the Rwanda Tribunal’s decisions, even while few individual accused have been held legally responsible for rape.”* (BUSS, 2009, p.152)

2.3.3 As consequências do estupro no pós-genocídio

Em uma sociedade patriarcal e ainda muito conservadora como Ruanda, falar abertamente sobre estupro é considerado um tabu. Além disso, essas mulheres são muitas das vezes vistas como prostitutas, ou até mesmo apoiadoras do genocídio, ao invés de vítimas (CLARK, 2014, p.149). *“Rape in a patriarchal culture has*

¹⁴ Paul Akayesu foi prefeito da cidade de Gitarama de abril de 1993 a junho de 1994. Foi condenado a prisão perpétua em 2 de outubro de 1998 pelo TPIR por ter incentivado e ordenado com que milícias Hutus e outros apoiadores do genocídio matassem e estupassem a população Tutsi. O Tribunal o considerou culpado por 9 acusações de genocídio e crimes contra humanidade. (BUSS, 2009). Para mais informações, consultar *Prosecutor v Jean Paul Akayesu, Caso nº TPIR-96-4-T* (TPIR, Chamber 1), 2 de setembro de 1998, disponível em: <http://69.94.11.53/default.htm>.

a special potential to drive a wedge between family members and to carry the expression of the perpetrator's dominance into future generations.” (CARD, 1996, p.11)

Em sociedades tais quais a ruandesa, as mulheres são valoradas, primeiramente, por seus papéis dentro da família, isto é, enquanto mães e esposas, o que mostra que o casamento é algo muito importante para esta sociedade (RINALDO, 2004; REID-CUNNINGHAM, 2008). Desse modo, grande parte das mulheres que foram estupradas não conseguem se casar, ou são abandonadas pelos maridos, caso já sejam casadas, pois o estigma do estupro encontra-se acoplado a elas, fazendo com que essas vivam em um estado de exclusão social.

É no ritual do casamento também que é marcada a transição entre ser menina e tornar-se mulher, sobretudo pela perda da virgindade, que só pode ocorrer após o matrimônio. Neste momento a mulher, que antes pertencia a comunidade de sua família, passa agora a pertencer a comunidade de seu marido. Com o estupro de meninas, que até então eram virgens, essas sofrem uma perda de identidade, porque não são mais meninas, uma vez que já fizeram sexo, mas também não conseguem se ver como mulheres, pois não tem um marido (MUKAMANA; BRYSIWICZ, 2008).

Por esta razão, o estupro tem como consequência a marginalização social dessas mulheres. A desonra vinculada ao estupro é tão significativa que afeta as interações sociais entre as sobreviventes e os outros membros da comunidade. Isso faz com que estas mulheres se isolem socialmente, o que faz com que muitas delas se mudem para locais onde não são conhecidas por ninguém, como forma de evitar a estigmatização. Além disso, nos casos em que essas mulheres são casadas, muitas delas optam por esconder a verdade de seus maridos, devido ao receio do abandono e rejeição por parte de seus companheiros (MUKAMANA e BRYSIWICZ, 2008, p.382).

Para além da questão do casamento e a rejeição por parte da comunidade, essas mulheres sofreram danos físicos que, muitas das vezes, limitam a reinserção das mesmas no mercado de trabalho, e o Estado não auxilia no custeio de tratamentos médicos e psicológicos para as mesmas, que muitas das vezes se encontram em situação de extrema pobreza, por não conseguirem emprego e nem construir uma família. Como aponta o depoimento de uma sobrevivente do estupro:

“I have some trauma in my stomach because I continue to bleed and I cannot be treated ... I cannot get married any longer ... To be able to get married, you have to be physically fit. You have to be able and capable; I am no longer fit ... I was sent to Kigali for treatment. But then, when I didn't have enough money,

I went back to my area and because I am poor I cannot get adequate treatment.” (MULLINS, 2009, p.26)

Seguido deste depoimento, Mullins (2009) faz algumas explicações acerca dos termos empregados pela sobrevivente. Quando a vítima faz referência ao estomago, ela na verdade está se referindo a suas partes íntimas; ela é incapaz de ter relações sexuais, e até mesmo de casar. Além disso, ela foi severamente machucada em seus braços e ombros, e assim incapaz de realizar trabalhos físicos requeridos pela economia doméstica para essas mulheres. Por fim, a ausência de recursos econômicos impediu o tratamento médico adequado, intensificando os efeitos a longo prazo do estupro (MULLINS, 2009, p.26).

Por esta razão, essas mulheres acabam por viver em situações de extrema pobreza, reféns da intervenção estatal e de caridade advinda de todos os cantos. Entretanto, conseguir este auxílio é muitas vezes difícil, e até mesmo exaustivo. A incerteza em conseguir se manter financeiramente por meio de ajuda externa faz com que essas vítimas tenham sua confiança e autoestima destruídas. Portanto, o estupro e todas as suas implicações fez com que essas mulheres perdessem sua vontade de viver, e passassem a se considerar como “mortas vivas”, não conseguindo seguir adiante com suas vidas (AFRICAN RIGHTS STUDIES, 2004).

Ademais, muitas das mulheres estupradas acabaram também engravidando, o que fez com que este problema tivesse consequências ainda maiores. Como já mencionado anteriormente, devido a patrilinearidade, a identidade dessas crianças está ligada a do pai, o que faz com que ela seja uma lembrança constante de tudo aquilo que aconteceu àquela comunidade. Dessa forma, nomes tais quais “*little killers*”, “*enfants de mauvais souvenir*”, “*little Interahamwe*” (MCKINLEY, 1996; WEITSMAN, 2008, p.577), são constantemente usados pela comunidade para fazer referência a essas crianças, o que mostra que a identidade das mesmas encontra-se vinculada aos modos com os quais elas entraram no mundo.

“According to a front page report in the New York Times, of more than 15,700 women and girls between the ages of thirteen and sixty-five who were raped in Rwanda between April 1994 and April 10, 1995, more than 1,100 gave birth but 5,200 had abortions, and many more pregnancies were untrackable” (LORCH, 1995, apud CARD, 1996, p.11)

Em Ruanda, um país majoritariamente católico, o aborto é uma prática ilegal. Nesse sentido, muitas das mulheres, devido ao trauma sofrido em decorrência do estupro e o medo de serem estigmatizadas e marginalizadas por suas comunidades, muitas cogitam ou acabam cometendo infanticídio ou abandonando seus filhos no

hospital logo após o parto (HUMAN RIGHTS WATCH, 1996). “*Cases of infanticide have been reported, and to some, because of the agony of the mother, infanticide is considered a legitimate response*” (CARPENTER, 2000; SMITH, 2000; WEITSMAN, 2008, apud VAN EE, 2013, p.389). Aquelas mulheres que optaram por criar essas crianças acabam causando clivagens em suas próprias comunidades. Além disso, são vítimas de mudanças de humor constantes, em decorrência do profundo senso de perda e pesar causado pela experiência do estupro, o que faz com isso se reflita na sua relação com a criança (REID-CUNNINGHAM, 2008, p.289), como é possível perceber nos relatos a seguir¹⁵:

“When I found out I was pregnant, my first thought was if I could get away with aborting, and have that child killed, but because of the conditions that I lived in I didn’t even know how to abort. I had never been pregnant. When the kid was born, before birth I was saying in my heart that I’ll produce it and then kill it, but when she came out she looked like my family, and I realized she was part of me so I started loving her. I stopped the idea of having her dead.” (Claire, mãe de Elisabeth, 2006)

“I must be honest with you, I never loved this child. I forced myself to like him but he is unlikeable – the boy is too stubborn and bad. He behaves like a street child. I am confused and don’t know what to do. It’s not that he knows that I don’t love him – it is that blood in him.” (Josette, mãe de Thomas, 2006)

Portanto, como já mencionado em seções anteriores, a dificuldade em dissociar esta criança de toda a dor e violência sofridas por essas mulheres, fazem com que essas mães possuam dificuldades de criar vínculos com seus filhos, o que pode privar a criança do amor e cuidados que são cruciais para seu desenvolvimento emocional e psicológico, além de seu bem-estar (BANYANGA *et al*, 2017). Além disso, as dificuldades econômicas pelas quais estas mulheres passam fazem com que elas e suas crianças vivam em condições marginais, dificultando a inserção desta criança na sociedade, uma vez que esta mãe não consegue prover dos recursos necessários para inserir esta criança no ambiente escolar.

A dificuldade dessas mulheres em se inserir no mercado de trabalho também se dá em decorrência do contágio de HIV, que faz com que elas não tenham força física para conseguir trabalhar. Estima-se que 70% das mulheres que foram estupradas durante o genocídio contraíram o vírus HIV (HILSUM, 2004). Todavia, esses dados encontram-se distantes da real situação do país devido ao receio dessas

¹⁵ Ambos os relatos podem ser encontrados no site da Foundation Rwanda, ator que será melhor trabalhado no capítulo 4 desta pesquisa. Para mais informações, consultar: <https://foundationrwanda.org/intended-consequences>

mulheres em realizarem o diagnóstico, pois, de acordo com as próprias sobreviventes, não há diferença em saber ou não se ela possui esta doença, pois não há cuidados nem tratamentos suficientes voltados para as mesmas (AFRICAN RIGHTS STUDIES, 2004), uma vez que os recursos nacionais e internacionais para lidar com esta doença são muito escassos.

Grande parte da ajuda fornecida a essas mulheres é proveniente do trabalho de ONGs. Como dois exemplos que merecem ser citados, temos o *Survivors Fund*¹⁶ (SURF) e o AVEGA¹⁷. Até então, o SURF conseguiu financiamento do Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido de £ 4,25 milhões para o tratamento antirretroviral para 2.500 mulheres sobreviventes portadoras de HIV e seus dependentes. Já a AVEGA promove serviços médicos, aconselhamento psicológico, educação e treinamento, moradia e serviços jurídicos para as mulheres que foram vítimas de estupro no genocídio. Além disso, ambas as organizações atuam em conjunto para ajudar as mães vítimas de estupro a revelarem a seus filhos a sua verdadeira origem, através de grupos de discussão nos quais elas contam suas experiências traumáticas (HOGWOOD *et al*, 2014).

A nível governamental, todos os sobreviventes do genocídio estarem aptos a receberem o apoio médico e social da FARG¹⁸, mas muitos não conseguem devido a falta de informação adequada a respeito do funcionamento do fundo. Não só, o desconhecimento acerca do tratamento que deve ser empreendido por essas mulheres para cuidar da doença, faz com que aquelas mulheres que conseguem os medicamentos não façam seu uso de maneira regular e correta (DONAVAN, 2002). Assim, a estratégia empreendida por muitos perpetradores portadores do vírus HIV se mostra bem-sucedida, uma vez que muitas dessas mulheres têm suas vidas abreviadas em decorrência da doença, além de todo sofrimento que a doença causa enquanto ainda estão vivas (SHARLACH, 1999; MULLINS, 2009; CARD, 1996).

¹⁶ O SURF é uma organização criada por Mary Kayitesi Blewitt OBE, uma cidadã britânica de origem ruandesa que perdeu cerca de 50 familiares durante o genocídio de 1994 e que cria a organização em 1995, no Reino Unido, com o objetivo de trabalhar para reconstruir as vidas dos sobreviventes do genocídio, de modo com estes sejam respeitados e integrados na sociedade. Para mais informações, consultar: <https://survivors-fund.org.uk/about/our-mission/>.

¹⁷ AVEGA (*Association of Genocide Widows Agahozo*) foi criada em 1995 para ajudar as viúvas e seus dependentes a escapar da pobreza e da miséria que sucedeu o genocídio de 1994. Para mais informações, consultar: <https://survivors-fund.org.uk/about/our-work/local-partners/avega/>.

¹⁸ Criado pela lei ruandesa n°2/98, é um sistema de saúde, o *Fund to Assist Survivors of the Genocide*. Para mais informações, acesse: <http://www.farg.gov.rw/index.php?id=3>.

Em resumo, frente a todas as dificuldades enfrentadas por essas mulheres, muitas perdem o sentido de sua existência, o que é classificado por Claudia Card (2003, p.63), como “morte social”. Desse modo, a prática do estupro genocida obteve sucesso ao fazer com que essas vítimas perdessem sua vontade de viver, uma vez que o estupro impede com que elas tenham uma reinserção plena na vida social. Somado a isso, muitas dessas mulheres que engravidaram, temem pelo futuro de suas crianças, que, vivendo em condições econômicas precárias e muitas das vezes rejeitadas pela família e pela comunidade na qual estão inseridas, são totalmente dependentes dos cuidados maternos. Portanto, o estupro fez com que o genocídio perdurasse, de modo indireto, até os dias atuais (CLARK, 2014; BUSS, 2009; REID-CUNNINGHAM, 2008).

2.4 Considerações finais

Esse capítulo buscou conceitualizar o estupro enquanto arma de guerra, mostrando as implicações deste ato para além do período do conflito, mas também, durante os períodos de paz. Como principais consequências no caso ruandês, foi possível perceber a marginalização das mulheres vítimas de estupro e das crianças nascidas decorrentes desta violência, além do contágio de HIV, que agrava ainda mais a situação dessas mulheres, que, em decorrência dessa doença, muitas das vezes não dispõem da força física necessária para trabalhar e prover dos recursos econômicos necessários para seu sustento e da criança. Desse modo, os capítulos seguintes têm como foco maior as próprias crianças nascidas de estupro, de modo a perceber como a literatura conceitua este grupo e como os discursos empreendidos pelos atores selecionados por esta pesquisa – Foundation Rwanda, Estado Ruandês e UNICEF - contribuíram ou não para a inclusão das mesmas nesta sociedade pós-conflito.

3. Infância, pós-conflito e crianças nascidas de estupro

“There is a tension between recognizing the child's distinctiveness as an agent and according him or her the same rights as adults. In human rights theory and in current global practice, therefore, the position of the child complicates the answer to the question, Who is human? To get at this question, I ask instead, What sort of human is a child?” (BHABHA, 2006, p.1526)

As concepções acerca da infância e do papel da criança sofreram diversas transformações ao longo do tempo, e ainda não se atingiu um consenso acerca deste tema. De acordo com Ariès (1981), em seu livro *História Social da Criança e da Família* – um dos mais importantes trabalhos dentro dos estudos da infância - antes do período de Revolução Industrial aquilo que diferia a criança do adulto era somente seu tamanho. Entretanto, após esse período as crianças retornam para os lares, e passam a ocupar um espaço central dentro da família e da vida privada.

Outra obra importante dentro desta temática é *The History of Childhood*, de Llody DeMause (1976), no qual o autor mostra que a percepção sobre a infância não foi mudada, mas sim, o comportamento dos pais frente a seus filhos. Portanto, apesar de chegarem a conclusões distintas, percebe-se que ambos os autores entendem que a infância é uma categoria socialmente construída, embebida em um contexto político específico, de modo a servir a determinados propósitos (JENKS, 2005).

Deste modo, este capítulo tem por objetivo discutir as imagens acerca da figura da criança (HOLZSCHEITER, 2010; BHABHA, 2006; JENKS, 2005), e a construção da categoria de infância, sobretudo no século XX, a fim de mostrar como estas concepções são ao mesmo tempo complementares e opostas a algumas das aceções acerca da infância no continente africano. Após tal explanação, a seção seguinte tratará do local da criança em um cenário de conflito e pós-conflito (WATSON, 2015; OLONISAKIN, 2009), uma vez que este contexto acaba por desestabilizar toda a ideia sobre infância que foi construída no imaginário social, como apontar-se-á na seção 3.1, e ressaltando como as crianças nascidas de estupro em conflito são silenciadas dentro deste cenário. Por último, tratar-se-á do objeto principal desta pesquisa, as crianças nascidas de estupro em contextos de guerra, grupo que é mais marginalizado em um cenário de pós-conflito, de modo a apresentar a maneira como a literatura categoriza este grupo (CARPENTER, 2007; MOCHMANN, 2017;

DENOV, 2015) e fornecer embasamento teórico para a análise do capítulo seguinte, no qual analisar-se-á especificamente as crianças nascidas de estupro em Ruanda.

3.1. Concepções teóricas sobre a infância

A falta de consenso acerca de uma definição do conceito de infância levou a uma série de imagens criadas em torno da infância, de modo a atender aos interesses sócio-políticos da época em que cada uma delas surgiu. Tanto Jacqueline Bhabha (2006) quanto Anna Holzcheiter (2010), dedicam-se a mostrar como essas imagens se refletem nos documentos voltados para a área da infância que foram criados no século XX. Antes de avançar para o século XX, entretanto, é necessário apontar e entender as três imagens históricas acerca da infância – cunhadas pelos três principais contratualistas dos estudos de ciência política - responsáveis por pautar grande parte do senso comum sobre este grupo nos dias atuais.

O primeiro autor a tratar a respeito da natureza da infância foi Thomas Hobbes (2001). Para ele, a criança era tida como um ser inerentemente demoníaco e mal, que poderia adquirir comportamentos negativos caso não fosse controlada pela família e pela educação. Nesse sentido, a criança era vista como aquela que se encontrava no “estado de natureza”, e só avançaria para um “estado civilizado” ao atingir a idade adulta. Assim, as instituições pelas quais a infância perpassava – família, educação e igreja – deveriam suprimir o potencial agressivo e selvagem desta criança, vista como intelectualmente deficitária e ausente da maturidade plena, de modo com que as mesmas crescessem enquanto adultos civilizados.

Também no século XVII escreve John Locke (2003), que traz o conceito da *criança em formação*. Dessa forma, a criança seria um indivíduo ainda incompleto, cujo presente é constantemente sacrificado frente a uma promessa de futuro, na qual este ser adquirirá a maturidade ao atingir a idade adulta. Portanto, o grande objetivo, aqui, seria chegar a fase adulta.

Em ambas imagens é possível perceber que “*the immanent child and the evil child images share an understanding of children as largely human beings who should be guided towards adulthood, responsibility and rationality as quickly and straightforwardly as possible.*” (HOLZSCHEITER, 2010, p.102). Desse modo, percebe-se que há um anseio muito grande para que a fase da infância se finde e dê

início a fase adulta, marcada por uma série de castrações sociais que impedem comportamentos e padrões violentos.

Um século depois, muito endossado pela literatura romancista da época, Rousseau (1955), em seu livro *Émile ou de L'éducation*, traz à tona a imagem da *criança inocente*. Uma das imagens mais poderosas acerca da infância, a criança inocente trazia consigo a ideia de que este era um ser vulnerável, imaturo, feliz e, principalmente, *neutro*. Em suma, Rousseau via a criança inocente como:

“Children then, have a natural goodness and a clarity of vision. They are redolent with the reason that will form the society of tomorrow. These natural characteristics are those we can all learn from; they represent a condition lost or forgotten and thus one worthy of defense (and susceptible to sentimentalisation).” (JENKS, 2001, p.26)

A partir disso, surge, no século XIX, uma série de instituições e espaços voltados especificamente para este grupo, de modo a salvaguardar sua felicidade e fragilidade. Desse modo, é aqui que se consolida o “tripé” ao qual relega-se a infância atualmente - a família, a escola e o lazer.

É no século XX que há uma institucionalização e politização da infância, o que se reflete nos diversos documentos e organizações que foram criados voltados para este grupo (HOLZSCHEITER, 2010). Tais documentos serão melhor analisados no capítulo seguinte, onde discorrer-se-á acerca da postura do UNICEF frente as crianças nascidas de estupro; todavia, vale a pena citá-los nesta seção. Desse modo, são eles a Declaração de Genebra dos Direitos da Criança (1924), a Declaração dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989). Nos dois primeiros documentos, é possível perceber que as imagens da criança inocente e em formação são as predominantes, ressaltando a vulnerabilidade e necessidade de proteção por parte da criança.

“The international politics of childhood was, essentially, a politics of child protection up to the 1970s and the dominant images that inspired international standard-setting activities were those of the innocent and the immanent child. However, as soon as the image of the ‘evolving child’ and notions of age, maturity and intellectual capacity were introduced into the legal debate, international legislation began to expand towards the grey zone of adolescence, which made a potential global understanding of childhood even more difficult than before.” (HOLZSCHEITER, 2010, p.116)

Como citado, nos anos 70, e antes da criação da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, surge uma quarta imagem em torno da infância, a *criança emancipada* (HOLZSCHEITER, 2010). Muito influenciado pelos debates neoliberais que

tangenciavam este período, essa imagem da criança carrega consigo um foco no indivíduo, isto é, no sujeito detentor de direitos. Nesse sentido, a criança passa ser vista como alguém autônomo, detentor do direito de fala, e um agente social. Dessa forma, “*Childhood in this conception is romanticized and utopianized and at the same time peculiarly disenfranchised and disempowered.*” (BHABHA, 2006, p.1528)

Já na obra *Constituting Childhood*, Jenks (2005), também questiona essa ideia universal da criança, valendo-se de elementos muito similares as duas autoras anteriores, porém, como uma abordagem voltada muito mais para os estudos da infância do que para os documentos criados em prol deste grupo. Um dos elementos trazidos por ela é a criança como um selvagem – que representa a maneira como os colonizadores enxergavam os povos nativos, ou seja, em uma posição de inferioridade – que irá abandonar este estado e adentrar na civilização a partir da fase adulta, como já indicava Hobbes. Esse tipo de análise não pode ser lida em um vácuo político (JENKS, 2005, p. 4), pois, traz consigo uma série de instituições voltadas para a vigilância e proteção da criança.

Acompanhado de toda essa castração social da “selvageria” da criança, há o entendimento da infância enquanto um fenômeno natural. “*The physical signs of anatomical change that accompany childhood are taken to be indicators of a social transition, so that the conflation of the realms of the ‘natural’ and the ‘social’ is perpetually reinforced.*” (JENKS, 2005, p.6). Todavia, a autora aponta que a infância é uma construção social, que, como já reforçado diversas vezes aqui, é carregado por um contexto sócio-político específico (Ibid).

Não só, muito em paralelo a ideia lockeana da criança como um ser em formação, a autora nos mostra a criança social, isto é,

“*sociologists commonly treat childhood as a stage of life that builds preparatory mechanisms into the child’s behavior so that he is gradually equipped with the competence to participate in the everyday activities of his cultural partners, and eventually as a bona fide adult member himself*” (SPEIER, 1970, p.188, apud, JENKS, 2005, p.9)

O que há, portanto, é uma divisão da infância em etapas, muito embasada pela psicologia e pela antropologia, relegando à criança sempre a espaços específicos, cujas instituições serão responsáveis por prepara-las para a fase adulta. Neste sentido, a infância é marcada por uma fase em que há uma projeção muito grande voltada para o futuro, algo que é constantemente reforçado pelas imagens acima

representadas, de modo a dividir a vida em etapas e universalizar o ideal criado em torno do conceito de infância. Dessa forma,

“the status of childhood has its boundaries maintained through the crystallization of conventions and discourses into lasting institutional forms like families, nurseries, schools and clinics, all agencies specifically designed and established to process the child as a uniform entity.” (JENKS, 2005, p.5)

Em suma, as três autoras apontam uma visão crítica acerca da infância, como modo de contestar este modelo universal criado pelo Ocidente, que acaba por silenciar outros tipos de infância que fogem as imagens construídas acerca da criança.

Assim,

“drawing from romanticized western conceptions of childhood and its association with vulnerability and the need for protection, the theoretical literature on children and youth affected by armed conflict has tended to construct young people as dependent and helpless — as objects of assistance rather than agents of their own welfare.” (DENOVA, 2015, p.65)

Nesse sentido, todos os documentos e instituições criados trazem à tona uma ideia universal e atemporal da infância, reflexo de uma visão ocidental acerca deste conceito, que acabou por silenciar e invalidar as demais realidades, sobretudo o caso do continente africano, que é entendido como o local de “crise da infância” (ABEBE & OFOSU-KUSI, 2016).

“Representation of African childhoods as ‘crisis childhoods’ is unsurprising given the hegemonic discourses that described Africa for far too long as the ‘dark continent’ lacking the technological, economic and political circumstances of the ‘developed’ world. (...) they are produced by adults – often non-Africans – attempting to understand other childhoods using their own lenses.” (Ibid, p.304)

Assim, essa perspectiva que toma a África como “o outro” contribui para a homogeneização dos processos referentes à infância no continente, não levando em consideração a pluralidade de ‘infâncias’ existentes. Além disso, por se tratar de um continente no qual grande parte de seus Estados foram colonizados e passaram por processos de guerra civil, os recursos econômicos de muitos desses países são também escassos, o que impossibilita a implementação de alguns dos mecanismos que são tidos como essenciais para o domínio da infância, tais quais um sistema educacional de qualidade, proibição do trabalho infantil etc.

“These children ‘mature’ early because of poverty, limited education and responsibilities inside and outside their communities. For them, very little is socially constructed about the hardships they experience and that futurity is closely entwined with their present experiences. In this sense, the ‘socially developing child’ needs to be seen as able to function and as continually becoming mature and accumulating competencies for future life.” (ABEBE & OFOSU-KUSI, 2016, p.308).

Outro ponto que diverge das concepções tradicionais sobre infância diz respeito a visão individualista apresentada pelo Ocidente, no qual aquela criança é responsabilidade primária de sua família. Nos contextos africanos, entretanto, o pensamento e as práticas tradicionais estão enraizadas no princípio do comunalismo (FAYEMI, 2009), no qual a comunidade implica em uma estrutura político-social composta de pessoas ou que estão ligadas por laços interpessoais, cujos valores comunitários definem e orientam as relações sociais (NDOFIREPI & SHUMBA, 2014, p.235). “*African children are an integral part of families and communities, with whom daily and long-term personal and collective strategies are played out.*” (ABEBE & OFOSU-KUSI, 2016, p.310). Desse modo, a criança não é vista somente como pertencente à família, mas também como responsabilidade daquela comunidade na qual está inserida.

Este ponto é importante para compreender a discussão que será realizada mais a frente sobre crianças nascidas de estupro em contextos de guerra, sobretudo na realidade de Ruanda, estudo de caso desta pesquisa. Ao contrário do que é observado em torno das crianças nascidas de estupro, “*The birth of a new child is characterized by community welcome, and the community invests in the child, who is given a name from the departed family or community member.*” (NDOFIREPI & SHUMBA, 2014, p.236). Uma vez que a criança é percebida como um indivíduo pertencente à toda a comunidade, as crianças nascidas de estupro acabam por ser renegadas pela mesma por serem entendidas como a materialização da vergonha e de toda a violência sofridas por aquela comunidade. “*Children are often stigmatised by perceived association with their perpetrator fathers; behaviours fuelled by gender-discriminatory, patriarchal and patrilineal understandings of a child’s identity.*” (NEENAN, 2018, p.31). Assim, muito do comportamento estigmatizador protagonizado pelas comunidades de sobreviventes dos genocídios nas quais essas crianças se encontravam é explicado por essas aceções acerca da criança que permeiam o continente africano, inclusive Ruanda.

Apesar dessas particularidades mencionadas, a concepção sobre infância na África assemelha-se, também, às concepções ocidentais tradicionais. Em ambos os casos, a criança é vista como um ser necessitado de proteção, necessitada de atravessar alguns rituais de modo a possibilitar sua transição para a fase adulta, além de um ser humano nobre e puro. Portanto,

“The conception of child in the African sense is not unique from conceptions held elsewhere although there some particularities that seem exclusive to African communities. The traditional African world-view of childhood holds that the child is delicate and needs protection and can only become a fully recognized person through some processes of incorporation by ritualization, and training and socialization. To be a child is to need the aid of parents or their delegates. A Child is also viewed to some extent as a savior child, noble and responsible for others around him or her.” (NDOFIREPI & SHUMBA, 2014, p.241)

Por esta razão, a seção seguinte tem como objetivo entender o lugar da criança em uma sociedade pós-conflito, sobretudo nas últimas décadas, devido a ascensão de novas modalidades de conflito, nas quais as crianças são amplamente impactadas. Esses novos conflitos, em muitas das vezes, em decorrência do papel que algumas crianças assumem, acabam por ir de encontro as visões tradicionais sobre a infância que, além de ver a criança como um ser necessitado exclusivamente de proteção, não a concebem como um agente participante do conflito, como será mostrado a seguir. Dessa forma, essas visões conflitantes sobre a participação das crianças nos conflitos e as representações tradicionais acerca da infância mostram que:

“It became clear to me that keeping children as children by defending their childhood is an adult priority. It gives adults – parents or those aspiring to parenthood, especially – a role, a duty as moral protector, a reason-to-be and, yes, a certain form of power. Threats to premature loss of childhood – be they by actions of children (performing cultural status offense) or by actions of others – thereby threaten who we are as adults in this cultural context.” (COOK, 2009, p.9)

3.2. O lugar da criança no conflito e no pós-conflito

O impacto dos conflitos armados nas crianças começou a receber atenção internacional ao final da Guerra Fria, período no qual grande parte dos conflitos armados ao redor do mundo teve início, sobretudo na África. Esses conflitos, como já explicados no capítulo anterior, são denominados “Novas Guerras” (KALDOR, 2013), principalmente pelo fato de que os civis passam a ser alvos dos exércitos, uma vez que essas guerras são, em grande parte das vezes, intra-estatais. Em cenários como estes, a criança é percebida como: *“we most often think of children as victims: physically hurt, emotionally traumatized and grief-stricken, robbed of their childhoods and struggling with the long-term impact of loss, in whatever form that loss may take.”* (WATSON, 2015, p.47). Dessa forma, a criança é tida como a vítima final, sendo afetada pelo conflito de diversas maneiras. Tais consequências podem refletir-se na morte e no ferimento dessas crianças, além da violência

contínua que decorre do conflito. Além disso, há um simbolismo presente no ataque e recrutamento dessas crianças, que podem pertencer a um grupo étnico ou religioso específico, que é alvo do conflito, e também por representarem a esperança de uma mudança política no futuro, ou, simplesmente, porque a perda de uma criança é o que mais sensibiliza a sociedade, devido a todas as idealizações em torno da infância (ZELIZER, 1994). A longo prazo, o conflito é também responsável por fragilizar, e até mesmo destruir, as redes socioeconômicas daquele local, impactando no acesso dessas crianças à educação, saúde, além de formas de privação social e econômica.

Entretanto, em muitos desses novos conflitos – à exemplo de Uganda, Serra Leoa, Libéria, entre outros – muitas crianças foram recrutadas para atuarem como soldados, algo que acabou por se tornar um padrão nos conflitos africanos desde a década de 1990 (OLONISAKIN, 2009). Desse modo, as crianças-soldado¹⁹ passam a ganhar notoriedade internacional, culminando, em 1996, na publicação do Relatório Machel, no qual sua autora, Graça Machel, estudou os impactos dos conflitos na vida das crianças.

Neste documento, a autora examina a vitimização de crianças nas guerras que ocorrem ao redor do mundo, tendo como ênfase os seguintes pontos: (i) recrutamento de crianças como soldados; (ii) crianças refugiadas que fogem das consequências do conflito armado; (iii) crianças desacompanhadas, ou seja, separadas de suas famílias; (iv) aumento da mortalidade infantil devido às más condições de saúde; (v) falta de acesso à educação, expondo ainda mais as crianças a outros riscos. Desse modo, a autora termina o relatório com um apelo para o mundo, carregando algumas das imagens tradicionais acerca da infância.

“Proclamemos as crianças como "zonas de paz". Assim procedendo, a humanidade declarará finalmente a infância inviolável e que todas as crianças têm de ser poupadas aos efeitos perniciosos do conflito armado. As crianças afiguram-se-nos como a única motivação que compele à mobilização. A preocupação universal pelas crianças oferece novas possibilidades para confrontar os problemas que lhes causam sofrimento. Centrando-se nas crianças, os políticos, os Governos, os militares e as entidades não-estatais irão começar a reconhecer quanto destroem com os conflitos armados e, por consequência, o pouco que ganham. Aproveitemos esta oportunidade para retomar o nosso instinto de proteger e alimentar as crianças. Transformemos a nossa indignação moral em ações concretas. As nossas

¹⁹ De acordo com Jana Tabak (2014), a criança-soldado pode ser definida como: “*any person below 18 years of age who is or who has been recruited or used by any armed force or group in any capacity, including but not limited to children, boys and girls used as fighters, cooks, porters, messengers, spies or for sexual purposes.*” (UNICEF, 2007a, p.7, apud, p.53)

crianças têm direito à paz. A paz é um direito de toda a criança.”
(MACHEL, 1996, np)

Após a publicação deste relatório, o Conselho de Segurança da ONU passou a adotar uma posição crítica frente a questão das crianças afetadas por conflitos armados, por meio da adoção das seguintes resoluções: 1261 (1999), 1314 (2000), 1379 (2001), 1460 (2003), 1539 (2004), 1612 (2005), 1698 (2006), 1771 (2007), 1882 (2009), 1998 (2011), 2143 (2014), 2225 (2015), 2427 (2018). *“These resolutions have sought to ensure that the concerns of children affected by armed conflict are reflected in the responses of critical actors during armed conflict, throughout peace processes, and in post-conflict contexts.”* (OLONISAKIN, 2009, p.222).

Apesar dos esforços internacionais, presentes no Relatório Machel e nas resoluções do Conselho de Segurança em adereçar a problemática das crianças afetadas pelo conflito, nenhuma menção é feita as crianças nascidas de estupro. Ao contrário, tanto a literatura quanto as medidas internacionais para esta temática têm como foco as crianças-soldado, por se mostrarem enquanto um padrão disruptivo daquilo que se espera de uma criança, assim como nas crianças que são abusadas ou traficadas em decorrência daquela situação de conflito na qual se encontram. No relatório Machel, por exemplo, nenhuma menção a crianças nascidas de estupro foi feita; a única referência a gravidez forçada tratava a respeito das meninas abaixo dos 18 anos que engravidavam vítimas de estupro. Desse modo, há um gap significativo na literatura no que diz respeito às crianças nascidas de estupro durante o conflito, o que impacta na sua persistente invisibilidade também perante os formuladores de políticas públicas. Conforme aponta Carpenter:

“The scope of writing on war-affected children similarly has failed to address rape orphans, insofar as they do not experience the war directly as do child soldiers, refugees, or war orphans, but rather experience abuse and stigma in the aftermath of conflict due to the fact that they originated from a military strategy that was a component of the conflict itself.” (CARPENTER, 2000, p.51).

“But this suggests that children born of war should be more likely to be on the agenda than child soldiers, for example, because as infants they should be perceived as highly vulnerable and innocent and because the rights violations, they experience include bodily harm and discrimination. By contrast, child soldiers, many of whom maim, kill rape, and gain social benefits and security from participation in armed groups, are a particularly problematic category to cast as uniformly innocent and vulnerable. In many cases child soldiers themselves perpetrate atrocities; they are as likely to have joined voluntarily as to have been forcibly abducted (...) Yet, advocacy on their behalf has been enormously successful, whereas newborn babies resulting from sexual violence, who are more arguably both innocent and

defenseless, have not been articulated as a priority for the child protection community.” (CARPENTER, 2010, p.48)

Dessa forma, a próxima seção dedica-se a descrever com maiores detalhes esta categoria, apontando os silenciamentos existentes para com este grupo, e posicionando-o no cenário de conflito e pós-conflito, como forma de iniciar a discussão do capítulo seguinte.

3.3 As crianças nascidas de estupro em contextos de guerra

Assim como o estupro enquanto arma de guerra, a gravidez forçada e as crianças nascidas da mesma são uma prática muito antiga. Estima-se que somente na década de 1990, foram concebidas aproximadamente 10.000 crianças resultantes de violência sexual em conflitos (GRIEG, 2001). Em decorrência das condições que tangenciam o seu nascimento, estas crianças enfrentam estigmatização, discriminação, infanticídio e, muitas das vezes, devido a questões étnicas, têm sua cidadania negada, o que impacta no acesso a determinados serviços, como ingresso no sistema de educação, acesso ao sistema de saúde e de inserção no mercado de trabalho, dentre outros (CARPENTER, sd; 2007). Dessa forma, “*CBOW²⁰ are still a taboo topic in most societies and they remain a hidden population often with limited access to support networks.*” (MITREUTER *et al*, 2019, np).

O tabu e estigmatização em torno dos estupros, bem como das crianças resultantes deste ato, decorrem do imaginário social acerca do papel da mulher no ambiente familiar. As construções patriarcais que assentam a mulher dentro do ambiente doméstico, cuja função principal é a reprodução²¹, colocam as crianças como uma extensão das mesmas (CARPENTER, 2006). Desse modo, a maternidade é subjugada a questões de foro privado, dificultando na elaboração de políticas a nível público para essas crianças (WATSON, 2007, p.22), uma vez que elas são entendidas como pertencentes ao ambiente familiar. Por esta razão, há uma dificuldade em constituir os direitos dessas crianças. Em primeiro lugar devido às questões étnicas,

²⁰ Como será explicado na página seguinte CBOW significa *children born of wartime rape*; em tradução livre para o português, crianças nascidas de estupro em contextos de guerra.

²¹ “*Women are perceived as mothers of the nation, whose roles are to reproduce the values and culture of the national or ethnic group* (Cockburn 1998; Enloe 1990; Zarkov 2007). *Whether it is through family attachment or maternal roles, women are assigned the responsibility of group reproduction by the nationalist ideology to ensure that future generations are both biologically and symbolically members of the nation* (Moghadam 1994a; Zarkov 2007). *This role of cultural reproducers of the nation becomes increasingly important when the group identity intensifies or when the nation feels threatened by another group*” (Yuval-Davis 1994, apud HAMEL, 2016, p.290).

que posicionam a criança como agentes do inimigo, devido a patrilinearidade, que conecta a criança a identidade paterna, isto é, do perpetrador daquela violência. Como mencionado na primeira seção deste capítulo, em contextos como o africano, a criança é vista como responsabilidade da comunidade; assim, a identidade patri-linear corrobora para uma negação dessas crianças por parte de sua comunidade, uma vez que ela é percebida como a materialização do trauma vivenciado por aquele local. E, em segundo ponto, por colocar os direitos dessas crianças em oposição ao direito das mães (CARPENTER, 2010), isto é, colocar em posições conflitantes a questão da violência sexual e dos direitos da criança. Nesse sentido, “*the children (...) become the symbol of the trauma the nation as a whole went through, and society prefers not to acknowledge their needs.*” (UNIFEM, 2003, p.18)

Todas essas questões serão melhores aprofundadas ao longo dessa seção, como forma de entender como essas crianças são conceituadas pela literatura já existente e quais as dificuldades enfrentadas pelas mesmas a nível individual e coletivo. Desse modo, esta seção objetiva definir o termo “crianças nascidas de estupro em contextos de guerra”, ressaltando questões relativas à identidade, ao trauma intergeracional, isto é, a transmissão do trauma das mães para as crianças, e os impactos de tudo isto na vida das mesmas. Como modo de introduzir a discussão do capítulo seguinte, finalizar-se-á esta seção com teorizações acerca do papel da comunidade internacional frente a esta problemática.

3.3.1 Conceitualização do termo, identidade e trauma

As crianças nascidas de estupro em contextos de guerra – do inglês, *children born of wartime rape (CBOW)* – são crianças produto de um conflito cujo um dos parentes (geralmente a mãe) é membro da comunidade local atacada pelo conflito, enquanto o outro parente (geralmente o pai) pertence às tropas militares ou de manutenção de paz (GRIEG, 2001; MOCHMANN, 2017). Carpenter (2007) define este grupo como “*persons of any age conceived as a result of violent, coercive, or exploitative sexual relations in conflict zones*” (p.3), como já apresentado na introdução desta pesquisa. Apesar de ambas as conceitualizações oferecerem uma ampla definição acerca deste fenômeno, a pesquisa tem como foco os nascimentos decorrentes de estupros empreendidos por soldados como uma prática de guerra. Essa escolha justifica-se pelo interesse da pesquisa em entender os estigmas vinculados

às crianças nestes contextos particulares, assim como as dificuldades de incluí-las na sociedade.

Nesse sentido, a identidade é uma questão central para as crianças nascidas de estupro em contextos de guerra. As identidades como um todo são um modo de demarcar as fronteiras entre o “eu” e o “outro”, através do realce das diferenças entre esses dois grupos. A partir de uma perspectiva nacional, é edificado todo um aparato legal e institucional responsável por manter estas concepções – socialmente construídas – acerca da identidade (SARUP, 1996, p.182; COSER, 1968). As representações dessas identidades, assim, revelam premissas sobre etnicidade, gênero e raça que se encontram profundamente enraizados na sociedade²².

“In contrast to children who are directly or indirectly affected by conflict, the detriments experienced by children born of wartime sexual violence do not fit into existing understandings of childhood. Unlike other groups of war-affected children, the identities of children conceived of wartime sexual violence are constructed based on violent modes of ‘personalized warfare’ such as forced impregnation, sexual violence and militarised sexual exploitation. These practices employ the psychological and emotional aspects of conflict while also involving complicated issues relating to identity, gendered norms and trauma associated with war-related violence. Moreover, the precarious beginnings associated with these children further expose them to a number of complex situations such as exploitation, displacement, statelessness and (re)militarisation.” (SETO, 2015, p.173)

Naquilo que concerne especificamente às representações acerca das crianças nascidas deste ato, muitos mitos acerca de suas identidades são perpetuados – *“that is genetically determined, that it derives from the father, that it derives from the mother, that some blood is purer than other blood, and so forth”* (WEITSMAN, 2007, p.111). Em casos nos quais as crianças possuem “heranças sanguíneas misturadas” (Ibid), ou seja, filhos de uma mãe Tutsi e um pai Hutu, essas representações tornam-se ainda mais latentes²³. Em função das designações resultantes do modelo patrilinear vigente na sociedade ruandesa, no qual a identidade dessas

²² No que concerne as imbricações do gênero na construção de identidades, consultar o capítulo 2 dessa pesquisa, cujo um dos objetivos foi tratar das implicações das construções de gênero no emprego do estupro como arma de guerra e na sociedade ruandesa antes, durante e após o genocídio de 1994.

²³ Durante o genocídio bósnio, a maternidade forçada foi uma política criada pelos sérvios como forma de misturar as identidades de perpetrador e vítima, para que essas mães sofressem estigmatização e discriminação por parte de suas comunidades. *“The policy was predicated on a notion of identity that privileged paternity and largely denied a biological or cultural connection to the mother in establishing the identity of a child”* (WEITSMAN, 2007, p.114). No genocídio ruandês, entretanto, apesar de estupro ter sido amplamente usado enquanto tática de guerra, a maternidade forçada não era um objetivo pretendido, como no caso da antiga Iugoslávia.

crianças fica vinculada a identidade do pai, neste caso pertencente ao grupo étnico perpetrador da violência, as crianças nascidas dos estupros em Ruanda, são comumente denominadas como “*enfants du mauvais souvenir*” (MCKINLEY, 1996). Essas representações, vale dizer, não são específicas da sociedade ruandesa e afetam crianças nascidas de estupro em outros contextos de conflito. No genocídio bósnio, essas crianças recebem o rótulo de “*generation of children of hate*” (BRANSON, 1993); já no Kosovo, são conhecidas como “*children of shame*” (SMITH, 2000).

Todavia, essas percepções indicam uma contradição frente a identidade dessas crianças. Ao serem vinculadas por suas mães e pelas comunidades como intrinsicamente ligadas a seus pais estupradores, isso acaba por não refletir a realidade diária deste grupo, que geralmente fica sob os cuidados do grupo étnico da mãe, não tendo nenhum contato com a comunidade paterna (CARPENTER, 2000; WEITSMAN, 2007). Não só, em muitos dos casos nos quais essa criança conhece seus pais, elas acabam por ser rejeitadas e abandonadas pelo mesmo, uma vez que eles a veem como reflexo de suas mães, como será possível perceber em um dos depoimentos de crianças nascidas de estupro no genocídio de Ruanda que será reproduzido no capítulo 4. Ou seja, essa nomenclatura restringe o lugar social da criança a etnia do pai, apagando sua inserção social no grupo materno.

Naquilo que diz respeito a visão do governo Ruandês frente a essas crianças, a ligação da identidade da mesma para com a de seu pai faz com que haja uma relutância, por parte das instituições nacionais, em adereçar esta problemática de modo correto, identificando as vulnerabilidades e necessidades deste grupo.

“Children are also entitled to assistance for survivors if they were born before 31st December 1994. This means that children born out of rape are excluded from this assistance and from being designated as of survivors since they were born in 1995. This lack of recognition is a problem experienced by the survivors of sexual violence, as explained by Jeannette (9 July 2013): ‘another problem [I have] is when I think about [my child’s] future because no one will help me educate her because even FARG won’t support her because of who she is’. Women and survivors’ organizations in Rwanda are lobbying the government to modify these criteria in order to recognize the rights and needs of the children born out of rape. This perhaps reflects the unease of the Rwandan state to accept and help children whose fathers were génocidaires, obscuring again their mothers’ identities in the process.” (HAMEL, 2016, p.301)

Além disso, muitas crianças tem seu direito a cidadania negado, o que vai de encontro ao artigo 7 da Convenção sobre os Direitos da Criança, que diz que toda criança tem o direito a uma nacionalidade. Desse modo, essas questões legais, para

além dos impactos políticos e econômicos, possuem grande impacto social, pois essas crianças acabam sendo percebidas como não pertencentes ao seu próprio país, e, portanto, vítimas de uma violação de direitos humanos.

A nível individual, a identidade também é muito importante para trazer um senso de pertencimento. Contudo, pelas questões enfatizadas acima, essas crianças se encontram em um “limbo identitário” devido as condições de sua origem. A estigmatização social dessas crianças e a dificuldade em desassocia-las da figura paterna fazem com que essas crianças se sintam envergonhadas, depressivas e percam seu senso de existência (VAN EE & KLEBER, 2013; BANYANGA *et al*, 2017; MITREUTER *et al*, 2019). Apesar dos abalos emocionais causados pelas suas origens, muitas das crianças nascidas de estupro demonstram interesse em conhecer seus pais e suas mães – quando estes são adotados por outra família – como forma de entender sua história e existência (CARPENTER, *sd*). Porém, em alguns casos, foram criadas leis para preservar a identidade dos perpetradores; além disso, muitos dos atores humanitários desejam manter essa informação em segredo como forma de proteger os interesses da mãe (*Ibid*). Ademais, há casos nos quais os pais, quando confrontados por essas crianças, negam a paternidade, levando a um sentimento de rejeição ainda maior por parte das mesmas (FOUNDATION RWANDA, *sd*). Dessa forma, é importante entender como o trauma está conectado a questão da identidade dessas crianças e as demais consequências enfrentadas pelas mesmas.

Com relação ao trauma, o estupro em guerras é associado a uma alta prevalência de transtornos mentais, neuróticos e somáticos, além de severos sintomas de estresse pós-traumático (VAN EE *et al*, 2012, p.32). Todos esses problemas podem permanecer por um longo período de tempo nas mulheres que foram estupradas, grupo no qual é possível perceber as maiores taxas de estresse pós-traumático em um cenário de pós-conflito (REID-CUNNINGHAM, 2008; VAN EE & KLEBER, 2013). Esse quadro pode levar a transmissão intergeracional do trauma, no qual as crianças, profundamente dependentes de seus pais para regular seu estado emocional, acabam por absorver os traumas vivenciados por eles, uma vez que os próprios pais não são capazes de controlar seu estado emocional (DENOVA, 2015; VAN EE *et al*, 2012; CAMPBELL, 2008).

“These children do not directly experience the trauma of the rape in the way that their mothers do. The trauma of a violated woman, however, may manifest itself in how she relates and responds to the child, and in this way the latter can become an indirect victim of the rape through the transgenerational

transmission of trauma.” (Daniele 2010, apud CLARK, 2014, p.157)

“A collective complex trauma inflicted on a group of people who share a specific group identity or affiliation — ethnicity, nationality, and religious affiliation. It is the legacy of numerous traumatic events a community experiences over generations and encompasses the psychological and social responses to such events” (CAMPBELL, 2008, p. 320, apud DENO, 2015, p.64).

Como consequências, para aquelas que permaneceram com a criança, devido a constante rememoração do trauma trazida pela figura da mesma, há possibilidades de rejeição materna, afetando no desenvolvimento físico, emocional e cognitivo da criança.

“Another problem that I see is in your family you become something else. You are not a human being. They are always calling you bad names that makes you not to accept yourself. Some of them say to you that: “Your dad killed our families” . . . There are many things that are in people’s brain that make them see us as people that are not human beings. And when you have grown up not treated like a human being it affects you a lot. It causes you to lose your self-confidence. You feel like nothing, and life has no sense. While others are building their futures, you are just there asking yourself “why and why”?” (Jean) (DENO, et al, 2017, p.10)

Além disso, essa situação pode levar a relações parentais pobres, vítimas de abuso e negligência, por parte dos pais e da comunidade em geral (VAN EE & KLEBER, 2013). Desse modo, a criança nascida de estupro é especificamente propensa a sofrer severos transtornos psicológicos, tais quais depressão e ansiedade (KANTENGWA, 2014; SOLOMON, 2012); não só, muitas acabam se sentindo responsáveis pelas atitudes de seus pais e, conseqüentemente, culpadas (WATSON, 2007, p.22). *“Knowing my father is a rapist and killer makes me feel sad, because my mother went through a very bad experience, and knowing that my existence is a result of a bad man makes me feel very bad. Living with this secret makes me feel a lot of stigma and uselessness.”* (Bertide) (FOUNDATION RWANDA, sd, np). Portanto, *“children born of rape are the most vulnerable of all people, suffering the full impact of their fathers’ and mothers’ actions.”* (BANYANGA et al, 2017, p.33).

“Children born of war came to be viewed through the lens of children born of rape as it was practiced during a conflict perceived to be genocidal. As signifiers of group identity and physical trauma to mothers, they were imagined to be carriers of atrocity rather than human beings in their own right.” (CARPENTER, 2010, p.53, grifo nosso)

Desse modo, questões referentes ao trauma e a identidade levam a uma série de impactos físicos, econômicos e psicossociais nas crianças nascidas de estupro, como será mostrado a seguir.

3.3.2 CBOW e os impactos físicos, econômicos e psicossociais

Por questões ressaltadas ao longo desta seção, as crianças nascidas de estupro constituem um grupo particularmente vulnerável; além disso, conforme destaca Carpenter, *“they may also be deprived of fundamental human rights guaranteed to children such as the right to survival, the right to be protected from stigma and discrimination, and the right to a nationality, family and identity.”* (CARPENTER, sd, np). Tendo isso em mente, esta subseção objetiva explorar os impactos existentes na vida de uma criança nascida de estupro, decorrentes de sua identidade. É importante ressaltar que o comportamento de exclusão e discriminação dessas crianças não é algo uniforme, variando de acordo com o contexto e também com relação a própria postura de cada mãe para com seus filhos. *“Some rape survivors give a positive meaning to the child born of rape. They construct their baby as a life-saver, a gift from God or as a new family to replace the one that was taken.”* (VAN EE & KLEBER, 2013, p.391). Portanto, essas dinâmicas podem ser observadas em grande parte dos casos abarcados pela literatura, porém, não constituem um padrão universal e uniforme.

No que diz respeito aos impactos físicos, quatro pontos merecem ser ressaltados. Em casos como o ruandês, no qual os perpetradores portadores do vírus HIV acabaram transmitindo a doença para suas vítimas, as crianças decorrentes deste nascimento também correm o risco de portarem o vírus. Desse modo, a dificuldade de acesso aos medicamentos retrovirais (vide capítulo 2), faz com que essas crianças sejam privadas do tratamento adequado a esta doença. Entretanto, como salienta Hess (2004), mais pesquisas acerca deste tema são necessárias, a fim de identificar a existência de diferentes impactos da doença na vida de uma criança nascida de estupro portadora do vírus em relação as demais crianças portadoras do vírus.

Os riscos à saúde durante a gestação podem ter consequências físicas para estas crianças. Como dito na subseção anterior, o trauma pode afetar no desenvolvimento físico do feto, uma vez que:

“Trauma experienced by the mother can lead to maternal rejection and consequently child malnutrition that resists medical treatment (Rezzoug et al., 2008). In addition, research has shown long-lasting effects on the child’s physical, emotional and cognitive development resulting from maternal prenatal and postnatal chronic anxiety, depression and stress” (Berg van den et al., 2006; Bruijn, 2010; Mennes, 2008, apud VAN EE & KLEBER, 2013, p.390)

Não só, abortos malsucedidos e partos sem assistência médica podem levar a problemas físicos tanto para a mãe quanto para a criança, devido a potenciais infecções. Episódios como estes foram muito comuns em contextos como Bósnia e Ruanda, nos quais o estupro é visto como um motivo de vergonha e humilhação perante a sociedade; além disso, a lembrança de todo massacre ocorrido no período do genocídio é diariamente reavivado pela presença da criança, fazendo com que medidas desesperadas como estas fossem tomadas pelas mães, mesmo que sem sucesso. Ainda assim, há também casos nos quais a mãe vai a óbito durante o processo do parto, o que pode significar um isolamento ainda maior da criança, que se encontra ausente de uma rede de apoio adequada (CARPENTER, 2010).

Além disso, em 2000, a Organização Mundial da Saúde publicou um relatório sobre as crianças nascidas de estupro, e, de acordo com a organização *“children born of rape may be neglected, stigmatized, ostracized or abandoned. Infanticide may occur.”* (OMS, 2000, p.113). Com relação ao infanticídio, muitas mães cometeram este ato por motivos listados acima, ou seja, uma forma de findar com toda a angústia e lembrança causadas pela existência desta criança. O infanticídio possui mais chances de ocorrer entre homens do que em mulheres, devido ao risco potencial que eles apresentam de se assemelhar a seus pais (SALZMAN, 1998). Como mostra Carpenter (2010), *“male infants may be a greater risk because they are viewed as potential fifth column combatants. They may also be rejected more forcefully by their mothers, whose attitudes towards males in general may be adversely affected by the experience of sexual violence”* (p.25).

“Even testimonies from women who aborted or chose to raise their children suggest that they considered infanticide a socially acceptable option: “Thank God for the abortion,” a survivor was quoted saying in a recent documentary (Provencher, 2002), “If I had given birth, I would have killed it.” A Rwandan forced pregnancy survivor relates: “I was angry about the pregnancy and even thought about getting an abortion, but I had no money... I gave birth to twins in January 1995. At the time, I accepted them. I could not think about killing them”.” (Nowrojee, 1996, apud, CARPENTER, sd, np).

Por último, essas crianças também estão sujeitas a abusos e negligência, tanto por parte das mães quanto pela comunidade. Como relatado anteriormente, o

trauma sofrido pela comunidade em decorrência do conflito faz com que aja uma negação desta criança, sobretudo pelas implicações étnicas presentes em muitos contextos. Assim, essas crianças, juntamente a suas mães – que optam por criá-las – em muitas das vezes acabam caindo em uma situação de ostracismo, marginalização e exclusão social.

Os impactos econômicos, por sua vez, são maiores e mais complexos, por tangenciarem a esfera legal e política das sociedades na qual essas crianças podem ser encontradas. Apesar dessas crianças serem mais suscetíveis ao abandono, esta prática pode divergir de acordo com o contexto.

“Although Rwandan war babies are notable for the number being raised by their mothers, some have claimed that this is due to lack of alternatives: according to one news article (NY Times, 1996) one survivor said “she would gladly give up her 19-month-old boy to anyone who was willing to raise him. No one has offered.” In East Timor, by contrast, some aid workers report a “surprising” level of acceptance of the babies among East Timorese rape survivors (Powell, 2001). Such reports conflict, however, with evidence that many Timorese war babies are in institutions” (Williams and Lamont, 1999, apud CARPENTER, sd, np).

Em contrapartida, há situações nas quais a mãe quer cuidar da criança, por vê-la como uma forma de superar os horrores do estupro (WAX, 2004). Apesar desta escolha, não há nenhuma garantia de que esta mãe, ou até mesmo sua família, caso aceite esta criança, tenha condições de cuidar da mesma a longo prazo, sobretudo devido às condições econômicas precárias dentre as quais muitas dessas mulheres vivem.

Como modo de evitar este abandono, muitos governos estimulam políticas de adoção. Em casos como Bósnia e Ruanda, a adoção só foi permitida internamente, pois estas crianças representavam uma alternativa de repovoamento do país, cuja grande parte da população havia sido dizimada com o genocídio (WRABETZ, 2007; LORCH, 1995). No caso de bebês bengaleses, por exemplo, grande parte foi adotada por canadenses, cujo asilo não se estendeu as mães dessas crianças (CHOWDRY, 2004).

Ademais, a falta de uma política institucionalizada acerca dessas crianças faz com que instituições como orfanatos não saibam como proceder com relação as mesmas.

“It is unclear how the experience of conflict affects the ability of orphanages to care for children. On the one hand, the resources of an entire society are typically stressed during conflict situations, and more goes to the military than to the social

sector. On the other hand, orphanages are often a target of humanitarian assistance during armed conflict. Despite reports of atrocious conditions in some state orphanages, it should not be assumed that being raised in an orphanage is necessarily a worse alternative than placement with foster families or adoption for some children: this will depend enormously on the institution, on the families in question, and on the child.” (CARPENTER, sd, np)

Um impacto econômico muito latente é a situação de extrema pobreza no qual essas crianças e suas mães se encontram. Por motivos já trabalhados no capítulo 2, as mães, muitas das vezes, não tem condições de trabalhar para prover os recursos necessários para a família. Desse modo, ela acaba sujeitando-se a situações tais quais prostituição e mendigagem, como forma de obter renda. Além disso, muitas crianças acabam abandonando a escola, por se considerarem responsáveis por prover renda para si e suas mães (CARPENTER, 2007). Como consequência, também, essas crianças tendem a viver na rua e estarem mais vulneráveis a episódios de tráfico sexual (CARPENTER et al, 2005).

“Because of this lack of support, many girls’ mothers became prostitutes, exposing their children to a range of psychosocial, economic, and physical risks. Mothers who resort to such means of survival increase their risk of contracting HIV and thereby increase their baby’s risk of contracting this virus through breastmilk.” (CARPENTER, 2010, p.28)

Outro impacto muito importante é que muitas dessas crianças acabam se tornando apátridas. Devido a patrilinearidade presente em muitas dessas sociedades, a cidadania é muita das vezes negada como uma forma de discriminação ou de modo indireto, como questões de *jus sanguinis* (direito de sangue), ou seja, princípio do direito internacional pelo qual a cidadania é atribuída a um indivíduo em decorrência de sua ascendência e origem étnica²⁴. Essa situação acaba por impactar no acesso deste grupo a serviços médicos, educação e outros benefícios sociais, além de impactos no direito de ir e vir, dificuldade em conseguir asilo ou ser formalmente adotado, e maiores chances de ser vítima de tráfico (CARPENTER, 2010). A Convenção dos Direitos da Criança (1989), em seu artigo 7º, diz que todas as crianças têm o direito a uma nacionalidade, e os Estados signatários devem garantir todos os direitos da presente Convenção a todas as crianças que estão sob sua jurisdição, sem discriminação. Assim, é importante que haja uma preocupação

²⁴ Para mais informações, consultar: DO AMARAL JÚNIOR, Alberto. *Curso de Direito Internacional Público*. 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2011. p.354.

maior da implementação da Convenção para este grupo, de modo a compreender as melhores medidas a serem tomadas com relação a este problema.

Os impactos psicossociais, por fim, dizem respeito a dificuldade dessas crianças em estabelecer ligações, ao estigma e discriminação e as identidades, pontos que foram, de certo modo, já trabalhados ao longo desta seção. Há uma dificuldade por parte das crianças em estabelecer laços com a mãe devido aos comportamentos ambíguos decorrentes do trauma (VAN EE & KLEBER, 2013; VAN EE et al, 2012; REID-CUNNINGHAM, 2008), isto é, momentos de raiva e repulsa causados pelas lembranças da violência sexual. Além disso, em situações nas quais estas crianças são abandonadas, a ausência de criação de um vínculo com uma figura adulta pode resultar no comprometimento do desenvolvimento psicológico dessas crianças (CARPENTER, sd).

Ademais, nas questões que concernem a identidade, como já mencionado, á medida que essas crianças vão crescendo, a necessidade de pertencimento aumenta, e as questões referentes às suas origens se tornam mais sensíveis (CARPENTER, 2007; MITREUTER *et al*, 2019). Nesse sentido, há casos de crianças que abandonam a escola, devido ao estigma e discriminação sofridos em decorrência de suas origens e a constante associação feita a figura do perpetrador (GRIEG, 2001, p.31).

Devido a todos os impactos apresentados, existe um debate, tanto por parte da literatura quanto por parte dos formuladores de políticas em manter essa questão em silêncio. Entretanto, Carpenter (sd), pontua:

“The sense of silence around the issue not only impedes access to desired information, but also can reinforce the feeling that war babies’ very existence is a taboo topic. For war babies unaware of their origins, whether these matters are unclear. But for those who know their origins and are attempting to create a functional social identity, lack of official discourse and information can be an impediment.” (np)

Por esta razão, é possível perceber algumas limitações existentes atualmente no discurso acerca das crianças nascidas de estupro. Além do baixo número de estudos voltados para as crianças nascidas de estupro, esse grupo se encontra bastante marginalizado nos discursos do regime de direitos humanos. Como mencionado no início desta seção, as crianças tendem a serem vistas como consequências secundárias da violência sexual, cujo alvo principal de políticas de proteção são as mulheres vítimas deste ato. Essas crianças, deste modo, ficam abarcadas dentro da discussão sobre violência sexual, ao invés de serem posicionadas no debate sobre os direitos da criança (CARPENTER, 2007). Portanto, como conclui Carpenter (2010),

“The secondary harms suffered by these children at the hands of the communities into which they are born are unlikely to be addressed by international institutions concerned with punishing war crimes. Rather than placing the long-term harms they face and center alongside those of their mothers, international criminal law has served as a site for perpetuating the worst view of these children, the view least consistent with promotion of their rights. They have been constructed as tools of genocide, weapons of biological warfare, members of the perpetrating group, and signifiers of their mothers’ trauma.” (p.192)

Nesse sentido, o próximo capítulo analisa esses impactos e limitações a partir de um estudo de caso sobre o genocídio de Ruanda, evento já tratado nos dois primeiros capítulos desta pesquisa, valendo-se de três atores específicos - Foundation Rwanda, Estado e UNICEF – a fim de investigar se essas limitações se fazem presentes neste caso e como elas contribuem para dificultar a inclusão deste grupo específico na sociedade ruandesa pós conflito.

3.4 Considerações finais

Este capítulo investigou as construções sociais acerca da infância, mostrando como este grupo é visto pelos formuladores de política e pela sociedade como um todo, bem como todo o aparato político-legal criado especificamente para as crianças, relegando-as a espaços e instituições bem específicas, de modo a atender a interesses políticos e sociais maiores. Além disso, foi analisado o lugar da criança no cenário pós-conflito, bem como as preocupações internacionais voltadas para os grupos que divergem desta concepção ocidental tradicional em torno da ideia de infância, à exemplo das crianças-soldado, crianças refugiadas e crianças vítimas de tráfico sexual. Por último, tratou-se da questão das crianças nascidas de estupro em contextos de guerra, um grupo particularmente vulnerável, porém pouco explorado pela literatura e pelos formuladores de políticas, bem como os impactos existentes na vida dessas crianças em decorrência de sua origem biológica. Desse modo, espera-se que o capítulo seguinte seja capaz de tratar deste grupo por meio do estudo de caso escolhido, a fim de entender as particularidades da sociedade ruandesa naquilo que diz respeito a infância, bem como o lugar da criança nascida de estupro nesse cenário pós-genocídio.

4. Análise dos discursos da *Foudantion Rwanda*, do Estado Ruandês e do UNICEF – um caminho para a inclusão?

Devido a escassez de pesquisas acerca da realidade de crianças nascidas de estupro durante o genocídio ruandês, a quantidade de crianças nascidas deste ato é de difícil mensuração. De acordo com o Escritório de População de Ruanda (*Population Office of Rwanda*), estima-se que entre 2.000 e 5.000 nasceram em decorrência do sistemático uso da violência sexual em 1994 (NOWROJEE, 1996). Entretanto, muitas vítimas de estupro permanecem em silêncio devido a vergonha, estigma e medo de rejeição por parte de suas famílias. Esse sigilo contribui para a falta de dados sobre a questão. Nesse sentido, grupos de sobreviventes acreditam que as estimativas acima subestimem a real dimensão do problema e alegam que entre 10.000 e 25.000 crianças possam ter nascido como resultado dos estupros perpetrados durante o genocídio (WAX, 2004).

Por sua vez, as crianças nascidas de estupro também enfrentam discriminação, estigmatização e, muitas das vezes, marginalização. Evidências mostram que, logo após o genocídio, algumas gestantes recorreram a atos desesperados, devido a situação em que se encontravam, tais quais suicídios, abortos auto induzidos/clandestinos, abandono e, em alguns casos, infanticídio (CARPENTER, 2010; MUKANGENDO, 2007). As sobreviventes continuam enfrentando uma série de desafios para a sua inserção social, sendo rotuladas a partir de um ato de violência que passa a marcar suas existências: *les enfants mauvais souvenir* (crianças das lembranças ruins), *enfants indésirés* (crianças indesejadas) (GOODWIN, 1997), *devil's children* (crianças do diabo) (NOWROJEE, 1996), *little killers*²⁵ (pequenos assassinos) (WAX, 2004), e *little Interahamwe*²⁶ (mini *Interahamwe*) (MCKINLEY, 1996). Assim,

“*stigma can affect many different life transitions, including employment, educational achievement, and relationships, and the management of stigmatized identities has been positively related to psychological distress and poorer health outcomes.*” (Quin & Chaudoir, 2009, apud HOGWOOD *et al*, 2017, p.4).

²⁵ Essa designação é majoritariamente usada pelas mães dessas crianças, como já apresentado no capítulo 2 desta pesquisa.

²⁶ Este nome é usado pela comunidade para fazer referência a essas crianças, de modo a vinculá-las a seus pais, pertencentes a principal milícia Hutu durante o período do genocídio, a *Interahamwe*.

Ao invés de reconhecida como vítima secundária do estupro (CARPENTER, 2000), essas crianças continuam identificadas pela identidade do seu pai-perpetrador, o que lhes impõem desafios para a sua aceitação até mesmo em seu seio familiar (DELAET, 2008). Conforme destaca Clark, “*these children become the objects of such labels not because of anything that they themselves have done but simply because of how they entered the world.*” (CLARK, 2014, p.159).

No caso de Ruanda, dois artigos importantes foram produzidos acerca desta temática, ambos publicados em 2017. O primeiro deles é “*“I Learned Who I Am”: Young People Born From Genocide Rape in Rwanda and Their Experiences of Disclosure*”, de Jemma Hogwood, Christine Mushashi, Stuart Jones e Carl Auerbach. O segundo, “*The Intergenerational Legacy of Genocidal Rape: The Realities and Perspectives of Children Born of the Rwandan Genocide*”, escrito por Myriam Denov, Leah Woolner, Jules Pacifique Bahati, Paulin Nsuki e Obed Shyaka. Ambos os artigos contaram com depoimentos de crianças nascidas de estupro; no primeiro, dez jovens foram entrevistados, ao passo que, no segundo, este número subiu para sessenta entrevistados. Os objetivos destes estudos eram entender a realidade e perspectivas das crianças nascidas de estupro, bem como as oportunidades e desafios enfrentados pelas mesmas no pós-genocídio.

É importante, entretanto, fazer duas ressalvas. Apesar da relevância destes artigos não ser em nenhum momento colocada em xeque, a confecção e publicização deste material é muito recente, em um momento no qual essas crianças tinham entre 19 e 21 anos, ou seja, já haviam passado pelo período correspondente a infância. Assim, as percepções destas crianças durante a fase que corresponde a sua infância acerca de suas origens não são relatadas em tempo real, constituindo somente lembranças que esses jovens tem do período desse período. Ainda assim, a pesquisa entende e defende o fato de que, independente do momento em que é publicada, essas pesquisas são relevantes para jogar luz sobre um grupo altamente marginalizado como este. Dessa forma, todos os depoimentos que serão transcritos ao longo da introdução deste capítulo foram extraídos desses dois artigos como forma de, por um lado, fornecer uma maior robustez empírica ao argumento e, por outro lado, dar voz às próprias crianças.

As crianças entrevistadas nestas pesquisas demonstraram que as origens de seu nascimento afetaram negativamente o seu senso de pertencimento dentro de suas famílias e comunidade (HOGWOOD *et al*, 2017; DENOVA *et al*, 2017). Além

disso, desde muito cedo, há uma percepção por parte dessas crianças da existência de um tratamento diferenciado que elas recebem no seio familiar, se comparado as demais crianças da família.

“I have two half siblings. They share the same dad and mum and I am in the middle of them. It is hard to understand right? My mother was married and had a kid before the genocide and during the genocide she was raped and had me. After she returned with her husband, she had another child. So in their family, I feel like I don't belong there.” (Georges) (DENOVA *et al*, 2017, p.9)

O fato de que muitos desses estupros foram atos realizados coletivamente, i.e., simultaneamente por múltiplos perpetradores, torna ainda mais difícil o estabelecimento de uma identidade paterna. Ainda que consigo identificar seus pais, muitas dessas crianças, por razões óbvias, encontram dificuldades de estabelecer vínculos com seus pais, que os rejeitam por associá-los ao lado materno e ressaltarem questões étnicas, mesmo após a proibição do uso dessas categorias no pós-genocídio²⁷. Conforme aponta uma dessas crianças:

“I don't have a relationship with my dad. I can't go to my father's side [of the family]. Even when we meet, he says to me: “look at you, you look like your mother, a snake [a Tutsi].” He is always insulting me. But it doesn't affect me anymore.” (Mohammed) (DENOVA *et al*, 2017, p.9)

Ademais, em casos que as mães testemunharam nas Gacacas²⁸, culminando na prisão dos perpetradores, a vítima e a criança acabaram sendo ameaçadas pela família dos seus pais. Em alguns casos, essas ameaças, inclusive, levaram as famílias dessas crianças a se afastarem de suas comunidades.

“We had many risks of being attacked. In the night, people were coming to our house and threatening to kill us. They wanted to kill us because my mother testified at the Gacaca. The people she testified against went to prison. So . . . we were at risk of being killed [by the perpetrators' family]. We moved and came to Kigali.” (Erica) (DENOVA *et al*, 2017, p.10)

Nos capítulos anteriores, ao versar sobre a questão do trauma do estupro para essas mulheres, foi explicado que o estresse pós-traumático vivenciado pelas mesmas impactam em mudanças de humor que, por sua vez, refletem-se na relação para com seus filhos, que se torna ambivalente (REID-CUNNINGHAM, 2008). Essa situação manifesta-se também no comportamento das próprias crianças para

²⁷ “O novo governo da União Nacional tinha três objetivos principais: a reconciliação nacional, a justiça e a redução da pobreza. O grande princípio orientador da política de reconciliação nacional era acabar com o divisionismo: no Ruanda, já não existiam hutus, tutsis ou twas, apenas ruandeses. Em nome da construção de um «novo Ruanda» as referências públicas aos grupos étnicos são proibidas, e o termo «raça» é banido dos discursos oficiais.” (PINTO, 2011, p.49-50)

²⁸ Sobre a definição do termo, consultar página 32 desta pesquisa.

com suas mães, pois os laços criados entre ambos são muito fracos, devido a rejeição que algumas dessas crianças sofrem (VAN EE & KLEBER, 2013). No testemunho abaixo é possível perceber este comportamento ambíguo da mãe para com seu filho, bem como a maneira como essa criança enxerga sua mãe, ressaltando a falta de um vínculo estabelecido entre ambos.

“When I was young, she used to beat me so much that even our neighbors were wondering if she was really my mother. Another example is that she can’t give me a single coin when I am in urgent need . . . My mum has never shown that she loves me since I’ve known her. I consider [my aunt] as my mother . . . It [the mother–child relationship] is not good. She goes to work early in the morning, I don’t say good morning. And when she is back in the evening it is like that. We may pass 3 weeks without talking to each other. And she used to use harsh words against me. I don’t like her.” (Jeremie) (DENOV et al, 2017, p.11)

Para além do relacionamento ruim existente entre mãe e criança, alguns dos entrevistados demonstraram uma enorme gratidão por todos os sacrifícios e dificuldades enfrentadas por suas mães para sua criação. Por esta razão, muitos se sentem responsáveis pelas dificuldades vivenciadas por suas mães, fazendo com que cresça nessas crianças um desejo de retribuição.

“My mom is a strong born. She loves me, I love her . . . When I remember all what she did for me. I feel I love her so much, because she did whatever she could do when she had nothing. All this encourages me to focus on my studies and think about my future instead of sticking to the past . . . So, I thought I have to work hard to become a man and change her life, make her happy.” (Sebastian) (DENOV et al, 2017, p.12)

Em ambas as pesquisas, todos os entrevistados ressaltaram a importância de saber a verdade acerca de suas origens, como forma de entenderem melhor sobre si mesmos, suas identidades e questões referentes a ausência de um pai desconhecido, apesar de todo o desgaste emocional e mental existente neste processo (HOGWOOD et al, 2017, p.8-9). *“It was necessary to know my history because I learned who I am, I know where I stand now.” (P10, male)*²⁹ (Ibid). Como consequências desta descoberta, muitos dos entrevistados expressaram um desejo e necessidade de serem autossuficientes, como modo de desvincular suas identidades a de seus pais. Por outro lado, muitos viram esta situação como um “Plano de Deus”, onde sua existência seria uma luz positiva e uma forma de fornecer esperança para o futuro (Ibid, p.12).

²⁹ Neste artigo, como forma de manter o anonimato dos entrevistados, os nomes foram substituídos por P (de paciente) e o número dado a cada um deles, revelando apenas o gênero do entrevistado.

Além disso, muitos demonstraram que conhecer a verdade permitiu com que eles estabelecessem uma relação melhor com suas mães, uma vez que passaram a entender as atitudes das mesmas para com eles (HOGWOOD *et al*, 2017; DENOVA *et al*, 2017). Naquilo que diz respeito a relação com o pai, emoções conflitantes foram percebidas, sobretudo entre meninos e meninas, onde os primeiros expressaram mais raiva com relação a seus pais do que o segundo.

*“I never talk about him; I never have the courage to say the word “dad.” I say that I am from my mom’s family and never say anything about my father. I really strongly don’t want to see him. My mom is everything for me . . . I don’t know him but I also don’t need to know him.” (P9, male) (HOGWOOD *et al*, 2017, p.13).*

Por último, todos os entrevistados conceberam a importância da criação de redes de apoio constituídas por outros jovens nascidos de estupro, como forma de auxiliar na construção de uma identidade positiva acerca de si mesmo (HOGWOOD *et al*, 2017, p.12). Além disso, esses grupos servem, na visão deles, como um estímulo para que estes jovens não ingressem por outros caminhos, tais quais a dependência química, alcoolismo e prostituição (DENOVA *et al*, 2017, p.17).

Conforme será apontado na seção a respeito do Estado Ruandês, esses depoimentos demonstram uma exclusão dessas crianças do tecido social. Essa exclusão negligencia as vulnerabilidades deste grupo e vai de encontro as aceções tradicionais acerca da infância, que percebem as crianças como um grupo necessitado de proteção, como pode ser observado nos documentos criados para a garantia do direito deste grupo. Assim, estes depoimentos ressaltam uma falha existente no processo de reconstrução da paz na sociedade ruandesa pós-genocídio, pois, este grupo se encontra ausente nesse contexto, nos quais os mecanismos de transição criados tiveram como foco somente suas mães (que, ao contrário dessas crianças, foram vítimas **durante** o genocídio) e a violência sofrida pelas mesmas. Não só, esses depoimentos apresentam uma falha por parte do Estado e da comunidade internacional em assegurar os direitos dessas crianças presentes em documentos voltados para a infância, como é o caso da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, que será mais detalhada na seção sobre o UNICEF.

Por esta razão, frente a tudo que foi apresentado aqui sobre as crianças nascidas de estupro, este capítulo – parte central desta pesquisa – tem como objetivo diagnosticar como os três atores selecionados – Foundation Rwanda, UNICEF e Estado Ruandês – atuaram nessa agenda. Dessa forma, será realizada a análise de

fontes primárias (sites e documentos, por exemplo), que dizem respeito a cada um desses atores, a fim de entender sua postura frente a essas crianças, bem como discursos favoráveis à sua inclusão.

Nesse sentido, a primeira seção dedica-se a analisar a postura da Foundation Rwanda (representante da Sociedade Civil), organização criada especificamente para lidar com questões que concernem às crianças nascidas de estupro durante o genocídio de 1994. Como modo de atingir o objetivo principal deste trabalho, a pesquisa vale-se de todas as informações presentes no site da organização³⁰ para pautar sua análise na inclusão ou não das crianças nascidas de estupro durante o genocídio por parte desta organização. Assim, será possível identificar quais os objetivos, as ações e os resultados práticos atingidos pela organização.

A seção seguinte irá analisar o trabalho do Estado Ruandês pós-genocídio. Em um primeiro momento, será apresentado um panorama geral acerca das crianças no pós-genocídio, apontando as políticas e discursos empreendidos em torno da temática da infância e como esta retórica foi usada para a reconstrução da sociedade. Em seguida, serão analisados os documentos acerca da infância nos quais Ruanda é signatária (a exceção da Convenção Sobre os Direitos da Criança de 1989, que será analisada na seção sobre o UNICEF), de modo a situar essas crianças dentro deste aparato, averiguando se houve o cumprimento dessas leis por parte do Estado.

Optou-se por tratar do UNICEF por último por este ser um representante da Comunidade Internacional e principal organização naquilo que diz respeito à infância e promoção de direitos da criança. Para tal, será feita uma análise acerca dos principais artigos da Convenção dos Direitos da Criança (1989) no que diz respeito às crianças nascidas de estupro, para entender como as mesmas são abarcadas por este documento. Além disso, serão analisados o site e os relatórios da organização publicados acerca do lugar da criança no pós-conflito, a fim de mapear o lugar da criança nascida de estupro.

Nas considerações finais, portanto, será feita uma comparação entre esses três atores, ressaltando as semelhanças e diferenças dos mesmos em relação as suas retóricas acerca das crianças nascidas de estupro. Assim, será possível identificar os principais avanços e limitações existentes no escopo desta temática.

³⁰ <https://foundationrwanda.org/>

4.1. *Foundation Rwanda*

Em fevereiro de 2006, o fotojornalista Jonathan Torgovnik viajou para o Leste da África a mando da revista *Newsweek* para documentar uma história para a comemoração dos 25 anos do HIV/AIDS. Durante esta viagem ele conheceu Odette, a primeira mulher a contar sua história acerca dos horrores vividos ao longo do genocídio. Em razão disto, Torgovnik decide criar o projeto de fotografia *Intended Consequences*, cujo objetivo é contar a história de doze mães que foram vitimadas pelo estupro em 1994, através de relatos dessas próprias mulheres, que contam suas experiências e traumas vividos, sobretudo naquilo que diz respeito a relação para com seus filhos. Além disso, o projeto conta com três relatos das próprias crianças nascidas desses estupros, que contaram como souberam e reagiram ao saberem de sua origem. Tendo início em 2007, o projeto culminou na criação da *Foundation Rwanda*³¹.

Com relação aos relatos das mulheres vítimas de estupro, dois deles tiveram trechos transcritos no capítulo 2 desta pesquisa³². O que é possível perceber como ponto em comum em muitos destes relatos é a preocupação dessas mães para com o futuro dessas crianças, devido a marginalização econômica que elas se encontram, por motivos também trabalhados no capítulo 2, e sua baixa expectativa de vida, em decorrência do HIV. Além disso, em muitos desses relatos é possível perceber que essas mães conseguiram ter uma relação melhor com seus filhos através da assistência psicológica fornecida pela organização, que ajuda essas mulheres a lidar com todo o trauma sofrido, não só do estupro, mas também do genocídio, como aponta uma das entrevistadas:

“For a long time I have been traumatized. There was a time that whenever I went to bed I could see people moving with machetes and men, violent men, raping me. Those nightmares I had for a long time. But after meeting the counselors from AVEGA (Association of Widows of Genocide) I think I’m a bit more stabilized. Whenever I talk about what happened to me I feel relieved. If someone says there was no genocide I feel like running mad. If people say it never happened, let them come and see the cuts, the things that I have, the scars. I was not born with these scars, and many others have

³¹ Optou-se por não traduzir o nome da organização para o português devido aos resultados encontrados nos mecanismos de busca da internet ao digitar “Fundação Ruanda”. Desse modo, mantendo o nome original, torna-se mais fácil, para aqueles que desejam melhor conhecer a organização, encontrá-la.

³² Consultar página 39.

them; why? I want to tell the world that genocide happened in Rwanda, it's not a rumor. What we went through, no one should go through again. Genocide should never happen again. The effects of genocide are very fresh on us, we have children born as a result of this violence. These children are everybody's responsibility. It is our wish that they go to school, because if you go to school you have a better life, and if you have a better life you don't get involved in bad things. And if my son can study and become a better person and an important person in this country, I would also become an important person..." (Annet, mãe de Peter, 2006, np)

Como é percebido ao final deste relato, muitas mães, além de Annet, possuem uma preocupação com relação aos estudos de seus filhos, pois, de acordo com Yvette, *"I have nothing and I don't see myself facilitating his studies, and the government fund for survivors will not take him on because he is not a survivor."* (2006, np, grifo nosso). Nesse sentido, uma das maiores preocupações das mães para com seus filhos é com relação a sua inserção na sociedade, em decorrência de todos as dificuldades aqui já expostas.

Naquilo que diz respeito aos três relatos dados pelas próprias crianças nascidas de estupro, estes foram feitos em 2017, ou seja, onze anos após os relatos das mães e dez anos após a criação da Foundation Rwanda. Em todos eles são relatados sentimentos como tristeza, vergonha e dor ao descobrirem sua origem. Além disso, em dois deles as crianças acabaram entrando em depressão e se isolando socialmente, devido a vergonha causada pelo estigma. Esse isolamento demonstra uma exclusão deste grupo do cenário de reconstrução pós-conflito, uma vez que o estigma social enfrentado por este grupo não é combatido (NEENAN, 2018). No caso de Celestine, uma das três entrevistadas neste projeto, ela foi atrás do pai na prisão, que negou a paternidade, causando nela uma decepção ainda maior. *"I was disappointed. If my father were alive and he asked for forgiveness I would forgive him. But if he does not even accept I am his daughter, how can I forgive him?"* (Celestine, 2017, np). Bertide, por exemplo, relata que saber de sua origem faz com que ela se sinta estigmatizada e sem utilidade. *"Living with this secret makes me feel a lot of stigma and uselessness."* (Bertide, 2017, np). Martin, filho de Odette, primeira mulher a revelar sua história para este projeto, aponta o longo processo de aceitação referente a sua origem, e ressalta a dificuldade que sua mãe tem em dizer que o ama, apesar de todos os sacrifícios que ela fez para sua criação.

"I appreciate that my mother made sacrifices for me, because she could have aborted me. Rape is bad, and for her not to neglect me I respect that, she took the

responsibility to raise me and I know it was hard work. (...) I asked her "I want you to tell me that you love me, you never tell me that you love me." She just said, "I took care of you and did everything for you." But she couldn't say the words "I love you... I still respect her as my mother; without her I would not be here." (Martin, 2017, np)

Assim, a missão da organização é fornecer financiamento para a educação de crianças nascidas de estupro durante o genocídio Ruandês de 1994. Além disso, naquilo que diz respeito as mães, vítimas de estupro durante o genocídio, a organização vincula estas mulheres a serviços psicológicos e médicos, além de atividades geradoras de renda. Dessa forma, essas medidas são importantes para que as mesmas tenham acesso ao tratamento necessário para atenuar os efeitos da doença, além de assistência psicológica para que elas tenham como lidar com o trauma do estupro. Não só, a organização tem como objetivo criar consciência sobre as consequências do genocídio e da violência sexual, por meio do uso das novas mídias e do projeto *Intended Consequences*, apresentado anteriormente.

Desse modo, como resultados práticos, a organização conseguiu com que mais de 830 estudantes possam se formar na escola secundária ou no tratamento vocacional até 2020. Devido aos bons resultados atingidos, que deu visibilidade a história dessas crianças, fazendo com que elas se tornassem inspiradoras e esperançosas com relação a seu futuro, o *Survivors Fund*³³ – seu principal parceiro - continuará a implementar os programas da *Foundation Rwanda* junto às outras organizações parceiras locais, o *Solace Ministries Rwanda*³⁴, a *Kanyarwanda*³⁵ e a *AVEGA Agahoso*³⁶. Portanto, a organização, em conjunto com as demais organizações que trabalham em prol dos sobreviventes do genocídio - sobretudo as mulheres que foram vítimas de violência sexual - continuará auxiliando no desenvolvimento dessas crianças mesmo em sua fase adulta, com o objetivo de que elas se reintegrem a sociedade.

³³ Essa organização já foi apresentada no capítulo 2 dessa pesquisa. Para mais informações, consultar a página 40 deste trabalho.

³⁴ Foi criada em 1995 por Jean Gakwandí, com o objetivo de atender às necessidades de viúvas e órfãos do genocídio de 1994. Para mais informações, acessar: <https://www.peaceinsight.org/conflicts/rwanda/peacebuilding-organisations/solace-ministries-rwanda/>.

³⁵ Foi criada antes do genocídio, em 1991, com o objetivo de promover e defender os direitos humanos e a igualdade, e combater a injustiça. Com isso, foi a primeira organização local a exigir uma investigação completa acerca do genocídio. Para mais informações, acessar: <https://survivors-fund.org.uk/survivors-rights/kanyarwanda/>.

³⁶ Essa organização já foi apresentada no capítulo 2 dessa pesquisa. Para mais informações, consultar a página 40 deste trabalho.

Portanto, a *Foundation Rwanda* contribui para a inclusão dessas crianças por meio da educação. Conforme aponta Camilleri-Cassar (2014), “*education is the pathway that prepares young people for economic independence and social mobility, through employability and active participation in the labour market later on in adulthood.*” (p.252). Nesse sentido, a educação em um cenário de pós-conflito é entendida como um mecanismo de reconstrução daquele tecido social, sobretudo em decorrência da perspectiva que enxerga as crianças como agentes reconstrutores daquele tecido social afetado pelo conflito, uma vez que elas representam as gerações futuras.

“*The returns to education at a personal level are high. By the same token, lack of education can be a serious social and economic handicap. Quality primary schooling gives children a better chance for a full, healthy and secure future. Basic skills such as reading, writing and arithmetic facilitate access to good employment in adulthood, as well as to information essential to both adults and children for solving problems and making important decisions.*” (BOYDEN & RYDER, 1996, p.9)

“*educational interventions can contribute not only to “nationbuilding” in the political and structural sense but also to the more personal, communal, and enduring process of “building nationhood.” Loosely defined, “building nationhood” means ensuring that citizens feel that they belong to and can contribute to their country. As the case studies in this book testify, education for positive citizenship can help achieve more equitable socio-economic development and greater social justice. It can also promote cultural maintenance and growth, intercultural understanding, respect and tolerance, and self-directed evolution for all groups within a nation. Education can help develop more resilient and durable socioeconomic systems, maintain security, and attain peace with development.*” (Vargas-Barón & Bernal, 2005, p. 8, apud BARRIOS-TAO *et al*, 2017, p.5).

Além disso, a ONG contribui para dar visibilidade a questão dos estupros ocorridos no genocídio, apresentando, sobretudo por meio do projeto *Intended Consequences*, as consequências materiais dessa violência, ou seja, as crianças nascidas desses estupros. Seu objetivo em criar consciência a respeito da existência deste grupo, somado aos depoimentos dessas crianças, ajudam a lançar luz para esta problemática, tanto a nível nacional quanto a internacional, uma vez que estes depoimentos se encontram disponíveis na íntegra no site da organização, permitindo com que qualquer pessoa tenha acesso a este material.

Ademais, a organização fornece assistência também para as mães, impactando positivamente de duas formas na vida dessas crianças. A primeira delas é melhorando sua relação com suas mães, que, ao usufruir da assistência necessária para lidar com o trauma, passam a lidar melhor com os sentimentos decorrentes do

estresse pós-traumático, assim como o modo no qual elas enxergam seus filhos. Em segundo lugar, a ONG também vincula estas mulheres a atividades geradoras de renda, possibilitando que elas consigam prover dos recursos necessários para sustentar a ela e a seu filho, evitando com que essa criança tenha que abandonar a escola para se inserir no mercado de trabalho, bem como impedir que tanto a mãe quanto a criança se sujeitem a atividades como prostituição e mendigagem. Desse modo, tanto as crianças quanto as mães são incluídas na sociedade, tanto por meio de sua inserção no ambiente escolar quanto pela inclusão das mães no cenário econômico, possibilitando com que essas famílias tenham direito a uma vida mais digna.

“A socially inclusive society is defined as one where all people feel valued, their differences are respected, and their basic needs are met so they can live in dignity. A socially inclusive society is a society where all people are recognized and accepted and have a sense of belonging.” (ROBO, sd, p.191)

Assim, pelos motivos apresentados acima, a ONG *Foundation Rwanda* contribui para a inclusão – por meio da educação e da visibilidade dada a essa situação – dessas crianças na sociedade ruandesa pós-genocídio.

4.2. Estado Ruandês

Em 2003, a *Human Rights Watch* publicou o relatório “*Lasting Wounds: Consequences of genocide and war*”, no qual a organização documenta casos de abuso e exploração de crianças, algo amplamente disseminado durante o genocídio em 1994. É estimado que 10% das crianças perderam um ou ambos os pais; 110.000 órfãos estão vivendo como chefes da família; 7.000 crianças estão vivendo nas ruas e 65.000 crianças entre 12 e 14 anos são afetadas pelo HIV/AIDS (HRW, 2003; UNICEF *et al*, 2006). Por esta razão, desde o genocídio, o governo tem feito esforços para proteger os direitos das crianças (PELLS, 2011).

Como forma de resolver esta situação, em 2001, o governo Ruandês, juntamente a ONGs nacionais e internacionais, incorporou aspectos da Convenção Sobre os Direitos da Criança em sua legislação interna; dois anos depois (2003), Ruanda ratificou a Convenção. Além disso, foi criada uma Política Nacional para Órfãos e Crianças Vulneráveis (MINALOC, 2004), que “*endorses a community-based approach to address the situation of the most vulnerable children through involving the community and children in the research of solutions and decision-making*” (Ibid, p.7); e um Plano Nacional Estratégico de cinco anos (MIGEPROF, 2006).

Alinhado ao discurso tradicional acerca deste tema, o governo ruandês faz uma correlação simbólica entre as crianças e seus direitos a um renascimento nacional e a um futuro reimaginado (CHENEY, 2007). Em especial Paul Kagame, o presidente de Ruanda desde o fim do genocídio, que se intitula “pai de todos os órfãos” (MIGEPROF, 2007). Além disso, as crianças sobreviventes representam todos os seus membros assassinados durante o genocídio: “*you live in place of your parents, you are the future generation*” (MIJESPOC, 2006, np).

Como medidas práticas para incluir as crianças na sociedade, o Ministério do Gênero e da Promoção dos Direitos da Criança e da Família organiza desde 2006 uma reunião anual para Crianças e Jovens, onde esses têm a oportunidade de expor suas ideias, opiniões e preocupações para várias organizações governamentais e não governamentais (PELLS, 2011, p.81). Dessa forma, o país consegue projetar uma imagem a nível internacional de que Ruanda é um Estado *adequado para crianças* (Ibid).

Entretanto, apesar deste enfoque na participação e opiniões dessas crianças, o governo prontamente silencia aqueles que emitem uma opinião contrária a retórica governamental³⁷. Além disso, internamente, o governo representa os direitos dessas crianças como uma forma de benefício ou patrocínio (MIGEPROF, 2007). Assim, ao invés de serem algo inerente às crianças, os direitos são vistos como um privilégio, dependentes da atuação das crianças enquanto cidadãos-modelo, ou seja, provando que são “dignas de Ruanda” (Ibid).

Ademais, muitas crianças manifestam a dificuldade de concretização acerca da retórica de unidade e reconciliação nacional (PELLS, 2009). A existência de uma divisão ainda implícita entre Tutsis e Hutus faz com que as relações sociais sejam mais complexas do que a narrativa oficial de coexistência (PELLS, 2011, p.82). Em seu livro “*Blood Papa: Rwanda’s New Generation*”, Jean Hatzfeld (2018), descreve, por meio de relatos das próprias crianças sobreviventes ou nascidas durante

³⁷ “*The new leadership does not allow any serious political opposition, independent media, or independent civil society to exist. The ruling RPF also seeks to incorporate most citizens into this vanguard party—known as the umuryango (Family lineage)—through recruitment drives, “animation” sessions, and the harassment, cooption, and disbanding of other political parties (HRW 2003, 2010; ICG 2002). This resembles both Uganda’s “Movement” system and former president Juvénal Habyarimana’s one-party state in which all Rwandans were born members of his Mouvement républicain national pour la démocratie et le développement (National Republican Movement for Democracy and Development, MRND) party. Furthermore, as Ingelaere reveals, the RPF has increased its political control over the countryside by replacing elected local officials (even RPF party members) with appointed, nonlocal loyalists.*” (STRAUS & WALDORF, 2011, p.10)

o genocídio, a incoerência entre discurso e prática no que diz respeito a abolição das categorias étnicas no país. Como mostrado por ele, os filhos dos genocidas Hutus acabaram sofrendo mais no pós-genocídio do que os sobreviventes Tutsis; além disso, as crianças Tutsis recebem subsídios educacionais do governo (HATZFELD, 2018, p.101), o que levou a oportunidade desiguais, além de todo o estigma enfrentado pelas crianças Hutus em decorrência dos crimes cometidos por seus pais.

Naquilo que concerne às crianças nascidas de estupro, os problemas e as dificuldades enfrentadas são ainda maiores. Devido a questões relacionadas a patri-linearidade, essas crianças enfrentam problemas naquilo que diz respeito ao registro de nascimento e os direitos de família. Como qualquer outra criança, as crianças nascidas de estupro têm o direito de registro de nascimento e reconhecimento de sua identidade garantidos por lei (MUKANGENDO, 2007, p.49). De acordo com o Código Civil Ruandês, todas as crianças devem ser registradas em até 15 dias após o seu nascimento (artigo 117). Entretanto, este registro só pode ocorrer mediante a apresentação de um atestado médico. Como grande parte dos partos não foram realizados em hospital, em especial devido aos estigmas enfrentados pelas vítimas de violência sexual, o registro dessas crianças fica comprometido.

Outra questão que é ressaltada pelo Código Civil é o direito da criança em ter um nome e, eventualmente, um ou mais *given names*³⁸ (artigo 58). Todavia, o artigo 61 deste mesmo Código proíbe que os nomes escolhidos sejam prejudiciais aos padrões morais (MUKANGENDO, 2007, p.50). Esse princípio é violado por meio das designações que são dadas a essas crianças, mencionadas na primeira página deste capítulo, como forma de associá-las a brutalidade de seus pais. Portanto, nota-se que há pouco esforço a âmbito nacional para lidar com essas ameaças específicas aos direitos dessas crianças (Ibid).

Apesar de todas essas dificuldades, o governo ruandês reconhece a existência e a alta incidência deste grupo na sociedade. No ano de 2004, o então Ministro da Educação, Romain Murenzi, estava trabalhando em um currículo nacional que explicasse a existência dos filhos nascidos de estupro nas escolas, que provavelmente terão muitos deles como alunos (WAX, 2004; MUKANGENDO, 2007).

³⁸ Optou-se por não traduzir este termo devido a dificuldade de encontrar uma equivalência na língua portuguesa que se encaixasse neste contexto. Desse modo, *given name* significa: “*the name that is chosen for you at birth and is not your family name*”. Para mais informações, acesse: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/given-name>

Entretanto, não foram encontrados documentos ou notícias que comprovassem que este fato se concretizou, bem como os resultados desta iniciativa.

Para além do aparato legal interno, Ruanda é também signatária de alguns documentos internacionais que visam assegurar os direitos da criança. Em 26 de janeiro de 1990, o governo Ruandês assinou a Convenção Sobre os Direitos da Criança (1989), e a Carta Africana Sobre os Direitos e Bem-estar da Criança (1979). Uma vez que o UNICEF é o principal guardião da Convenção de 1989, a análise deste documento será feita na seção seguinte, de modo a evidenciar se o UNICEF, juntamente ao Estado Ruandês, atua em prol das crianças nascidas de estupro. Assim, ao ratificar esses documentos, em 1991, o país prometeu prover todos os direitos assegurados pela Convenção para todas as crianças sob sua jurisdição.

Uma vez que os artigos presentes em ambos os documentos são muito semelhantes, algumas análises serão deixadas para a seção seguinte. Contudo, é importante analisar alguns dos artigos presentes na Carta Africana, já que este documento é também reflexo da necessidade em assegurar direitos particulares deste continente. Dessa forma, dois dos artigos identificados como mais relevantes para a análise sobre as crianças nascidas de estupro foram o 18º e o 31º.

De acordo com o artigo 18,

“1. A família deve ser a unidade natural e básica da sociedade. Ela deve gozar de proteção e suporte por parte do Estado, para que o seu estabelecimento e desenvolvimento tenham lugar.

2. Os Estados Partes adoptarão medidas adequadas de forma a garantir a igualdade de direitos a responsabilidades dos cônjuges, quer durante o tempo em que o casamento dure, quer em caso de divórcio. Em caso de divórcio ou separação, mecanismos necessários para a proteção da criança deverão ser estabelecidos.

3. À nenhuma criança será privada o direito de sustento em consequência do relacionamento dos seus pais e do seu estado civil.” (CARTA AFRICANA SOBRE OS DIREITOS E BEM-ESTAR DA CRIANÇA, 1979)

Infelizmente, nenhum desses parágrafos é cumprido quando se trata das crianças nascidas de estupro. Em primeiro lugar, a literatura aqui mencionada mostrou que o estigma e discriminação sofridos por essas crianças não são reprimidos pelo governo, se mantendo até os dias atuais. Além disso, como os genocidas e as vítimas não foram casados, a provisão de sustento da criança por ambas as partes também fica limitada, sendo a mãe, geralmente, a única provedora de renda. Não só, como muitas das mulheres foram estupradas por mais de um homem, não se sabe quem é

o pai de grande parcela dessas crianças, o que dificulta na responsabilização paterna sobre as mesmas.

O artigo 31, em contrapartida, trata das responsabilidades da criança.

“Toda a criança deve ter responsabilidade em relação à família e à sociedade, em relação ao Estado e a outras comunidades legalmente reconhecidas e em relação a comunidade internacional. A criança de acordo com a sua idade e habilidade, e tendo em conta tais limitações contidas na presente Carta, devem ter a tarefa de:

(a) trabalhar para a coesão da família, respeitar sempre aos seus pais, aos seus superiores, e aos seus anciãos e dar assistência a estes em caso de necessidade;

(b) servir a sua comunidade nacional, colocando as suas habilidades físicas e intelectuais ao serviço da nação;

(c) preservar e fortalecer a solidariedade social e nacional;

(d) preservar e fortalecer os valores culturais Africanos no seu relacionamento com outros membros da sociedade no espírito de tolerância, diálogo e consulta bem como contribuir para o Bem-Estar moral da sociedade;

(e) preservar e fortalecer a independência e a integridade do seu país;

(f) contribuir sempre e a todos os níveis, com o melhor das suas habilidades, para a promoção e o alcance da Unidade Africana.” (CARTA AFRICANA SOBRE OS DIREITOS E BEM-ESTAR DA CRIANÇA, 1979)

Essas questões, porém, são muito complicadas no que diz respeito as crianças nascidas de estupro. Como é sabido, o simples fato dessas crianças existirem causa profundas divisões, tanto a nível familiar quanto a nível comunitário, para aquelas mães que ficaram com seus filhos. Nesse sentido, pontos como estes estão fora do escopo de gerência daquela criança, devido as particularidades de seu nascimento. Ademais, não há nenhum relato de que o governo ruandês atuou de modo a impedir a estigmatização e, possivelmente, serem vistas como um “símbolo de reconciliação para o futuro de Ruanda” (DENOV *et al*, 2017, p.18).

Conforme as descrições feitas acima, os esforços mobilizados pelo governo Ruandês para as questões relativas à infância não contemplaram o significativo número de crianças nascidas de estupro durante o genocídio e, quando pensados, não são encontradas comprovações de sua implementação. A ausência de assistência, tanto para essas crianças quanto para os sobreviventes das comunidades nas quais elas se encontram, perpetua uma série de desigualdades e segregação deste grupo. Não só, questões legais referentes a registro e direito a um nome não são compatíveis a realidade dessas crianças, dificultando o acesso das mesmas a serviços tais quais o ingresso no sistema de ensino que, como mencionado na seção anterior, são peça chave para a inclusão das crianças no cenário de pós-conflito. Essa situação

também acaba por entrar em dissonância com as leis humanitárias internacionais, das quais Ruanda é signatária.

“states have an obligation to adopt positive measures to guarantee their [children born of wartime rape] rights, including through the collection of national data, allocation of appropriate resources and implementation of measures to change discriminatory attitudes towards them. The implementation of special measures should include the collection of disaggregated data; the application of a gender-sensitive analysis; the development of indicators to identify potential areas of discrimination and broader rights concerns specific to countries and localities and boys and girls, as well as monitoring and evaluation.” (NEE-NAN, 2018, p.30)

Outra divergência que é percebida é a falta de políticas de reparação por parte do Estado para com essas crianças. De acordo com a própria lei humanitária internacional, *“effective reparation constitutes restitution, compensation, rehabilitation, satisfaction and guarantees of non-repetition.”* (MUZURANA & CARLSON, 2010, p.6). Dessa forma, o Estado deveria reconhecer todos os danos que são causados na vida dessas crianças em decorrência de todo o estigma e discriminação que elas sofrem por sua comunidade, por serem associadas a seus pais, e a nível internacional, por não serem consideradas como um grupo vulnerável específico demandante de certo grau de proteção.

Portanto, a exclusão deste grupo no processo de reconciliação no pós-genocídio impossibilita a concretização de um processo de reconstrução da paz eficaz, uma vez que as crianças são entendidas como peças-chave para essa reconstrução no pós-conflito, e este grupo não foi incluído neste processo, como mostram as evidências.

“children are central to the success of sustainable peace. If the values of peace in a post-conflict society are to endure beyond the present adult population, it will require today's children to transmit it to tomorrow's generations. To phrase this in terms of a generational, fecund conceit, children are the flowers of fruiting trees; they already possess the individual capacity which, when nurtured, will become the fruit that sustains and propagates a balanced and peaceful society into the future.” (LEE-KOO, 2015, p.188)

Ao fazer isso, as desigualdades e marginalizações se perpetuam, fazendo com que as vulnerabilidades presenciadas por este grupo se mantenham silenciadas, comprometendo o desenvolvimento futuro dessas crianças, que acabam por ser excluídas de alguns dos serviços públicos. Em resumo, apesar da mídia nacional e internacional e do próprio governo de Ruanda apresentar o país como um grande

exemplo de reconstrução pós-conflito³⁹, essa percepção cai por terra quando se lança luz sobre a questão das crianças nascidas de estupro.

4.3. UNICEF

O Fundo Internacional de Emergência para Crianças das Nações Unidas (UNICEF) foi criado em 1946 pela Assembleia Geral da ONU com a proposta inicial de atender às necessidades emergenciais de crianças da Europa e da China afetadas pela Segunda Guerra Mundial. De modo a corroborar com o *ethos* das Nações Unidas, o fundo proporcionaria assistência a essas crianças sem fazer discriminação de raça, credo, nacionalidade, status ou crença política. Anos depois, o Fundo expandiu suas ações a nível global, atuando hoje em 190 países ao redor do mundo. Por esta razão,

“UNICEF believes that there is hope for every child. The conviction that every child is born with the same inalienable right to a healthy, safe childhood is a constant thread through the history of the organization. Its continued viability depends on applying past lessons learned to the challenges ahead, and harnessing the power of innovation to solve tomorrow’s problems.”
(UNICEF, 2016, p.10)

De acordo com o site da própria organização, o UNICEF atua juntamente a seus parceiros para concretizar a promoção dos direitos e bem-estar de todas as crianças, sobretudo aquelas mais vulneráveis e excluídas (UNICEF, 2018). Desse modo, a organização adota uma abordagem baseada no ciclo de vida, reconhecendo a importância do desenvolvimento da primeira infância e da adolescência (Ibid). Para assegurar isto, o UNICEF trabalha de maneira a superar os obstáculos causados pela pobreza, violência, doença e discriminação existentes no caminho da criança, protegendo essas crianças, de forma a garantir a formação de um futuro melhor para este indivíduo.

Além disso, a organização é responsável por manter e assegurar os direitos existentes na Convenção Sobre os Direitos da Criança (1989). Este documento foi adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989,

³⁹ “Vinte anos depois, no entanto, Ruanda exibe estatísticas surpreendentes: redução da pobreza de 59% em 2001 para 44,9% em 2011, um crescimento econômico de 8% ao ano, PIB per capita de US\$ 1,5 mil (contra US\$ 575 em 1995), 95% de taxa de matrícula no ensino primário e taxa de alfabetização de 71%. Segundo o relatório 'Fazendo Negócio' do Banco Mundial de 2013, o país aparece em 52º dos 185 países mais fáceis para fazer negócio e em 8º no ranking de melhores nações para se começar um negócio.” (SANCHES, 2014, np)

entrando em vigor em 2 de setembro de 1990. À exceção dos Estados Unidos, todos os Estados assinaram e ratificaram a presente convenção (UNICEF BRASIL, sd). Este documento representa um marco do aparato internacional normativo no que diz respeito à infância. Os documentos anteriores a esta Convenção, a saber: a Declaração de Genebra dos Direitos da Criança (1924)⁴⁰, Declaração dos Direitos da Criança (1959)⁴¹, e o Ano Internacional da Criança (1979)⁴², tinham em seu bojo uma preocupação frente as necessidades das crianças, sobretudo em seu aspecto físico. Com a Convenção de 1989, entretanto, este debate ultrapassa as questões relativas à necessidade, e passa a incorporar os direitos dessas crianças, em termos da proteção e participação das mesmas.

Por esta razão, serão analisados agora os artigos mais relevantes desta Convenção para entender a questão das crianças nascidas de estupro em contextos de guerra, de modo a entender como este documento dialoga com esta realidade deste grupo em Ruanda. Segundo Mukangendo (2007),

“Not surprisingly, implementing the principles in the Convention on the Rights of the Child for this category of vulnerable children is a great challenge, given the great number of other vulnerable children in Rwanda and due the fact that existing political mechanisms have not been designed explicitly to address the types of harms to which these particular children might be subject.” (p.48-49)

Portanto, como mostra a autora existe uma limitação na Convenção, que não abarca este grupo específico de crianças. Após a análise de alguns dos artigos da Convenção e como eles se enquadram na situação dessas crianças, discutir-se-á alguns dos silenciamentos propagados por parte da instituição acerca deste grupo. Assim, dentre os cinquenta e quatro presentes no documento, foram identificados como mais relevantes acerca da temática das crianças nascidas de estupro os seguintes artigos: 2º, 6º, 7º, 19º, 24º e 39º.

⁴⁰ “In 1924, the League of Nations (LON) adopted the Geneva Declaration, a historic document that recognised and affirmed for the first time the existence of rights specific to children and the responsibility of adults towards children (...) The fundamental needs of children were summarised in five points. The document discussed the well-being of children and recognised their right to development, assistance, relief and protection.” (HUMANIUM, sd). Para mais informações, acessar: <https://www.humanium.org/en/geneva-declaration/>

⁴¹ Aprovado em 20 de novembro de 1959, a Declaração dos Direitos da Criança consiste em uma declaração contendo 10 direitos para garantir a proteção das crianças. Para mais informações, acessar: <https://www1.folha.uol.com.br/asmais/2015/10/1697593-os-10-direitos-da-crianca-aprovados-pela-onu-em-1959.shtml>.

⁴² Foi estabelecido em 1976 pelo UNICEF como forma de atrair atenção da população mundial para os principais problemas enfrentados pelas crianças ao redor do mundo. Para mais informações, acessar: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/musicais-e-shows/ano-internacional-da-crianca.htm>

De acordo com o artigo 2º (1),

“Os Estados-partes respeitarão os direitos previstos nesta Convenção e os assegurarão a toda criança sujeita à sua jurisdição, sem discriminação de qualquer tipo, independentemente de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional, étnica ou social, posição econômica, impedimentos físicos, nascimento ou qualquer outra condição da criança, de seus pais ou de seus representantes legais.” (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA, 1989)

Todavia, as origens desta criança, tanto no caso ruandês quanto em um contexto geral, são justamente a fonte de sua discriminação. No artigo 6º, por sua vez, é reconhecido o direito inerente a vida detido por essas crianças. Contudo, evidências mostram que, apesar de representarem uma taxa pequena se comparado a casos como Bósnia, o infanticídio foi cometido por algumas mães (NOWROJEE, 1996). Além disso, o parágrafo segundo deste mesmo artigo diz que “os Estados-partes assegurarão ao máximo a sobrevivência e o desenvolvimento da criança” (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA, 1989), porém, como mostrado na seção anterior, a assistência fornecida aos sobreviventes do genocídio pelo governo Ruandês não foi estendida a essas crianças, por não serem consideradas sobreviventes.

O artigo 7º ressalta o direito da criança a ter uma nacionalidade; entretanto, os problemas enfrentados frente ao registro dessas crianças, vide seção 4.2, sobretudo devido a necessidade do nome paterno, fazem com que muitas acabem tendo seu direito a cidadania negado e, assim, tornando-se apátrida. Naquilo que diz respeito à discriminação e violência, o artigo 19º aponta que

“Os Estados-partes tomarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto estiver sob a guarda dos pais, do representante legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela.” (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA, 1989).

O artigo 24º é muito relevante para a realidade ruandesa devido aos altos índices de contaminação do HIV ocorridos na época do genocídio. De acordo com o mesmo,

“os Estados-partes reconhecem o direito da criança de gozar do melhor padrão possível de saúde e dos serviços destinados ao tratamento das doenças e à recuperação da saúde. Os Estados-partes envidarão esforços no sentido de assegurar que nenhuma criança se veja privada de seu direito de usufruir desses serviços sanitários.” (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA, 1989)

Como já mostrado no capítulo 2 e na seção 4.2 deste mesmo capítulo, a FARG (Fundo de Assistência aos Sobreviventes do Genocídio), não se estendeu a essas crianças, pelos motivos exaustivamente aqui fixados de que as mesmas não são percebidas enquanto sobreviventes. Apesar de suas mães serem beneficiárias deste programa, muitas delas não conseguem ter acesso aos retrovirais, uma vez que sua oferta é muito limitada. Além disso, devido as condições de extrema pobreza que muitas dessas famílias vivem, a possibilidade de conseguir estes medicamentos e um tratamento adequado por fontes privadas se torna impossível.

Por fim, uma questão que fica defasada frente a realidade ruandesa é o combate a estigmatização e maus tratos sofridos por essas crianças, que ocorrem muito em decorrência de todo o trauma vivenciado pela comunidade nas quais essas crianças se encontram, tornando-as bodes expiatórios de toda a dor e sofrimento vivenciados por aquela população. Como previsto – porém não alcançado – no artigo 39º,

“Os Estados-partes adotarão todas as medidas apropriadas para estimular a recuperação física e psicológica e a reintegração social de toda criança vítima de: qualquer forma de abandono, exploração ou abuso; tortura ou outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes; ou conflitos armados. Essa recuperação e reintegração serão efetuadas em ambiente que estimule a saúde, o respeito próprio e a dignidade da criança.” (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA, 1989)

Isto posto, é possível perceber as limitações da Convenção frente a essas crianças, sobretudo em consequência a questões específicas que concernem sua existência. Tais limitações fazem com que as crianças nascidas de estupro sejam vítimas de uma série de violações de direitos humanos, uma vez que não há uma rede internacional de proteção a seus direitos. Partindo de uma perspectiva das Relações Internacionais, essas violações são a comprovação de uma inação, por parte das agências internacionais, em pressionar os Estados, principalmente Ruanda, a tomar medidas concretas frente a essas crianças, através de pesquisas sobre as mesmas, que permitiriam um entendimento mais assertivo acerca deste grupo.

Para além dos artigos presentes na Convenção de 1989, no ano de 2005, foram feitos alguns documentos por parte do UNICEF tratando a respeito deste grupo. O primeiro deles tratava especificamente sobre as crianças nascidas de estupro no genocídio em Darfur (UNICEF, 2005a)⁴³. O segundo, publicado dez meses depois,

⁴³ ““What we know in Darfur, like many places in the world, often the women and the girls who are raped feel shame,” says UNICEF’s adviser on sexual violence, Pamela Shifman. “They

consistia no posicionamento da organização frente a uma resposta para este grupo, de modo a iniciar um diálogo acerca das questões relacionadas as crianças nascidas de estupro em zonas de conflito, incluindo a busca por dados e pesquisa, de modo a determinar os melhores esforços a serem empreendidos para propiciar uma resposta adequada por parte do UNICEF (UNICEF, 2005b).

Todavia, esses relatórios adotaram uma abordagem centrada na figura materna. Ou seja, o UNICEF argumentou que as necessidades da criança deveriam ser abordadas nos programas direcionados à suas mães, e a questão das “crianças nascidas de estupro em contextos de guerra” não deveriam ficar sob o mandato de proteção infantil do UNICEF, mas sim sob o trabalho que a organização acabara de desenvolver na área de violência baseada em gênero. *“The most effective way to provide assistance and care to the children born as a result of rape is by supporting their mothers – the girls and women targeted for violence – and supporting family and community-based recovery and healing.”* (UNICEF, 2006, p.3)

Além disso, é percebido uma relutância por parte dos humanitários em abordar essas questões de maneira mais específica (CARPENTER, 2010).

“The key findings of the research are that knowledge and awareness regarding children born of war within the humanitarian sector is extremely limited. In the warming-up questions about protection needs of women and children in conflict situations generally, there were no references to the specific needs of this category of child, indicating that current thinking on child protection and gender-based violence in conflict situations is predominantly framed by other issues such as recruitment, demobilization, family tracing, sexual exploitation of children, and separation.” (CARPENTER et al, 2005, p.8)

*“The UNICEF representative consistently argued against the idea, stressing a variety of organizational, conceptual, and logistical issues. Although he was deeply sympathetic toward the subject, his position was that the issue was too multifaceted to encompass under one rubric, that it was not obvious that such children’s needs were unmet by existing human rights programming, and that any additional threats to their rights (such as stigma) did not fall properly under UNICEF’s mandate (...) **I remain to be convinced of the merit of UNICEF treating these children as a specific group**”* (CARPENTER, 2010, p.47, grifo nosso)

experience stigma, discrimination as a result of the rape. So UNICEF is working to ensure that the stigma of the rape is attached to the perpetrator where it belongs and not to the women and girls who are the victims. And this extends to children who are born as a result of rape.” (...) *“UNICEF is working to ensure that both the mothers and the children are not discriminated against, have opportunities for education and have an opportunity to access health care,”* She continues: *“They must have an opportunity to be integrated into a larger society and not face discrimination as a result of being the victim of sexual violence.”* (UNICEF, 2005, np). Para mais informações, acessar: https://www.unicef.org/doublepublish/sudan_25107.html

Portanto, a postura do UNICEF frente a problemática das crianças nascidas de estupro a nível global não foi capaz de auxiliar na inclusão desse grupo na sociedade ruandesa. A Convenção de 1989, apesar de ser aplicada a toda e qualquer criança sob a jurisdição de um Estado signatário do documento, não é utilizada para assegurar os direitos das crianças nascidas de estupro, pois, como foi possível observar, não há evidências de que o UNICEF atuou de modo a fazer com que o Estado Ruandês aplicasse as normas da Convenção a estas crianças.

“Children’s rights are human rights and apply to all children regardless of age, gender, race, colour, country of origin, religion, physical or mental dis/ability, or socio-economic background. Children’s rights are part of a complete package and cannot be ‘cherry-picked’ according to what is convenient, palatable or preferred. Each of the rights set out in the Convention interrelate to each other.” (O’KANE et al, 2009, p.261)

Além disso, há uma necessidade de criação de uma rede de proteção internacional dessas crianças, atualmente inexistente, como modo de reverter os discursos propagados acerca deste grupo, assim como as vulnerabilidades particulares experienciadas por eles.

“Creating a human rights culture that will achieve justice for children born of wartime requires, as I see, two key changes. The first involves creating effective social institutions to guarantee economic rights and provide economic opportunities for women. (...) The second change needed is a transformation of the social discourse surrounding children born of war. Such a change is integral to any effort to effect social reconstruction and reconciliation.” (GOODHART, 2007, p.206)

Dessa forma, mais pesquisas sobre este assunto são necessárias, principalmente dentro do *UNICEF Innocenti*⁴⁴, para que seja possível concatenar a maior quantidade possível de informações acerca deste grupo, a fim de que as devidas políticas sejam formuladas para os mesmos.

⁴⁴ *“The Office of Research – Innocenti is UNICEF’s dedicated research centre. Its core mandate is to undertake cutting-edge, policy-relevant research that equips the organization and the wider global community to deliver results for children. To achieve its mandate UNICEF Innocenti must work closely with all parts of its parent organization as well as a wide array of external academic and research institutions Innocenti’s research seeks to inform policy, guide action and also to challenge assumptions. The credibility and relevance of findings rest as much on the quality of inquiry as on independence. Innocenti’s position, firmly rooted in the global UNICEF network and fully engaged as an independent research body with leading universities and institutes in all regions of the world promotes a dynamic, real-time discourse on the generation of knowledge about children.”* Para mais informações, consultar: [https://www.unicef-irc.org/aboutIRC/HOW WE WORK.html](https://www.unicef-irc.org/aboutIRC/HOW_WE_WORK.html)

4.4. Considerações Finais

Ao longo deste capítulo foi possível perceber as dificuldades por parte de dois dos três atores selecionados em endereçar a problemática das crianças nascidas de estupro em suas agendas e programas. Dentre esses atores, apenas a organização não-governamental local apresentou projetos, como a inserção dessas crianças no ambiente escolar, a capacitação de suas mães para a realização de atividades geradoras de renda, e a visibilidade dada a essas histórias. Em contrapartida, o UNICEF e o Estado Ruandês se mostraram em desacordo com os princípios humanitários, isto é, não foram identificadas políticas conciliatórias ou medidas de reparação, nas quais a inclusão deste grupo deve ser feita a fim de atingir um processo de reconstrução de paz pleno. A dificuldade em identificar essas crianças como uma população particularmente vulnerável acabou resultando em sua marginalização e reforço de alguns tabus em torno dos mesmos ao invés de contribuir para a sua agência e reinserção social. Não só, ao lidar com este problema a partir de uma moldura de violência baseada em gênero ao invés de um quadro de proteção infantil acaba reforçando a ideia de que essas crianças são consequências primeiras de violações de direitos do que seres humanos com direitos que necessitam de proteção (CARPENTER, 2007, 2010). Conforme aponta Neenan (2018),

“meaningful and inclusive peace and reconciliation cannot be achieved if a key population is excluded or marginalized in post-conflict societies, policies and laws. In particular, transitional justice processes which fail to recognize and enforce the rights of children born of sexual violence cannot meet their purported goals. Such goals include truth, reconciliation, accountability and the delivery of transformative reparations. Denial of the rights of children born of sexual violence is irreconcilable with human rights’ claim to universality.” (p.20)

“While fleeting political and press attention has been paid to rape and sexual exploitation resulting in pregnancy and births at peak points of some conflicts, a more sustained effort to understand the plight of children born of sexual violence has been made by scholars.” (Ibid, p.21)

Nesse sentido, é possível perceber que existe uma preocupação muito maior por parte da comunidade acadêmica do que pelos formuladores de política em ter um olhar mais direcionado para esta questão. Em teoria, as crianças nascidas de estupro em contextos de guerra são protegidas pelos mesmos direitos das demais crianças; todavia, existem algumas barreiras que dificultam na garantia desses direitos, tais quais, a intransigência de alguns governos; a dificuldade de legislar ou

alterar atitudes culturais que favorecem a exclusão social deste grupo; a falta de recursos e infraestrutura para a proteção de crianças no pós-conflito de um modo geral; o conflito gerado mediante os direitos das crianças nascidas de estupro e das demais; além dos desafios políticos e operacionais em acessar, avaliar e encontrar as necessidades específicas dessas crianças na prática (CARPENTER, 2007, p.211)

No caso de Ruanda, apesar da retórica oficial, é importante notar a negligência do governo em relação a esses casos. Nota-se, por exemplo, que o governo não promoveu nenhum tipo de estudo para entender a realidade das mesmas, bem como de suas mães. Ao contrário, estudos acadêmicos foram realizados quase duas décadas após o nascimento dessas crianças, o que impossibilitou que medidas específicas para este grupo fossem tomadas durante o período de sua infância. A ausência de estudos durante o período correspondente a infância dessas crianças, ou seja, entre 1995 e 2013, pactuou para o silenciamento frente a realidade deste grupo. Este silenciamento é causado pela ausência de dados e informações que mapeiem a situação na qual se encontram essas crianças, dificultando com que as desigualdades e estigmatizações sofridas por elas sejam diagnosticadas e combatidas. Nesse sentido, essa falta de informações e medidas concretas para este grupo impossibilitam a consolidação de um processo de paz eficaz, pois, como já mencionado, nem todos os grupos da sociedade ruandesa são contemplados. Assim, apesar da reconstrução do país em termos políticos e econômicos, algumas divergências étnicas e sociais ainda se fazem presentes, sobretudo em decorrência de políticas que priorizam apenas os sobreviventes que pertenciam à etnia Tutsi durante o genocídio.

Desse modo, a peça fundamental para auxiliar na proteção destas crianças foi a sociedade civil, representada nesta pesquisa pela ONG Foundation Rwanda. De acordo com Gemmill e Bamidele-Izul (2002), a sociedade civil pode ser definida como,

“In the broadest sense, civil society has been characterized as a sphere of social life that is public but excludes government activities (Meidinger, 2001). Michael Bratton describes civil society as social interaction between the household and the state characterized by community cooperation, structures of voluntary association, and networks of public communication (Bratton, 1994). The term civil society is generally used to classify persons, institutions, and organizations that have the goal of advancing or expressing a common purpose through ideas, actions, and demands on governments” (Cohen and Arato, 1992, apud p.3).

Assim, a organização, por meio dos acordos firmados com outras organizações que também atuam com grupos afetados no pós-genocídio, consegue

desenvolver um trabalho que possibilita não só a inclusão dessas crianças na sociedade, por meio da educação, mas também de suas mães, através da vinculação das mesmas a atividades geradoras de renda. Por não possuir um vínculo colaborativo com o governo Ruandês, as iniciativas da organização não conseguem abarcar a todas as crianças nascidas dessa violência, muito em decorrência, também, de não se saber o número exato de quantas delas existem. Como pontuado por Carpenter (2007), *“postwar governments have typically chosen not to collect statistics on the number of these children, their destinies, or their status.”* (p.213). Portanto, a falta de informações mais precisas e concretas acerca deste grupo, juntamente a ausência de iniciativas nacionais que olhem para este grupo fazem com que as organizações não-governamentais sejam uma das poucas opções para estas mães e crianças serem incluídas na sociedade.

Apesar de seus mandatos específicos, agências internacionais – aqui representados pela UNICEF – também contribuem para esse silenciamento quando deveriam fornecer assistência para garantir apoio psicossocial e econômico para essas crianças. Conforme destaca Delaet, *“Programs that provide economic and social resources based on needs rather than the classification of individuals as victims of wartime violence may be more effective.”* (DELAET, 2007, p.142). O que pode ser observado na postura do UNICEF, não só frente a Ruanda, mas frente a esta problemática de uma maneira geral, é uma dificuldade por parte da organização em assumir as vulnerabilidades e problemas enfrentados por este grupo específico, bem como a formulação de políticas que se voltem especificamente para eles, como é o caso do que acontece com as crianças-soldado, as crianças refugiadas, entre outras, que possuem uma atenção direcionada da organização para os problemas destes grupos. Dessa forma, por se tratar de um fenômeno global que, como mostrado aqui, teve, somente na década de 1990, mais de 500.000 crianças nascidas desses estupros em guerra (GRIEG, 2001),

“it means a willingness to acknowledge the situation facing such children, channeling attention to them into thematic concerns already prevalent within the human rights sector, and adopting a more gender-sensitive approach generally in child-rights programming.” (CARPENTER, 2007, p.219)

Frente a tudo que foi apresentado neste capítulo, é importante que haja um engajamento maior, a nível nacional e internacional, sobre a questão das crianças nascidas de estupro, não só em Ruanda, mas também em uma perspectiva global. Não só, a ênfase acerca dessas crianças não deveria ser dada mediante as

circunstâncias de seu nascimento, mas sim, no modo como os demais veem e lidam com o modo como essas crianças foram concebidas. Além disso, de modo a não expor tanto a criança quanto a mãe vítima de violência, faz-se importante buscar uma abordagem que vise estudar esses grupos a partir de uma perspectiva mais universal, uma vez que os problemas enfrentados por essas crianças apresentam um certo padrão nos contextos nos quais este grupo existe (CARPENTER, 2007).

Em resumo, este capítulo buscou demonstrar como os discursos, bem como a ausência deles, frente as crianças nascidas de estupro, contribuíram para sua inclusão ou exclusão na sociedade ruandesa pós-conflito. Como identificado ao longo do capítulo, houve uma falha, tanto por parte do governo Ruandês quanto por parte do UNICEF em tomar medidas acerca desta questão. No caso do governo Ruandês, a dificuldade de adaptação de seu aparato jurídico para as questões particulares vividas por este grupo, assim como as políticas voltadas para os sobreviventes do genocídio, que não se estendiam a essas crianças, fez com que este grupo permanecesse silenciado na sociedade, contando somente com o auxílio da sociedade civil. O UNICEF, por sua vez, demonstra uma dificuldade a nível global em adereçar este problema, pois, além de não ter medidas específicas para estas crianças no caso de Ruanda, a organização possui limitações frente a elaboração de relatórios e medidas que mapeiem maiores informações acerca destas crianças, prejudicando na elaboração de políticas que viabilizem a inclusão deste grupo na sociedade, bem como sua proteção a partir dos princípios da Convenção de 1989.

Portanto, a dificuldade em chegar até essas crianças, devido ao silenciamento de muitas mães frente as circunstâncias nas quais elas foram concebidas, sobretudo em decorrência da vergonha frente ao estupro, somado a uma falta de prioridade por parte dos governos em coletar informações acerca deste grupo no pós-conflito, e uma dificuldade internacional em criar uma rede de proteção internacional para os direitos dessas crianças, fazem com que este grupo perpetue-se no silenciamento. Esta situação impede que haja uma conscientização global acerca deste fenômeno, de modo a possibilitar, inclusive, que esses problemas se mantenham nas próximas gerações de crianças nascidas de estupro em contextos de guerra que podem vir a nascer. Assim, são necessárias campanhas não só para a prevenção do estupro em cenários de conflito e pós-conflito, mas também campanhas que visem a inclusão dessas crianças na sociedade nas quais elas se encontram inseridas.

5. Conclusões

No decorrer desta pesquisa, buscou-se tomar as crianças nascidas de estupro em contextos de guerra como objeto de estudo de suma importância para os estudos sobre infância e, também, para as RI. Para tal, inicialmente foram apresentados dados que mostram que este grupo constitui um grupo global, mas que ainda segue muito marginalizado nos estudos sobre infância e conflito, bem como na formulação de políticas voltadas para a infância e a reconstrução social no pós-conflito. Assim, pautando-se no estudo de caso acerca do genocídio de Ruanda, buscou-se ressaltar a importância de discursos a nível local, nacional e internacional que impulsionem a inclusão deste grupo na sociedade e na formulação de políticas que priorizem as dificuldades particulares enfrentadas por eles.

Nesse sentido, o capítulo 2 buscou mostrar as consequências dos estupros nas mães destas crianças. Aqui, lançou-se mão de autores como Brownmiller (1975), Card (1996) e Reid-Cunningham (2008) para mostrar a antiguidade desta prática, assim como algumas questões motivadoras do emprego desta estratégia em um cenário de conflito. A partir da explanação acerca do genocídio Ruandês, ou seja, dos eventos ocorridos antes, durante e depois de 1994, seguido de um panorama acerca das construções de gênero na sociedade ruandesa, foi possível construir uma linha de raciocínio que visava entender as imbricações existentes entre gênero e genocídio, e como estas corroboraram para o largo emprego do estupro enquanto uma ferramenta genocida. Como mostrado ao longo da pesquisa, a gravidez forçada não foi algo premeditado pelas milícias Hutus; entretanto, um número significativo de crianças acabou resultando deste ato, curiosamente o contrário do ocorrido no Genocídio Bósnio, no qual a gravidez forçada era uma estratégia política sérvia amplamente disseminada e de caráter obrigatório, sujeito a punições para aqueles que não as cumprissem, porém o número de crianças nascidas decorrentes deste ato foi dez vezes inferior (WEITSMAN, 2007). Por último, apontou-se as consequências desses estupros na vida das sobreviventes ruandesas que, devido a construções socioculturais do país, foram negativamente percebidas pelos demais sobreviventes, algo que foi potencializado quando elas optaram – ou não tiveram outra escolha – por ficar com seus filhos.

Muito interligado a discussão feita no capítulo 2, o capítulo 3 buscou tratar das questões referentes à infância, mostrando como as construções tradicionais e

ocidentais muitas das vezes silenciam a realidade de muitas crianças ao redor do mundo. No caso das crianças nascidas de estupro, esse silenciamento deriva muito do fato de que a sua concepção per se diverge do modelo tradicional de família construído ao longo dos séculos, no qual a criança é entendida como consequência de um enorme ato de amor do casal. Assim, este capítulo apresentou uma definição acerca do termo “crianças nascidas de estupro em contextos de guerra” (GRIEG, 2001; MOCHMANN, 2017); a lembrar, uma conceitualização feita por acadêmicos, e não por formuladores de políticas voltadas para a infância. Além disso, questões como trauma e identidade foram amplamente discutidas, como forma de entender o porquê de alguns silenciamentos por parte de alguns atores seria encontrado no capítulo seguinte. Por fim, versou-se sobre os principais impactos na vida de uma criança nascida de estupro durante o conflito, como forma de ressaltar, também, a particularidade desse grupo frente as demais crianças.

O quarto capítulo, por sua vez, partiu para uma perspectiva analítica acerca deste grupo, lançando mão de três atores – Foundation Rwanda, Estado Ruandês pós-genocídio e UNICEF – para averiguar empiricamente se e como houve inclusão destas crianças a nível local, nacional e global. Como foi concluído, a inclusão das crianças ruandesas se deu a nível local, através do trabalho de ONGs – *Foundation Rwanda, Survivors Fund* - que focavam especificamente na questão dos estupros, preenchendo uma lacuna deixada pelo Estado (KALDOR, 2013). Além disso, só o fato de Estado e UNICEF reconhecerem a existência dessas crianças não é suficiente, sendo necessário empreender mudanças a nível jurídico como forma de atender as demandas específicas por cuidado e proteção que este grupo requer, e social, de modo a promover uma conscientização de escala global acerca deste problema, evitando e punindo atitudes discriminatórias. É importante ressaltar que, a falta da realização de um trabalho de campo tanto em Ruanda quanto nas sedes do UNICEF em Nova Iorque e em Genebra, impediram com que reflexões mais profundas fossem feitas, contando, grande parte das vezes, apenas com a visão de outros acadêmicos acerca deste assunto.

Por esta razão, é importante perceber a urgência por mais estudos acerca deste tema, de modo a reunir uma quantidade significativa de dados sobre este grupo, ressignificando, inclusive, alguns dos paradigmas referentes à infância. Para isso, é necessário, também, posicionar estas crianças no bojo do debate sobre os direitos da criança, e não nas discussões sobre violência sexual. Naquilo que

concerne especificamente o contexto de Ruanda, é necessária uma atenção maior as dinâmicas do pós-conflito, sobretudo frente as estigmatizações e divisões étnicas que ainda se fazem presentes, mesmo que de maneira silenciosa. Assim,

“Em 1994, o estupro foi uma das armas usadas pelo genocídio. Quase todos os estupradores eram portadores do vírus HIV. Nem toda a água de Rwakibirizi e de todas as nascentes de Ruanda teriam bastado para “lavar” as vítimas da vergonha pelas perversidades que sofreram. Nem toda a água seria suficiente para limpar os rumores que corriam dizendo que essas mulheres eram portadoras da morte e fazendo com que todos as rejeitassem. Contudo, foi nelas, nelas próprias e nos filhos nascidos do estupro que essas mulheres encontraram uma fonte viva de coragem e a força para sobreviver e desafiar o projeto dos seus assassinos. A Ruanda de hoje é o país das Mães-coragem.” (MUKASONGA, 2017, p.153-154)

Deste modo, finalizo esta pesquisa fazendo um adendo a fala de Scholastique Mukasonga sobre os estupros ocorridos no genocídio ruandês em 1994. Assim como essas mulheres, as crianças nascidas de estupro, hoje já adultas, encontraram um modo de resistir frente a todo estigma e discriminação existentes em decorrência de sua existência, além do abandono a nível comunitário, nacional e internacional que este grupo sofreu. Por esta razão, a Ruanda de hoje é também o país das Crianças-coragem.

6. Referências bibliográficas

AFP. Genocídio de Ruanda completa 25 anos neste domingo. São Paulo, *Exame*, 07/04/2019. Disponível em <https://exame.abril.com.br/mundo/genocidio-de-ruanda-completa-25-anos-neste-domingo/> . Acesso em 15 de outubro de 2019.

AFRICAN RIGHTS STUDIES. Broken Bodies, Torn Spirits: Living with Genocide, Rape and HIV/AIDS. Kigali, *African Rights Studies*, abril/2004.

ARIÈS, Philippe. “A descoberta da infância”. In: *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981. pp.39-68.

BANYANGA, Jean et al. The Trauma of Women Who Were Raped and Children Who Were Born as a Result of Rape during the Rwandan Genocide: Cases from the Rwandan Diaspora. *Journal of African Studies and Development*, v.3, n°4, 2017. pp.31-39.

BBC. Entenda o genocídio de Ruanda de 1994: 800 mil mortes em cem dias. *BBC News*, Brasil, 7 de abril de 2014. Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140407_ruanda_genocidio_ms. Acesso em 11 de maio de 2019.

BHABHA, Jacqueline. The Child: What Sort of Human? *PMLA*, v.121, n.5, pp.1526-1535, 2006.

BONNET, C. Le viol des femmes survivantes du génocide au Rwanda. In : VERDIER, R ; DECAUX, E ; CHRETIEN, P. *Rwanda, un génocide du XXe siècle*. Paris: Editions L'Harmattan, 1995.

BOYDEN, J.; RYDER, P. *Implementing the right to education in areas of armed conflict*. 1996. Disponível em www.essex.ac.uk/armedcon/story_id/000454.pdf . Acesso em 02 de novembro de 2019.

BROWNMILLER, Susan. *Against Our Will: Men, Women and Rape*. Nova Iorque: Bantam Books, 1975.

BUSS, Doris. Rethinking ‘Rape as a Weapon of War’. *Feminist Legal Studies*, v.17, 2009. pp.145-163.

CAMILLERI-CASSAR, Frances. Education strategies for social inclusion or marginalising the marginalised? *Journal of Youth Studies*, v.17, n°2, 2013. pp.252-268.

CARD, Claudia. Rape as a Weapon of War. *Hypatia*, v.11, n°4, 1996. pp.5-18.

CARPENTER, Charli et al. *Protecting Children Born of Wartime Rape and Exploitation in Conflict Zones: Existing Practice and Knowledge Gaps*. Pittsburgh: Universidade de Pittsburgh, 2005.

CARPENTER, Charli. “Surfacing Children: Limitations of Genocidal Rape Discourse,” *Human Rights Quarterly*, v.22, n°2, 2000.

_____. *Innocent Woman and Children*. Farnham: Ashgate, 2006.

_____. Gender, Ethnicity, and Children’s Human Rights: theorizing babies born of wartime rape and sexual exploitation. In: CARPENTER, Charli.

Born of War: Protecting Children of Sexual Violence Survivors in Conflict Zones. 1ª edição. Virgínia: Kumarian Press, 2007. pp.1-20.

_____. *Forgetting Children Born of War: Setting the Human Rights Agenda in Bosnia and Beyond*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2010. 304 p.

_____. *War's impact on children born of rape and sexual exploitation: Physical, economic and psychosocial dimensions*. University of Pittsburgh, sd. Disponível em: <http://people.umass.edu/charli/childrenbornofwar/Carpenter-WP.pdf> . Acesso em 20 de outubro de 2019.

CHENEY, Kristen. *Pillars of the Nation: Child Citizens and Ugandan National Development*. Chicago: University of Chicago Press, 2007.

CHOWDRY, Mustafa. "War Babies." *Banglapedia: National Encyclopedia of Bangladesh*, 2004. Disponível em: http://banglapedia.search.com.bd/HT/W_0021.htm . Acesso em 30 de setembro de 2019.

CLARK, Janine. A Crime of Identity: Rape and Its Neglected Victims. *Journal of Human Rights*, v.13, nº2, 2014. pp.146-169.

COOK, D. When a Child is Not a Child, and other Conceptual Hazards of Childhood Studies. *Childhood*, v.16, n.1, 2009.

COSER, Lewis. *Functions of social conflict*. Londres: Routledge, 1968.

DALLAIRE, Roméo. *They Fight Like Soldiers, They Die Like Children: The Global Quest to Eradicate the Use of Child Soldiers*. New York: Walker and Company, 2011.

DELAET, Debra. Theorizing Justice for Children Born of War. In: CARPENTER, Charli. *Born of War: Protecting Children of Sexual Violence Survivors in Conflict Zones*. 1ª edição. Virgínia: Kumarian Press, 2007. pp. 128-148

DEMAUSE, Lloyd. *The History of Childhood*. London: Souvenir, 1976.

DENOV, Myriam et al. The Intergenerational Legacy of Genocidal Rape: The Realities and Perspectives of Children Born of the Rwandan Genocide. *Journal of Interpersonal Violence*, v.0, nº0, 2017. pp.1-22.

DIKEN, Bülent; LAUSTSEN, Carsten. Becoming Abject: Rape as a Weapon of War. *Body & Society*, v.11, nº1, 2005. pp.111-128.

DONOVAN, Paula. Rape and HIV/AIDS in Rwanda. *The Lancet Supplement*, v.360, 2002. pp.17-18.

FAGANELLO, Priscila. *Operações de Manutenção da Paz da ONU*. Brasília: Funag, 2013. 372 p.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 80p.

FOUNDATION RWANDA. Site de ONG. Disponível em <http://www.foundation-rwanda.org/thegenocide.aspx>. Acesso em 01 de outubro de 2018.

- GOODHART, Michael. Children Born of War and Human Rights. In: CARPENTER, Charli. *Born of War: Protecting Children of Sexual Violence Survivors in Conflict Zones*. 1ª edição. Virgínia: Kumarian Press, 2007. pp.188-209.
- GOODWIN, Jan. Rwanda: Justice Denied. *On the Issues*, Nova Iorque, 1997. Disponível em <https://www.ontheissuesmagazine.com/1997fall/f97rwanda.php> Acesso em 23 de setembro de 2019.
- GOTTSCHALL, Jonathan. Explaining wartime rape. *The Journal of Sex Research*, v.41, nº2, 2010. pp.129-136.
- GOUREVITCH, Philip. *Gostaríamos de informa-los de que amanhã seremos mortos com nossas famílias*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GRIEG, Kai. *The War Children of the World*. Bergen: Noruega: War and Children Identity Project. Disponível em <https://childhub.org/en/child-protection-online-library/war-and-children-identity-project-2001-war-children-world-117-p> Acesso em 15 de outubro de 2019.
- HADDAD, Heidi. Mobilizing the Will to Prosecute: Crimes of Rape at the Yugoslav and Rwandan Tribunals. *Human Rights Review*, v.12, nº1, 2011. pp.109-132.
- HAER, Roos. Children and armed conflict: looking at the future and learning from the past, *Third World Quarterly*, 2019. pp.1-18.
- HAER, Roos; BÖHMELT, Tobias. “The Impact of Child Soldiers on Rebel Groups’ Fighting Capacities.” *Conflict Management and Peace Science*, v. 33, n. 2, 2016. pp. 153–173.
- HAMEL, Marie-Eve. Ethnic belonging of the children born out of rape in postconflict Bosnia-Herzegovina and Rwanda. *Nations and Nationalism*, v.22, nº 2, 2016. pp. 287–304.
- HESS, Rachel. 2004. “Babies of Girl Soldiers.” *Documento de trabalho enviado ao Workshop da Associação de Estudos Internacionais sobre War Babies*, Montreal, Quebec.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- HOGWOOD, J. et al. Rebuilding the social fabric: Community counseling groups for Rwandan women with children born as a result of genocide rape. *Intervention*, v. 12, 2014. pp. 393-404.
- HOGWOOD, Jemma et al. “I Learned Who I Am”: Young People Born From Genocide Rape in Rwanda and Their Experiences of Disclosure. *Journal of Adolescent Research*, v.0, nº0, 2017. pp.1-22.
- HOLZSCHEITER, Anna. “Discourses of Childhood – the ‘Communicative Ecology’ of the Child”. In: *Children’s Rights in International Politics: The Transformative Power of Transnational Discourse*. New York: Palgrave Macmillan, 2010, cap. 5, pp.99-137.
- HUMAN RIGHTS WATCH. Lasting Wounds: Consequences of Genocide and War for Rwanda's Children. *Human Rights Watch*, 2003. Disponível em <https://www.refworld.org/docid/3f4f595a12.html> Acesso em 24 de outubro de 2019.

- _____. “Shattered lives: sexual violence during the Rwandan genocide and its aftermath” *Violence & Abuse Abstracts*, vol. 5, n° 1, 1996.
- JASINSKI, Michael. *Examining Genocides: Means, motives and Opportunity*. Londres, Nova Iorque: Rowman & Littlefield, 2017. 236p.
- JENKS, Chris. “Constituting Childhood”. In: *Childhood*. London: Routledge, 2005. pp.1-28.
- JENKS, Chris. *Sociological Perspectives and Media Representations of Childhood*. In: FIONDA, Julia. *Legal Concepts of Childhood*. Oxford: Hart, 2001, cap. 2, pp.19-42.
- JONES, Adam. Gender and genocide in Rwanda. *Journal of Genocide Research*, v. 4, n°1, 2002. pp. 65–94.
- KALDOR, Mary. In Defence of New Wars. *Stability*, vol. 2, n° 1, 2013. p. 1-16.
- KANTENGWA O. How motherhood triumphs over trauma among mothers with children from genocidal rape in Rwanda. *Journal of Social and Political Psychology*, v. 2, 2014. pp. 417-434.
- KIERNAN, Ben. *Blood and Soil: A World History of Genocide and Extermination from Sparta to Darfur*. New Haven: Yale University Press, 2007.
- LEE-KOO, Katrina. Children and peace building: propagating peace. In: HUYNH, Kim et al (ed). *Children and Global Conflict*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. pp.185-211.
- LEMARCHAND, Rene. “The 1994 Rwanda Genocide”. In: TOTTEN, Samuel; PARSONS, William (org.). *Century of Genocide: Critical Essays and Eyewitness Accounts*. Nova Iorque: Routledge, 2009.
- LEMKIN, Raphael. Genocide as a Crime Under International Law. *American Journal of International Law*, v. 44, 1947. pp. 145-151.
- LOCKE, John. *Segundo Tratado Sobre o Governo*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- LONGMAN, Timothy. Limitations to Political Reform: The Undemocratic Nature of Transition in Rwanda. In: STRAUS, Scott; WALDORF, Lars. *Remaking Rwanda*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2011, capítulo 1, pp.25-47.
- LORCH, Donatella. Rwanda: Rape, used as weapon, creates “genocide orphans”. *The Ottawa Citizen*, Ottawa, 20/05/1995. Disponível em <https://ottawacitizen.com/?s=rwanda%3A+rape%2C+used> . Acesso em 30 de setembro de 2019.
- MATLOFF, J. Rwanda Copes With Babies of Mass Rape. *Christian Science Monitor*, v.87, n°3, 1995.
- MAZURANA, Dyan; CARLSON, Khristopher. Children and Reparation: Past Lessons and New Directions. *Innocenti Working Paper*, 2010. Disponível em: https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/iwp_2010_08.pdf Acesso em 02 de novembro de 2019.
- MCKINLEY, James. Legacy of Rwanda Violence: The Thousands Born of Rape. *The New York Times*, Nova Iorque, 23/09/1996. Disponível em

<https://www.nytimes.com/1996/09/23/world/legacy-of-rwanda-violence-the-thousands-born-of-rape.html>. Acesso em 04 de julho de 2019.

MCKINNEY, Stephanie. “The Heritage of War”. In: ZIINO, B; GEGNER, M. *Narrating Genocide on the Streets of Kigali*. Nova Iorque: Routledge, 2012. pp.160-176.

MINISTRY OF GENDER, AND PROMOTION OF CHILD AND FAMILY RIGHTS. “Government of Rwanda Strategic Plan of Action for Orphans and Other Vulnerable Children 2007–2011.” *MIGEPROF*, 2006. Disponível em: <http://www.ovcsupport.net/sw52167.asp>. Acesso em 29 de outubro de 2019.

MINISTRY OF LOCAL GOVERNMENT. “National Policy for Orphans and Vulnerable Children”. *MINALOC*, 2004. Disponível em: www.unicef.org/southafrica/SAF_resources_overwanda.doc. Acesso em 29 de outubro de 2019.

MINISTRY OF YOUTH, CULTURE AND SPORTS. *Discurso proferido pelo ministro na ONG Ingando*. MIJESPOC: Abril de 2006.

MITREUTER, Saskia. Questions of Identity in Children Born of War— Embarking on a Search for the Unknown Soldier Father. *Journal of Child and Family Studies*, 2019.

MOCHMANN, Ingvill. Children Born of War - A Decade of International and Interdisciplinary Research. *Historical Social Research*, v. 42, nº1, 2017, pp. 320-346.

MUKAMANA, Donatilla; BRYSIWICZ, Petra. The Lived Experience of Genocide Rape Survivors in Rwanda. *Journal of Nursing Scholarship*, v.40, nº4, 2008. pp. 379-384.

MUKANGENDO, Marie Consolée. “Caring for children born of rape in Rwanda”. In: CARPENTER, Charli. *Born of War: Protecting Children of Sexual Violence Survivors in Conflict Zones*. 1ª edição. Virgínia: Kumarian Press, 2007. pp.40-52.

MUKASONGA, Scholastique. *A Mulher dos Pés Descalços*. São Paulo: Editora Nós, 2017. 160p.

MULLINS, Christopher. “He Would Kill Me With His Penis”: Genocidal Rape in Rwanda as a State Crime. *Critical Criminology*, v.17, nº1, 2009. pp.15-33.

NAÇÕES UNIDAS. *Letter Dated 15 December 1999 from the Secretary-General Addressed to the President of the Security Council (S/1999/1257)*. 1999. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/POC%20S19991257.pdf>. Acesso em 30 de setembro de 2018.

NEENAN, Joanne. *CLOSING THE PROTECTION GAP FOR CHILDREN BORN OF WAR: Addressing stigmatisation and the intergenerational impact of sexual violence in conflict*. Londres: London School of Economics, 2018.

NGOMA SECTOR. Rwanda’s children of rape are coming of age — against the odds. *The Washington Post*, Rwanda, 11/06/2017. Disponível em https://www.washingtonpost.com/sf/world/2017/06/11/rwandas-children-of-rape-are-coming-of-age-against-the-odds/?noredirect=on&utm_term=.cb55eb836184. Acesso em 11/10/2018.

NOWROJEE, Bianifer. *Shattered Lives: Sexual violence during the Rwandan genocide and its aftermath*. Nova Iorque: Human Rights Watch, 1996.

O’KANE, Claire, et al. Children and Young People in Post-conflict Peacebuilding. In: NOSWORTHY, David (ed.). *Seen, but not Heard: Placing Children and Youth on the Security Governance Agenda*. Zurique: LIT VERLAG, 2009. pp. 259-284.

OLONISAKIN, Funmi. Children Affected by Armed Conflict: Engaging a New Constituency of Actors. In: NOSWORTHY, David (ed.). *Seen, but not Heard: Placing Children and Youth on the Security Governance Agenda*. Zurique: LIT VERLAG, 2009. pp.219-238.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Resolução do Conselho de Segurança 1261*. Nova Iorque: 1999.

_____. *Resolução do Conselho de Segurança 1314*. Nova Iorque: 2000

_____. *Resolução do Conselho de Segurança 1379*. Nova Iorque: 2001

_____. *Resolução do Conselho de Segurança 1460*. Nova Iorque: 2003

_____. *Resolução do Conselho de Segurança 1539*. Nova Iorque: 2004

_____. *Resolução do Conselho de Segurança 1612*. Nova Iorque: 2005

_____. *Resolução do Conselho de Segurança 1698*. Nova Iorque: 2006

_____. *Resolução do Conselho de Segurança 1771*. Nova Iorque: 2007

_____. *Resolução do Conselho de Segurança 1820*. Nova Iorque: 2008

_____. *Resolução do Conselho de Segurança 1882*. Nova Iorque: 2009

_____. *Resolução do Conselho de Segurança 1998*. Nova Iorque: 2011

_____. *Resolução do Conselho de Segurança 2143*. Nova Iorque: 2014

_____. *Resolução do Conselho de Segurança 2225*. Nova Iorque: 2015

_____. *Resolução do Conselho de Segurança 2427*. Nova Iorque: 2018

ORTIZ, Fabiola. "Filhos do genocídio": 200 mil crianças foram geradas após estupro em Ruanda. *Opera Mundi*, São Paulo, 9 de abril de 2014. Disponível em <https://operamundi.uol.com.br/noticia/34741/filhos-do-genocidio-200-mil-criancas-foram-geradas-apos-estupros-em-ruanda>. Acesso em 01 de outubro de 2018.

PELLS, Kirrily. ‘No one ever listens to us’ Challenging obstacles to the participation of children and young people in Rwanda. In: PERCY-SMITH, Barry; THOMAS, Nigel. *A Handbook of Children’s Participation: Perspectives from Theory and Practice*. Londres: Routledge, 2009. pp.196-203

_____. Building a Rwanda “Fit for Children”. In: STRAUS, Scott; WALDORF, Lars. *Remaking Rwanda*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2011, cap. 4, p. 79-86.

PINTO, Teresa Nogueira. Poder e Sobrevivência: Modelos de Justiça no Ruanda pós Genocídio. *Contactos*, v. 1, nº. 2, 2012.

- POWELL, Siam. East Timor's Children of the Enemy. *The Weekend Australian*, Nova Gales do Sul, 01/03/2001. Disponível em <https://etan.org/et2001b/april/01-7/00etchild.htm> Acesso em 23 de outubro de 2019.
- REID-CUNNINGHAM, Allison Ruby. "Rape as a Weapon of Genocide." *Genocide Studies and Prevention*, v.3, n°3, 2008. pp. 279–296.
- ROBO, Marsela. Social Inclusion and Inclusive Education. *Academicus - international scientific Journal*, sd. pp.191-201.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Émile ou de L'éducation*. Paris: Classiques Larousse, 1955.
- RUIZ-CASARES, M., et al. Children's Rights to Participation and Protection in International Development and Humanitarian Interventions: Nurturing a Dialogue. *The International Journal of Human Rights*, v.21, n. 1, p. 1-13, 2017.
- SAI, Nancy. Conflict Profile: Rwanda. *Women's Media Center, Estados Unidos*, 8 de fevereiro de 2012. Disponível em <https://www.womensmediacenter.com/women-under-siege/conflicts/rwanda> . Acesso 30 de setembro de 2018.
- SALZMAN, Paul. Rape Camps as a Means of Ethnic Cleansing. *Human Rights Quarterly*, v.20, n°2, 1998. pp.348-378.
- SAMPAIO, João. "A Evolução dos Conflitos e da Ordem Mundial num Mundo Multipolar", Working Paper #62, **Observatório Político**, publicado em 24/06/2016, Disponível em www.observatoriopolitico.pt. Acesso em 30 de outubro de 2019.
- SANCHES, Giovana. Sob a sombra da repressão, Ruanda se reconstrói 20 anos após genocídio. São Paulo, *GI*, 06/04/2014. Disponível em <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/04/sob-sombra-da-repressao-ruanda-se-reconstrui-20-anos-apos-genocidio.html> Acesso em 02 de novembro de 2019.
- SANTOS, Luís. A arquitetura de paz e segurança africana. *Fundação Alexandre de Gusmão*, 2011.
- SARUP, Madan. *Identity, Culture and the Postmodern World*. Atenas: University of Georgia Press, 1996.
- SETTO, Donna. "Children born of wartime sexual violence and the limits of existence" *Peacebuilding*, vol. 3, n° 2, 2015. Pgs. 171-185.
- SHARLACH, Lisa. Gender and genocide in Rwanda: Women as agents and objects of Genocide. *Journal of Genocide Research*, v.1, n°3, 1999. pp.387-399.
- SIEFERT, R. War and rape: A preliminary analysis. In: STIGLMAYER, A. *Mass rape: The war against women in Bosnia-Herzegovina*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1994, pp.54-72.
- SILVA, Alexandre. A intervenção comunitária em Ruanda. In: *A intervenção humanitária em três quase-Estados africanos: Somália. Ruanda e Libéria*. Dissertação de Mestrado–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2003.

SMITH, Helena. Rape Victims' Babies Pay the Price of War. *The Guardian*, Londres, 16/04/2000. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2000/apr/16/balkans> . Acesso em 26 de setembro de 2019.

SOLOMON, A. *Far from the tree: Parents, children, and the search for identity*. New York: Scribner, 2012.

SPEKE, John Hanning. The journal of the discovery of the source of the Nile. Nova York: *Harper & Brothers*, 1864. Disponível em: <https://archive.org/stream/journal-discover02spekgoog#page/n0/mode/2up>. Acesso em 26 de agosto de 2019.

STEPHENS, Sharon. "Children and the Politics of Culture in 'Late Capitalism'." In: *Children and the Politics of Culture*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995. pp.3-53.

STRAUS, Scott; WALDORF, Lars. Seeing Like a Post- Conflict State. In: *Remaking Rwanda*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2011, Introdução, pp.3-21.

TABAK, Jana. "In the Best Interest" of Whom? Rethinking the Limits of the International Order through the (Re)constructions of the World Child and Child-Soldiers. 2014. 218p. Tese de Doutorado – Programa de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

TISDALL, K. Conceptualising Children and Young People's Participation: examining vulnerability, social accountability and co-production. *The International Journal of Human Rights*, v.21, n. 1, p.59-75, 2017.

UNICEF & THE AFRICAN CHILD POLICY FORUM. What Children and Youth Think: Rwanda. A statistical presentation of opinions and perceptions of children and youth in Rwanda. Nairobi: *The African Child Policy Forum*, 2006. Disponível em: www.africanchildforum.org/Documents/Rwanda.pdf . Acesso em 29 de outubro de 2019.

UNICEF BRASIL. Site de organização. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/> . Acesso em 23 de agosto de 2019.

UNICEF. A Violent Legacy of Conflict in Darfur. UNICEF, Nova Iorque, 11/02/2005. Disponível em https://www.unicef.org/doublepublish/sudan_25107.html . Acesso em 22 de outubro de 2019.

UNICEF. Children Born of Sexual Violence in Conflict Zones: Considerations for UNICEF Response. *Relatório Final de uma reunião realizada em 23 de novembro de 2005*. Nova Iorque: UNICEF, 2005.

UNICEF. FOR EVERY CHILD, HOPE UNICEF @ 70: 1946–2016. UNICEF: Nova Iorque, 2016.

UNICEF: *Convenção sobre os Direitos da Criança*, 1989. Disponível em <https://www.unicef.org/html/portuguese/humanrights/Crianca.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2019.

UNITED NATIONS INTERNATIONAL RESIDUAL MECHANISM FOR CRIMINAL TRIBUNALS. Site de organização. Disponível em <https://unictr-ir-mct.org/en/tribunal> . Acesso em 14 de outubro de 2019.

VAN EE, Elisa et al. WAR TRAUMA LINGERS ON: ASSOCIATIONS BETWEEN MATERNAL POSTTRAUMATIC STRESS DISORDER, PARENT-CHILD INTERACTION, AND CHILD DEVELOPMENT. *Infant Mental Health Journal*, 2002. pp.1-10.

VAN EE, Elisa; KLEBER, Rolf. Growing Up Under a Shadow: Key Issues in Research on and Treatment of Children Born of Rape. *Child Abuse Review*, v. 22, 2013. pp. 386–397.

VEALE, Angela, et al. *Rwanda Orphans and Community Dependent Children in post-genocide Rwanda*. Report for UNICEF. Ministry of Local Government and Social Affairs e UNICEF, Kigali, 2001.

WATSON, Alison. Children Born of Wartime Rape: Rights and Representations. *International Feminist Journal of Politics*, v.9, n°1, 2007. pp.20-34.

_____. Resilience is its own resistance: the place of children in post-conflict settlement. *Critical Studies on Security*, Vol. 3, No. 1, 2015, pp. 47–61.

WAX, Emily. Rwandans Are Struggling To Love Children of Hate. *The Washington Post*, Washington, 28/03/2004. Disponível em https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2004/03/28/rwandans-are-struggling-to-love-children-of-hate/dd942c7b-9287-42cc-8763-bd0675c0b73f/?utm_term=.537a96b88f36. Acesso em 04 de julho de 2019.

WEITSMAN, Patricia. Children Born of War and the Politics of Identity. In: CARPENTER, Charli. *Born of War: Protecting Children of Sexual Violence Survivors in Conflict Zones*. 1ª edição. Virgínia: Kumarian Press, 2007. pp. 110-127.

_____. The Discourse of Rape in Wartime: Sexual Violence, War Babies, and Identity. *Trabalho apresentado no encontro anual do International Studies Association, Portland, Oregon*. 26 de fevereiro- 1 de março de 2003.

WRABETZ, Joana Daniel. Children Born of War Rape in Bosnia-Hezergovina and the Convention on the Rights of the Child. In: CARPENTER, Charli. *Born of War: Protecting Children of Sexual Violence Survivors in Conflict Zones*. 1ª edição. Virgínia: Kumarian Press, 2007. pp. 21-39

ZELIZER, Viviana. *Pricing the priceless child*. Princeton: Princeton University Press, 1994.